

JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES

A SOCIOLOGIA DE  
TALCOTT PARSONS

I  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS  
U

  
ANNA BLUME

A SOCIOLOGIA DE  
TALCOTT PARSONS



**JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES**

**A SOCIOLOGIA DE  
TALCOTT PARSONS**



COEDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

ANNABLUME editora . comunicação  
[www.annablume.com.br](http://www.annablume.com.br)

PROJETO E PRODUÇÃO

Coletivo Gráfico Annablume

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

LinkPrint

ISBN

978-989-26-0263-9 (IUC)  
978-85-7419-866-8 (Annablume)

DEPÓSITO LEGAL

350539/12

© OUTUBRO 2012

ANNABLUME

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# SUMÁRIO

<b>NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 A TEORIA VOLUNTARISTA DA AÇÃO.....</b>	<b>17</b>
SÍNTESE E FILOSOFIA DA CIÊNCIA.....	17
TEORIA E SÍNTESE .....	23
A TEORIA GERAL DA AÇÃO E A SOCIOLOGIA .....	31
<b>2 INTERAÇÃO, SISTEMA E FUNÇÃO.....</b>	<b>37</b>
O STATUS TEÓRICO DO FUNCIONALISMO ESTRUTURAL .....	37
O NOVO QUADRO ANALÍTICO.....	40
OS TRÊS SISTEMAS ANALÍTICOS E A DESCRIÇÃO ESTRUTURAL.....	43
AS VARIÁVEIS DE PARÂMETRO.....	52
ESTABILIDADE E MUDANÇA .....	54
<b>3 A APOTEOSE DO FUNCIONALISMO.....</b>	<b>59</b>
A EMERGÊNCIA DAS QUATRO FUNÇÕES .....	59
O PARADIGMA FINAL .....	64
FORMALISMO E SUBJETIVIDADE .....	71
OS MEIOS DE INTERCÂMBIO .....	74
A NOVA VISÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	78
<b>4 A TEORIA DA EVOLUÇÃO E A MODERNIDADE.....</b>	<b>85</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>93</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>97</b>



## NOTA À NOVA EDIÇÃO

Os debates que repuseram a obra de Talcott Parsons no centro da teoria sociológica foram encetados sobretudo ao longo da década de 1980 e nos anos que se lhe seguiram. Nada se escreveu de teoricamente relevante depois que redigi esta introdução há já uma década e meia. Gostaria aqui somente de acentuar uma questão. Parsons era um teórico por excelência, mas suas complexas elaborações conceituais, sobretudo, embora não apenas em sua segunda fase, estavam calcadas nos desenvolvimentos mais empiricamente orientados da sociologia e visavam proporcionar instrumentos para que aquele tipo de pesquisa pudesse se articular da forma mais produtiva e rigorosa possível. Não se trata aqui de defender uma pureza disciplinar que já não cabe em nossos quadros intelectuais. Vale, sim, chamar a atenção para as potencialidades e para o rigor da disciplina, no que Parsons deve ser mais uma vez reconhecido como um clássico. Basta uma consulta aos inúmeros artigos e seções de livros em que Parsons articulou sua teoria geral a teorias de “médio alcance”, mais próximas ao mundo empírico, para constatar que nada há de gratuito nesse sentido em seus escritos. Por isso, sugiro que os leitores que se confrontem com este volume, não deixem de procurar nos vários livros de Parsons aqueles capítulos e passagens em que seus temas mais específicos são tratados. Creio que facilmente se darão conta, concordem ou não com as soluções e mesmo com a estratégia geral parsoniana, de que a forma em que lança suas idéias como construções conceituais faculta uma compreensão mais profunda da realidade social. E ainda tem muito a nos ensinar como fazer sociologia e, particularmente, como articular teoria e pesquisa empírica, um legado que não deveríamos de modo algum desconsiderar.



## INTRODUÇÃO

Poucas obras na história das ciências sociais levantaram tantas polêmicas como a de Talcott Parsons. Em um determinado ponto de sua carreira, chegou a ser considerado a expressão maior da disciplina, em termos norte-americanos e internacionais, se bem que o impacto de sua reflexão sobre a prática sociológica fosse algo mais limitado. Em um segundo momento, foi submetido a uma virulenta crítica, a qual, se correspondendo a uma emergência da esquerda intelectual norte-americana, de forma alguma foi capaz de render justiça à profundidade do material que alvejava. Passados esses dois momentos, com a distância que o decorrer do tempo proporciona, a obra de Parsons de novo se tornou foco de um interesse acadêmico intenso. Hoje, em todo o mundo, sobretudo nos Estados Unidos, é claro, porém igualmente na Alemanha, na Inglaterra e em outros países, as idéias de Parsons demonstram uma vitalidade da quais poucos talvez suspeitassem duas décadas atrás.

Durante mais de quarenta anos, Parsons dedicou-se à investigação sistemática nas ciências sociais - na sociologia e no que designava, de forma mais geral, como “teoria geral da ação”. A sociologia foi o foco de estudos cuidadosos e em profundidade no campo teórico, sem que isso representasse, em contrapartida, desinteresse por suas áreas mais empíricas de pesquisa. Os compromissos manifestos de Parsons com a ideologia liberal e o *establishment* norte-americano sem dúvida imprimem marcas em sua teorização, a qual não obstante ultrapassa essa moldura e se apresenta hoje como referência obrigatória a qualquer estudante das ciências sociais.

Pretendo aqui me restringir à sua teoria geral e sociológica, embora dando atenção a algumas conceituações mais concretas surgidas em sua última fase, pois que avança, então, certas idéias bastantes originais. Ao mesmo período pertence sua teoria geral da evolução,

que se acopla à sua teoria funcionalista, a qual estará também sob nosso escrutínio. Particular atenção receberá sua metodologia científica e sua filosofia da ciência, elementos-chave para a compreensão de suas concepções.<sup>1</sup>

Antes de nos dirigirmos à substância de sua obra, vale a pena examinar alguns dados biográficos de nosso autor e situá-lo frente à sociologia norte-americana de sua época.<sup>2</sup>

Nascido em 1902, no estado do Colorado, Parsons cresceu em um meio profundamente religioso, ao mesmo tempo marcado por perspectivas sociais reformistas. Seu próprio pai, pastor protestante, militava nas duas direções. De 1920 a 1924, frequentaria o Amherst College, dedicando-se à biologia e à filosofia, com o projeto de talvez abraçar uma carreira médica ou nas ciências da natureza. Lá mesmo, no entanto, decidiu-se pelas ciências sociais. Após obter sua graduação, seu *BA*, pôde contar com o apoio financeiro de um tio para passar um ano na Inglaterra, na London School of Economics and Political Science, onde teve a oportunidade de conhecer, entre outros, o antropólogo funcionalista Bronislaw Malinowski. Se o clima empiricista das universidades norte-americanas do começo do século não se adequava a seu temperamento, tampouco foi sua estadia londrina, nesse sentido, satisfatória.

Seria com a obtenção de uma bolsa para seguir o doutorado na Universidade de Heidelberg, onde esteve durante 1925 e 1926, que Parsons descobriria um meio mais apropriado a suas desde sempre marcantes inclinações teóricas. A influência de Max Weber, falecido alguns anos antes, era crescente na Alemanha, em especial em Heidelberg. As reflexões de Weber, sobretudo quanto ao cruzamento entre fatores econômicos e religiosos, vieram ao encontro de uma preocupação original sua, despertadas em Amherst pelo trabalho dos economistas “institucionalistas”, os quais chamariam sua atenção para os nexos entre economia, política e sociedade. Seria esse o tema de sua tese - Posteriormente desaparecida -, que analisava os escritos de Weber e Werner Sombart (e, alega Parsons, os de Karl Marx) sobre o capitalismo. Seus primeiros artigos, publicados nos Estados Unidos, abordariam essa questão.<sup>3</sup>

De volta a seu país, em 1927, Parsons seria contratado pela Universidade de Harvard. Sua carreira progrediu, contudo, muito lentamente. Primeiramente afiliado ao Departamento de Economia, por quatro anos ocuparia o posto de instrutor, abaixo mesmo da hierarquia universitária da universidade, posição em que permaneceria ao se trans-

ferir para o Departamento de Sociologia, criado em 1931 sob a direção de Pitirim Sorokin. Somente em 1936 seria nomeado professor-assistente e, em 1939, afinal, professor-permanente. Como se sentia ainda não o suficientemente prestigiado, e pensava em deixar Harvard, em 1944 foi-lhe oferecida à direção do Departamento, à frente do qual contribuiria para a criação do Departamento de Relações Sociais, que ficaria sob sua coordenação de 1946 a 1956. Pode-se apontar aí uma expressão institucional de algumas idéias teóricas fundamentais suas, de seu esforço em prol da constituição de uma linguagem e de um “quadro de referência” geral para as ciências sociais. Antes de falecer, em 1979, Parsons se envolveria com atividades de ensino na Universidade da Pennsylvania, após haver se aposentado em Harvard.

Seja à frente da Associação Americana de Sociologia, seja à frente da Academia Americana de Artes e Ciências, Parsons mostrou-se extremamente envolvido com a vida universitária de seu país, mantendo ainda contatos internacionais. Em 1964, a convite da Academia de Ciências, visitou a URSS, para ministrar um ciclo de *lectures*.

Seu projeto de elaborar uma teoria geral das ciências sociais levou-o ao estudo de suas diversas disciplinas. Além disso, com a meta de aprofundar seu conhecimento da produção de Sigmund Freud, foi admitido - a título excepcional, pois não seria autorizado à prática terapêutica - na Sociedade Americana de Psicanálise. Como já observei, essa concentração em estudos teóricos não contradizia, todavia, seu forte interesse pela pesquisa empírica. Parsons reconhecia suas deficiências de formação, sobretudo em termos de métodos, e a necessidade, já em seu tempo, da especialização com atividades voltadas para os diversos campos da pesquisa empírica ou para a teoria (Parsons, 1950b/1964: 367; e Parsons, 1976a: 318). Assim, dedicar-se-ia à pesquisa da profissão médica, à assessoria ao governo norte-americano quanto ao que fazer com a Alemanha ao término da Segunda Guerra Mundial, e a se familiarizar com a bibliografia secundária dos diversos campos das ciências sociais, nos quais freqüentemente apresentou idéias interessantes, acopladas à sua elaboração teórica.

Suas discussões empíricas, a não ser quando levantarem questão teórica relevante, não serão aqui abordadas. É necessário sublinhar, contudo, a importância que Parsons atribuía à interpenetração entre o desenvolvimento de sua teoria geral e a pesquisa empírica, conquanto a primeira, em sua visão, se movesse em um plano próprio e possuísse certa autonomia. Vários de seus alunos, por outro lado, se encarregariam de construir pontes entre essas duas esferas.

Em sua dedicatória de 1951 à sua esposa, em *O sistema social*, Parsons se autodefiniu como um “incurável teórico”. Essa vocação o pôs na contracorrente da sociologia dominante nos Estados Unidos. No entre-guerras imperavam a Escola de Chicago, que confeccionou sofisticados métodos de pesquisa, e a tradição das monografias urbanas. Nos anos que se seguem, o problema permanece. Robert K. Merton (1949: cap. 2), por exemplo, se não inteiramente hostil a conceituações gerais, postularia a concentração de esforços nas teorias de “alcance médio”. Apesar de lampejos ocasionais quanto à validade de teorias gerais, seria com espírito eminentemente empiricista que C. Wright Mills (1959) iria desfechar seu ataque contra Parsons, ao recusar a idéia de um quadro conceituai geral, e pretender desmascarar a trivialidade que se esconderia por detrás do estilo truncado e difícil de seu contemporâneo.<sup>4</sup>

É compreensível, portanto, que Parsons tenha almejado inserir na tradição norte-americana um novo modo de refletir. Por isso, seu primeiro livro versaria sobre as obras de Marshall, Pareto, Durkheim e Weber. Segundo ele, o desenvolvimento de um quadro conceituai que potencializaria a pesquisa empírica estaria a se desenvolver do outro lado do Atlântico. Era preciso estabelecer um posto avançado para sua produção na América. Ele dá, no entanto, a não ser tardiamente, pouca atenção à psicologia social norte-americana e ao pragmatismo filosófico em geral, que teriam figuras teoricamente poderosas como George H. Mead entre seus expoentes, embora tenha evidentemente se utilizado de suas idéias, sobretudo em *O sistema social*.<sup>5</sup> Rebatendo as críticas de Herbert Blumer (1974), em particular quanto à validade das “variáveis de parâmetro” - tema que, diretamente relacionado ao plano dos símbolos e da cultura, interessava de perto àquele autor, e que discutiremos no capítulo 2 -, Parsons (1974b) observou inclusive, Posteriormente, que, quando da publicação de *A estrutura da ação social* não conhecia o trabalho de Mead - com o qual reconhecia muitas similitudes. Ademais, argumentou que dele se utilizara em *O sistema social* - o que é fato, se bem que se referencie concretamente em *The american girl*, de W. I. Thomas, sem referência em ponto algum ao próprio Mead. Se isso já não é lá muito convincente, ele chega mesmo a dizer que tecera elogios àquela tradição em diversas ocasiões Posteriormente, o que não é em absoluto verdadeiro. Esse jogo de desconhecimentos e camuflagens se relaciona à luta entre o funcionalismo e o interacionismo simbólico (capitaneado por Blumer), que dividia a sociologia norte-americana naquele momento. Somente tardiamente Parsons daria cer-

ta atenção explícita ao pragmatismo norte-americano e à teoria social de Charles Cooley e Mead.

Se não é possível dizer que a visão parsoniana tomou conta da sociologia norte-americana, pois que mais que um positivismo explícito é uma tendência pervasiva ao empiricismo que sói aí ainda predominar, pode-se afirmar tranquilamente que ao menos de modo parcial atingiu ele sua meta: os Estados Unidos se transformaram em um pólo fundamental da produção sociológica contemporânea. E Parsons, ele mesmo, em seu país e nas outras diversas províncias da sociologia, ainda ocupa, em grande medida, o centro do palco, muito embora em diálogo com várias outras abordagens, entre elas a que hoje dá continuidade ao próprio interacionismo simbólico e a outras escolas a ele aparentadas.

A obra de Parsons será aqui estudada em três fases. A primeira corresponde a seu primeiro livro - *A estrutura da ação social* - de 1937. É aí que Parsons define sua relação com a tradição sociológica, bem como sua metodologia, e busca um processo de síntese que, acredita, forneceria os primeiros elementos de uma linguagem conceitual unificada para as ciências sociais. A segunda fase se centra em torno de suas publicações de 1951 - *O sistema social* e *Em direção a uma teoria geral da ação* -, este último em colaboração com Edward Shils e outros. Nesses textos, ele buscou uma ampliação do escopo dos problemas sob sua atenção e do alcance de suas formulações. Enfim, uma terceira fase se abre, já em 1953, com o esforço, realizado conjuntamente com Shils e Robert Bales, em *Textos de pesquisa na teoria geral da ação*. Parsons desdobraria as reflexões que aí se introduzem em múltiplas direções, misturando-as inclusive com questões empíricas, não ocasionalmente de forma ilegítima.

Desta forma, espero deixar clara a continuidade que atravessa toda a reflexão parsoniana, mas também os momentos e pontos importantes de inflexão. O porquê dessa periodização se evidenciará no correr deste livro, que se concluirá com uma breve avaliação geral de sua obra. Ao longo do texto buscarei igualmente problematizar as diversas áreas de sua reflexão em sua recepção na sociologia contemporânea.

Algumas palavras a esta altura a respeito da posição política de Parsons se impõem. Na avaliação política e ideológica, talvez a mais conhecida sobre a obra de Parsons, de Alvin Gouldner (1970), apesar de algumas percepções interessantes, carrega demais nas tintas ao apresentar o liberalismo daquele autor como essencialmente conservador, sendo que ele evidenciava leves tendências reformistas, pouco ousadas,

é claro, para aquele crítico. Os compromissos de Parsons com o *New Deal* de Roosevelt e o *Welfare State*, sua oposição ao Nazismo e sua ojeriza ao macartismo, seu elogio à modernidade, mas também sua antipatia pela esquerda (sobretudo sua crítica à “New Left”), e sua apologia da sociedade norte-americana, colocam Parsons no centro do espectro político-ideológico contemporâneo. Isso não justifica, portanto, que, por outro lado, se fale em inclinação social-democrata propriamente dita em seu caso, como o neoparsonianismo vez por outra faz, ainda que a questão da cidadania, tal qual teorizada por T. H. Marshall, na Inglaterra, tenha sido incorporada por Parsons. Se Parsons aceitou não apenas os planos civil e político da cidadania, porém também seu aspecto social (logo, a necessidade do Estado do Bem-Estar Social), é ainda dentro dos parâmetros de uma concepção liberal de mundo (com os Estados Unidos vistos como país de oportunidades abertas e estratificação social fluida) que ele se manteria. Voltaremos a isso nos capítulos finais deste estudo.

O objetivo desta introdução à sociologia parsoniana é tornar acessível em língua portuguesa a evolução e os principais resultados teóricos alcançados por esse *scholar*. O esboço original desta monografia, desde então revisada inteiramente em pelo menos duas ocasiões, remonta a um algo monótono verão londrino de 1992. Minha meta primeira era garantir a absorção dos resultados de minha leitura dos muitos e caudalosos textos de Parsons. Portanto, visava, sobretudo, a minha autoclarificação. Desde o início, entretanto, percebi sua potencial utilidade, uma vez que nada ou quase nada havia em português sobre Parsons, ou de sua própria lavra. Isso significa que o texto foi idealizado já tendo em vista a comunicação com o leitor. Sistematizei e traduzi o pensamento de Parsons, procurando ser sempre fiel a seu espírito e a suas complexas construções teóricas. Devo advertir, porém, que nada substitui o confronto com seus textos originais, ao qual o estudante de sociologia ou o cientista social profissional não se deveriam furtar. Aqueles que conseguem vencer as barreiras de seu estilo um tanto enfadonho, e do “círculo hermenêutico” suposto pela compreensão de qualquer autor ou obra, gratificantes intuições e ensinamentos se reservam. Isso é verdade mesmo quando dele porventura discordamos, seja em função de seu funcionalismo, seja de seu excessivo otimismo e atitude exclusivamente positiva e acrítica em face da modernidade.

## Notas

- <sup>1</sup> Em certos momentos, retomarei aqui temas e discussões que desenvolvi em outros textos. Teoria dos sistemas e subjetividade coletiva (Domingues, 1995a); tempo e espaço (Domingues, 1995b); epistemologia, evolução, modernidade e criatividade social (Domingues, 1999a e 2000b); propriedades emergentes (Domingues, 2000a).
- <sup>2</sup> Para essas informações biográficas e sua inserção na sociologia americana, veja Parsons (1970); Rocher (1972: cap. 1); Robertson & Turner (1991).
- <sup>3</sup> Declinarei de abordar aqui os primeiros artigos de Parsons, cujo interesse é de cunho eminentemente histórico. Eles foram coligidos e introduzidos por Charles Camic, em Parsons (1991).
- <sup>4</sup> De fato, Parsons, ao buscar construir esquemas conceituais inclusivos, por vezes se move com certa arbitrariedade. Também seu estilo é frequentemente abstruso. Se no primeiro caso a crítica não é inteiramente infundada, no segundo tende-se a confundir os problemas de expressão de Parsons com a dificuldade intrínseca de uma obra complexa e caudalosa, elementos que, em compensação, a fazem rica e estimulante.
- <sup>5</sup> Aquela luta é relatada em Alexander (1988). Veja ainda os comentários de Turner (1974) ao debate, que resulta de uma sessão especial em *Sociological Inquiry*, aproximando aquelas variáveis da leitura de Mead feita por Manfred Kuhn.



# 1

## A TEORIA VOLUNTARISTA DA AÇÃO

### SÍNTESE E FILOSOFIA DA CIÊNCIA

O objetivo de Parsons em *A estrutura da ação social* é bastante claro: trata-se de incorporar criticamente os desenvolvimentos mais importantes da teoria social que tiveram lugar entre o fim do século XIX e o início do XX, de forma a alcançar uma síntese superior que permitisse um avanço decisivo e unificador no campo das ciências sociais. Daí que investigue o trabalho do economista Alfred Marshall, do economista e sociólogo Vilfredo Pareto, dos sociólogos Emile Durkheim e Max Weber, para ele os principais autores daquele período. Como uma introdução histórica, na qual em contrapartida já delinea algumas questões teóricas centrais, Parsons analisa brevemente momentos-decisivos do pensamento ocidental, detendo-se no utilitarismo inglês de Hobbes e Locke. Atravessando o livro, acha-se uma densa reflexão sobre metodologia científica, a qual fornece os alicerces sobre os quais erige suas teses substantivas.

Para Parsons, um corpo teórico teria três características fundamentais: 1) seria “um corpo de ‘conceitos gerais’ inter-relacionados, com referência empírica”; 2) constituiria uma “variável independente” no desenvolvimento da ciência; e 3) *comandaria* as investigações empíricas em um dado campo científico (Parsons, 1937/1966: 6-7). Seria a teoria que nos diria o que sabemos e o que queremos saber, pois que fenômenos brutos seriam mudos. A própria definição de *fato* para Parsons estava longe de ser imediata e simples, posição a que chega sob a influência do fisiologista Lawrence J. Henderson, de acordo com o qual “um fato é uma afirmação sobre a experiência nos termos de um esquema conceitual”. Por isso mesmo, advoga Parsons que os sistemas teóricos deveriam almejar tornar-se “logicamente fechados”, pois aquelas pressuposições que não são explicitamente elaboradas influenciari-

am, fora do controle do pesquisador, os resultados de seu trabalho. Uma das tarefas da crítica teórica seria, precisamente, indicar e tentar superar esses “pontos vazios” (Parsons, 1937/1966: 9-10).

Por outro lado, Parsons não acreditava em empreendimentos teóricos desligados do mundo real. Ao contrário, pretendia um jogo dialético entre os dois componentes da prática científica, com o que os frutos da pesquisa empírica deveriam reagir sobre a teoria que lhes havia servido de guia. Os processos de verificação da teoria seriam, assim, imprescindíveis (Parsons, 1937/1966: 7-8). Um caso especial dessa interconexão entre teoria e empiria localiza-se no papel do que classifica como “categorias residuais”. Estas seriam categorias que os diversos autores forjariam visando responder a problemas para os quais seus esquemas teóricos não apresentariam espaço, sendo marginais ao núcleo de suas proposições. Crescente interesse nessas categorias apontaria para mudanças eminentes no sistema teórico, processo recorrente e de grande relevância no desenvolvimento da ciência (Parsons, 1937/1966:17-8).

Parsons se lança à crítica do positivismo, reivindicando o papel das abstrações no conhecimento científico. Concomitantemente, entretanto, oferece uma trégua a seu contentor, ao avançar a tese de que seu estudo seria um esforço de verificação empírica do processo de *convergência* teórica que haveria ocorrido no pensamento social europeu, expresso nos autores que põe em foco, e de onde emergira o que chamaria de “teoria voluntarista da ação”. Isso vai, evidentemente, muito mais longe do que postular que uma revolução empírica havia se articulado àqueles progressos dos sistemas teóricos (Parsons, 1937/1966: 11). O sociólogo norte-americano, como observei, sempre esteve atento à pesquisa empírica. Aqui, todavia, ela não tem vez. Esta sua obra trata da *lógica teórica* das ciências sociais e de certos aspectos substantivos da *teoria*.

Jeffrey Alexander (1983:152-3) afirma que as posições de Parsons já anunciam, com avanço de três décadas, as teses da filosofia pós-positivista da ciência, mas que não haveria sido consistente por constantemente recair no empiricismo. De certo, Parsons titubeia aqui e ali; no todo, entretanto, suas concepções evitam o que se pode caracterizar como postura idealista e kantiana na formulação de Alexander. Este, seguindo a autores como Thomas Kuhn e Stephen Toulmin, postula uma desconexão de base entre teoria e empiria, não obstante sua noção de um *continuum* entre os pólos da ciência. Ele trata a primeira como ficção convencional, porém ativa - dado que fornece as coorde-

nadas do conhecimento e lidera a pesquisa - ea segunda como matéria passiva, sem capacidade de reagir sobre o sistema teórico (Alexander, 1982).

A perspectiva de Parsons, nesse sentido, parece mais apropriada, ao pôr de lado as oposições indução-dedução, empírico-teórico, verificação-falsificação, arbitrariedade-adequação, as quais são características dessa filosofia pós-positivista de que fala Alexander. Qual, então, a relação entre teoria e empiria em sua obra?

De acordo com ele, são três os tipos de conceitos - os quais se interpenetram - de que devem ser compostas as teorias científicas (Parsons, 1937/1966: 28-36):

- *Esquemas conceituais*. Estes são “quadros de referência descritivos”, capazes de ordenar a realidade, da qual selecionam elementos ao constituir seu objeto. No caso específico de seu estudo, o “esquema da ação” enfocaria indivíduos concretos que procuram adaptar “meios” para a consecução de seus “fins”.
- *Conceitos explicativos*. Contando-se com um objeto descrito nos termos do quadro de referência, trata-se agora de decompô-lo analiticamente. Pode-se proceder de duas formas: a) no caso daqueles objetos em que é possível pensar as partes como independentes do todo - o que tem lugar em geral com “tipos puros”, o que lhes empresta um caráter tendencialmente ficcional -, chegando-se, deste modo, a *partes* ou *unidades*; ou b) quando o objeto demanda ser considerado como um todo orgânico - sendo que aí, se é possível definir seu comportamento sob certas circunstâncias, é legítimo falar de “generalizações empíricas”. Assim, divide-se uma ação em atos, suas partes, ou se estabelecem, como na física se faz com as idéias de gás “puro” ou máquina “sem atrito”, noções como “um ato racional perfeito”. É nesse tipo de conceito que Parsons concentra sua análise.
- *Elementos analíticos*. Estes pressupõem os conceitos anteriores. Eles existem somente em relação lógica com seus congêneres, abstrações de caráter universal que se referem às propriedades gerais, as quais observamos com “valores particulares” em “casos particulares”. As *leis analíticas* referem-se às relações unificadas que aqueles elementos mantêm entre si.<sup>1</sup>

Neste passo, é interessante notar que nosso sociólogo se achava sob a influência do filósofo Alfred Whitehead. Destaque-se a absorção da crítica ao que o autor de *A ciência e o mundo moderno* classificava sob a rubrica de a “falácia da falsa concretude” (*fallacy of misplaced concreteness*), com o que pretendia indicar o equívoco de tomar abstrações teóricas pela realidade enquanto tal (Whitehead, 1926: 64). Igualmente chave foi a crítica do filósofo à compreensão atomística da percepção humana desenvolvida pelos filósofos europeus entre os séculos XVI e XVIII, em articulação com os progressos da física moderna. Em contraposição à concepção da percepção como forjada sob a pressão de elementos isolados, abstraídos de outras relações (na verdade uma versão específica da “falácia” acima mencionada), Whitehead propõe o conceito alternativo de *eventos*. Estes poderiam ser considerados, de acordo com a desajeitada terminologia tradicional, “unidades de percepção”, as quais seriam “a mais concreta unidade finita” (Whitehead, 1926: 89-91). Em um outro plano, encontramos seus “objetos eternos”, estes sim abstratos, ligados à realidade sensível exclusivamente por seu “modo de ingresso” em ocasiões particulares. Eles possuiriam, desta forma, caráter *analítico* (Whitehead, 1926: 197 e segs.).

Parsons se inspira em Whitehead sem, entretanto, segui-lo inteiramente. Em compensação, estende autonomamente elementos de sua reflexão (Miebach, 1984: 51-2 e 56). Os dois autores distinguem entre *concreto* e *abstrato*: à idéia de *eventos*, enquanto *unidades*, no filósofo correspondem os *conceitos explicativos* do sociólogo (se bem que a oposição entre partes e conceitos orgânicos introduza nuances ausentes no primeiro); e ambos apontam para *elementos analíticos e universais*, com características peculiares em cada uma dessas visões.<sup>2</sup> Adiante, terei ocasião de me reportar a essa comparação.

Parsons concretiza desta maneira sua percepção daqueles conceitos no campo da teoria geral da ação:

A unidade básica pode ser chamada de o “ato unidade”. Assim como as unidades de um sistema mecânico no sentido clássico, partículas podem ser definidas apenas em termos de suas propriedades, massa, velocidade, lugar no espaço, direção de movimento, etc., as unidades de sistemas da ação têm também certas propriedades básicas sem as quais não é possível conceber as unidades como existindo (Parsons, 1937/1966: 43).

Mas o processo de decomposição não se detém aí, pois que um ato implica, *logicamente*, quatro elementos:

1) ele implica um agente, um “ator”. 2) para propósitos de definição, o ato deve ter um “fim”, um estado futuro em direção ao qual o processo da ação é orientado. 3) ele deve ser iniciado em uma “situação” cujas tendências de desenvolvimento diferem em um ou mais aspectos importantes da situação futura para a qual a ação é orientada. Essa situação é, por seu turno, analisável em dois elementos: aqueles sobre os quais o ator não tem controle, ou seja, que não pode alterar, ou impedir de serem alterados, em conformidade com seu fim, e aqueles sobre os quais ele exerce controle. Os primeiros podem ser nomeados as “condições” da ação, os últimos os “meios”. Finalmente 4) existe inerente na concepção desta unidade, em seus usos analíticos, um certo modo de relação entre esses elementos. Ou seja, na escolha de alternativas, existe uma “orientação normativa” da ação (Parsons, 1937/1966: 44).

Enfatize-se que esse é um processo no qual o *tempo* é uma categoria fundamental. Em termos analíticos, em contrapartida, o espaço não é um elemento relevante para esse esquema, em função de seu caráter abstrato.

Este é o cerne da posição metodológica de Parsons. É no segundo nível de conceitos enumerados páginas atrás que o ato unidade se insere. As relações entre esses atos definiriam a estrutura, a *anatomia* da ação, daí inclusive o título do livro (Parsons, 1937/1966: 38-9). Já os elementos analíticos (em sentido estrito) pertencem ao terceiro nível, dependendo de um passo a mais. O primeiro teria, por conseguinte, caráter *ficcional*. Por seu turno, os elementos como que cortariam por dentro do ato unidade, adequando-se, em sua universalidade e abstratividade, à realidade enquanto tal. Por isso, Parsons fala de um “realismo analítico” (Parsons, 1937/1966: 730). Afastados estão, simultaneamente, o empiricismo e o idealismo. Ele recolhe as reservas de Weber quanto à identificação dos conceitos com a realidade, diferenciando-se do sociólogo alemão ao pôr em foco conceitos não-ficcionais, os quais corresponderiam ao mundo concreto exatamente via sua abstratividade. Para Parsons, ao tratar as categorias analíticas de modo residual, Weber teria deixado passar despercebida a diferença essencial entre tipos ideais e as categorias de um sistema teórico propriamente dito.<sup>3</sup>

Em que medida, então, autoriza-se a identificação do procedimento parsoniano com aquele classicamente associado a Kant, como o próprio autor tardiamente reivindicou (Parsons, 1974a/1978:117)? Com relação a isso, as posições se dividem. Para alguns, Parsons trabalha desde uma estratégia a priori, não só neste seu primeiro livro, mas ao

longo de toda a sua carreira (Bershady, 1973: 22-3). Seu alvo seria o ceticismo epistemológico e o relativismo histórico, aos quais enfrentaria com a mesma contundência que Kant no seu tempo, com a diferença de que o filósofo haveria podido contar com o sistema newtoniano já completo, tendo Parsons que desenvolver um sistema sociológico de onde derivar suas categorias a priori (Bershady, 1973: 63, 72). E verdade que Parsons procurou responder ao relativismo historicista, e que as referências à física clássica proliferam em seu livro. Para além do fato de que o apriorismo das categorias kantianas é hoje insustentável, no caso parsoniano é certamente um exagero falar de categorias a priori (Habermas, 1981: 298; Miebach, 1984:12), não obstante a universalidade de seus elementos, os únicos para os quais seria factível reivindicar esse caráter. A não ser, talvez, que se visualize o procedimento kantiano atribuindo-lhe movimento de “especificação do abstrato” e “abstração do específico” (Múch, 1988: 46).

É na esperança de reproduzir nas ciências sociais o modelo de teoria científica da física moderna que Parsons se aproxima de Newton e Kant. Ele estava ciente de que neste trabalho não havia atingido nada semelhante às leis gerais da mecânica clássica; sequer imagina haver chegado a um sistema de elementos em que pudesse fundar essas leis. Mas a direção do argumento é clara. Seus *elementos analíticos* corresponderiam às *variáveis* da física, “massa” ou “distância” encarnando o protótipo dessas categorias, pouco importando ser possível quantificá-los ou não. O que interessaria seriam os “modos uniformes de relação entre os valores dos elementos analíticos” (Parsons, 1937/1966: 34-6). Com isso, o quadro de referência deixaria sua função puramente descritiva, tomando os elementos “significação causal” (Parsons, 1937/1966: 750).

É curioso notar, entretanto, que Parsons não se sentiria atraído pelos desenvolvimentos da física contemporânea, as teorias da relatividade e dos *quanta*, muito embora se inspirasse em Whitehead. Contra essas novas formas relacionais de encarar o universo físico, Parsons reteria, como se verá, um forte compromisso com o individualismo atomista em sua versão social.

Uma questão conclusiva. Mais uma vez, é à distinção entre abstrato e concreto que nossa atenção se dirige ao distinguir Parsons o “quadro de referência da ação” de “sistemas concretos de ação” (Parsons, 1937/1966: 732-3). Neste último, evidentemente, aquelas divisões analíticas tendem a se dissolver, não havendo tipos puros nem acharem-se os elementos ator, norma, situação e fins bem definidos, misturando-se

e transformando-se uns nos outros. O quadro de referência teria por fim estabelecer os fatores descritivos e explicativos dos sistemas concretos, trazendo à tona as “relações funcionais” entre aqueles. As análises de unidade e de elemento poderiam ser levadas a cabo nos dois planos - o que Alfred Schutz, em seu projeto de resenha do livro não conseguiu perceber, ocasionando um rompante de irritação e arrogância da parte de Parsons (1940-41/1978: 24-5, 64, 74).

A interpretação que Schutz à época ensaiou fazia injustificadamente a análise de unidade aderir ao concreto e a análise de elemento ao abstrato, ao que Parsons retorquiu negativamente. Sua resposta, contudo, parece-me patentear o caráter unitário de suas unidades e elementos, os quais se encontrariam no mesmo plano de generalidade, compartilhando a mesma dimensão analítica. Ainda que parcial, a incorporação que Parsons faz da obra de Whitehead, sem embargo fornecer-lhe parâmetros criativos e antiempíricistas, junto a uma peculiar leitura dos tipos ideais weberianos, bloqueou-lhe uma compreensão mais adequada de seu próprio empreendimento. Seria como *sistema de categorias analíticas gerais* que o conjunto de *A estrutura da ação social* deveria ser percebido, tese que terei ainda ocasião de ampliar.

## TEORIA E SÍNTESE

O evoluir do mundo ocidental caracteriza-se por um crescente individualismo, do que o cristianismo e o liberalismo são expressões paradigmáticas. Essa concepção atomizada do indivíduo penetrou as teorias da ação que surgem com a modernidade, tendo como consequência a inibição da elaboração de fatores que permitiriam analisar a *integração de fins* em sistemas, especialmente aqueles envolvendo uma pluralidade de atores. Deste modo, o fator normativo na relação meios e fins tem sido muito estreitamente definido, com uma desmesurada concentração no que se pode chamar de “norma racional de eficiência”, o que deste padrão se afasta sendo visto como “irracional” ou “não-racional”. Ora, se o que guia o ator e desenha os parâmetros para seu comportamento é tão somente um ideal de eficiência, seus fins se tornam *arbitrários* e *casuais*, sem que não haja nenhuma relação entre os diversos atores neste plano. Mais ainda: essa visão se acopla a um tipo de “empiricismo ingênuo”, que tenciona utilizar esse modelo para dar conta da totalidade do real (Parsons, 1937/1966: 51 e segs.). Tendo traçado essas considerações, Parsons oferece uma definição precisa:

O sistema teórico da ação caracterizado por esses quatro fatores - atomismo, racionalidade, empirismo e arbitrariedade (*randomness*) dos fins - será chamado no presente estudo de sistema utilitário de teoria social (Parsons, 1937/1966: 60).<sup>4</sup>

O utilitarismo seria uma das versões do positivismo, o qual sublinha os elementos cognitivos da ação, o saber que orienta os atores, com descaso para com seus fins. Duas outras versões principais do positivismo seriam possíveis (Parsons, 1937/1966: 60 e segs.). A primeira leva a que os fins sejam considerados como dados. Estamos aqui frente ao “dilema utilitário”: ou se tomam os fins como arbitrários ou sua independência enquanto fins desaparece, sendo eles assimilados a categorias objetivas, às condições da situação, as quais deveria o ator desvendar. No segundo caso, o que se levanta são limitações à racionalidade, com preeminência, dentre os fatores que a rendem opaca, para elementos hereditários e para o meio em que a ação se desenrola, com o mesmo resultado objetificante. Em qualquer dessas duas opções tem-se, portanto, o *abandono do ponto de vista subjetivo do ator*. O que permanece é uma racionalidade abstrata ou os elementos coercitivos do meio externo.

Essas conclusões são inaceitáveis para nosso autor, que também não se satisfaz com o que reputa toscas tentativas organicistas e idealistas de dar conta do problema (Parsons, 1937/1966: 51). Nesse ponto, aqueles que pretendem uma “rekantização” de Parsons estão corretos. Afinal, o que ele almeja é desvendar os mecanismos da interpenetração entre princípios normativos gerais e o indivíduo (Múch, 1988: 62-3). Essas normas assumem um caráter não-coercitivo, puramente instrumental e externo - seu lugar seria dentro do indivíduo concreto, existindo como condição de sua liberdade e não apenas como obstáculo a sua ação (Alexander, 1983: 37). Por conseguinte, normas simultaneamente colocam parâmetros, circunscrevendo o raio de ação do agente, e o capacitam, ao dar sentido a sua ação. E com isto em mente que as definições abaixo devem ser lidas (Parsons, 1937/1966: 75):

- *fim*: estado ou situação futura que o ator pretende estabelecer ou manter por meio de sua ação (estado ou situação que seria diferente caso ele se abstinhasse de agir).
- *norma*: “descrição verbal de um curso concreto de ação”, assim desejado, combinado “com a perspectiva de desenvolver a ação

de acordo com esse desejo, em direção a fins que se apresentam como desejados por si próprios (e não como meio frente a outros fins)”.

Duas observações a esta altura. Em primeiro lugar, que se ponha ênfase na distinção entre abstrato e concreto. Na última coordenada, normas e ator se interpenetram, como anteriormente foi dito. Do ponto de vista analítico, ao contrário, é imprescindível manter esses dois elementos diferenciados, de forma a se obter sua definição precisa e mesmo poder percebê-los em sua interpenetração concreta. Em segundo lugar, é interessante explicitar que Parsons claramente se preocupa em superar os dilemas positivismo-idealismo e individualismo-organicismo. Ou seja: como veremos ao longo desta seção, seu objetivo é incorporar o que havia de válido nas duas posições de cada uma dessas polarizações. O eixo dessa tentativa de síntese é a postulação de que os atores individuais, ao se moverem em um mundo que condiciona a sua ação, o fazem segundo normas que, ao tirar dos fins seu caráter arbitrário, geram uma realidade orgânica que não pode ser reduzida a seus átomos constituintes, a não ser analiticamente.

O tema do individualismo acha-se, destarte, na ribalta (Parsons, 1937/1966: 90 e segs.), tendo sido Hobbes o autor que mais penetrantemente delineou suas consequências para a teoria da ação. Seu sistema seria um tipo quase puro de utilitarismo, o qual teria como consequência o caos social tanto do ponto de vista prático quanto teórico. Os fins dos indivíduos são nele totalmente arbitrários, “paixões” sem quaisquer relações umas com as outras. A idéia do contrato social, por seu turno, é incapaz de resolver o problema, por depender de um conceito de racionalidade do qual se demanda em excesso, estando Parsons interessado antes na forma com que Hobbes haveria enunciado o que considera como a dificuldade central do pensamento utilitário. Este seria o *problema da ordem* e, afora a falsa solução do contrato social - de acordo com a qual os homens cederiam o poder ao Leviathan (o Estado) para regular sua vida e impedir a guerra de todos contra todos -, Hobbes não teria como respondê-la de maneira satisfatória.

A solução da maioria dos outros utilitários haveria tentado “evadir” a questão. Locke seria seu principal formulador, e a pretensa solução (expressa em idéia tomada de empréstimo por Parsons a Elie Halévy) poderia ser subsumida sob a rubrica da “identidade natural dos interesses”, sendo, além do mais, externa ao sistema utilitário enquanto tal. Reza a fórmula que a *razão* conduziria os homens ao reconhecimento

de que eles *deveriam* abster-se de fazer o mal uns aos outros, passando-se dessa colocação de princípio diretamente à realidade factual. A razão levaria os homens à colaboração, com os interesses de todos promovidos no longo prazo, sem a necessidade sequer do Leviathan hobbesiano.

Recusando essa idéia, nosso autor aderirá à formulação do “problema da ordem” tal qual proposto por Hobbes. Ao dar esse passo, contudo, aceita como ponto de partida para sua construção teórica os “atores individualizados”. Pois que, indaga ele:

Realmente, o problema central pode ser colocado assim: como é possível, ainda fazendo uso do esquema geral da ação, resolver o problema hobbesiano da ordem e ao mesmo tempo não fazer uso de uma proposição metafísica tão objetável como a da doutrina da identidade natural dos interesses? (Parsons, 1937/1966: 102).

A essa perspectiva, Habermas (1981: 370) contraporá a sua “teoria da ação comunicativa”, fazendo largo uso da obra de Mead, a qual, como observei anteriormente, Parsons desconsiderou, e na qual a interpenetração primária, lógica e factual, dos indivíduos *em interação* cumpre papel de ponta. Alexander (1983: 12), em compensação, crê ser em torno das questões da ação e da ordem que o quadro de referência de Parsons é tecido, apesar de sua não completa distinção entre os dois temas. Para esse neofuncionalista (Alexander, 1982: cap. 4), o qual concorda, a despeito de críticas e reparos, com o núcleo das formulações de seu antecessor, essas seriam as duas mais gerais e fundamentais questões *pressuposicionais* das ciências sociais.<sup>5</sup>

Havendo ele mesmo aceito uma posição individualista, e as conseqüências que dela decorrem, dirige-se Parsons aos autores que ocupam o centro de seu estudo.<sup>6</sup>

A obra de Marshall (Parsons, 1937/1966: cap. 4) parece cumprir função peculiar na argumentação de Parsons, distinta das outras obras por ele analisadas, uma vez que esse economista haveria realizado escassos avanços em relação ao utilitarismo, com o qual compartilharia o quadro conceitual. Mais ainda, quando chegou a realizar algum progresso, não teve disso consciência, tal passo adiante ocorrendo sobretudo por causa da “sensatez” de sua percepção empírica e de suas preocupações éticas. Sua contribuição se centra na noção de *atividades*, às quais se ajustariam os “desejos” individuais (com o que afasta a idéia de arbitrariedade dos fins), não aceitando ainda a concepção de

ação econômica como ligada exclusivamente à satisfação individual, reivindicando seu papel na “formação do caráter” e no “exercício das faculdades”. Se a noção de atividades seria inclusive uma categoria residual, indicaria, não obstante, um “sistema de atitudes valorativas relativamente bem integrado” (Parsons, 1937/1966: 703).

Mas se a contribuição de Marshall é tão limitada, por que incluí-lo em um já tão volumoso trabalho? Provavelmente porque nosso autor queria pôr em evidência a relação da teoria econômica com os outros ramos das ciências sociais, com os quais compartilharia os princípios fundamentais. Não era este, desde Amherst, um de seus temas fundamentais?

O caso de Pareto é distinto, embora seja razoável assinalar que Parsons no futuro praticamente não retornaria a ele. Sua influência inicial seria, em compensação, profunda. Novamente é a Henderson que isso é em grande parte devido. Este cientista da natureza, o qual manteve permanente um curso sobre Pareto e terminou por publicar um livro sobre o pensador italiano, tinha como modelo o sistema físico-químico, relacionando-o com sistemas biológicos, incluindo na moldura geral de sua reflexão os sistemas sociais. Parsons, anos mais tarde, comentaria que sua concepção de sistema enquanto “organismo vivo” havia se originado no momento desse contato (Parsons, 1970/1977: 28).<sup>7</sup>

Embora Pareto (Parsons, 1937/1966: caps. 5 e 6) traçasse um sistema “incompleto”, ele era “intimamente compatível” com tudo com tudo que Parsons teria a dizer (Parsons, 1937/1966: 300). Além disso, ele haveria recusado conscientemente a filosofia empiricista da ciência e alinhavado um sistema abstrato básico de teoria social, tendo até esboçado um sistema de elementos (via sua distinção entre ação lógica e não-lógica). Esses elementos são definidos como “resíduos”, “derivados” e “sentimentos”. Sua análise da ordem social normativa é, todavia, insuficiente, se bem que assinalasse que “a ação dos membros de uma sociedade é, em grau significativo, orientada na direção de um sistema único integrado de fins comuns”, sendo este fator definitivo no “equilíbrio” dos sistemas sociais (Parsons, 1937/1966: 707). Como os capítulos seguintes mostrarão, essa é tese que Parsons não mais abandonaria.

O problema inicial de Durkheim (Parsons, 1937/1966: caps. 8-19) dizia respeito à relação entre o indivíduo e a sociedade. Ele levantou a questão da ordem, postulando que as ações que os utilitaristas discutiam de um ângulo individualista tinham como quadro prévio um

sistema de normas. Esse era o núcleo teórico-polêmico de *A divisão do trabalho social*, onde ele chega à idéia não muito precisa de “consciência coletiva”, a qual articularia os indivíduos que autores como Spencer entendiam como atomizados. Mas Durkheim não haveria sido claro ao tratar logicamente da relação indivíduo-sociedade, em especial quando fala da última como uma “realidade *sui generis*”<sup>11</sup>. Para Parsons, ao sociólogo francês haveria escapado a distinção entre os aspectos concreto e abstrato de sua própria teorização, configurando-se, no primeiro plano, a realidade *sui generis* da sociedade mediante a simples agregação de indivíduos, sendo ambos, no segundo plano, abstrações que podem ser idealizadas inclusive isoladamente. É aparente que a interessante leitura parsoniana empresta ao pensamento durkheimiano uma inclinação que depende mais do leitor que do original em si.

A princípio, em termos substantivos, a relação da sociedade com o indivíduo seria para Durkheim um fenômeno externo, de coerção. Progressivamente, sua teorização tomaria outro rumo e, ao introduzir a idéia de que as normas “entram diretamente na constituição dos fins dos atores em si”, se libertaria definitivamente do modelo utilitarista. Se as normas não são externas, a noção de “coerção social” é transferida da “categoria de condições” para aquela de elementos normativos. Em seus últimos estudos, ele se aproximaria da definição da realidade social em termos de “valores últimos comuns”, embora sem perceber que sua interpretação da religião indicava, para além de um sistema de pensamento - “representações” -, as coordenadas de um “sistema de ação”. De certo modo, é correto afirmar que as questões substantivas da primeira obra de Parsons se desdobram desta intuição, sendo os outros autores incorporados a seu estudo sob a pressão do molde durkheimiano. Isso é particularmente verdadeiro no caso do pensador alemão mais caro a Parsons.

Boa parte da discussão sobre Weber (Parsons, 1937/1966: caps. 14-18) se centraria em sua metodologia, abordando temas como o tipo ideal e o conceito de interpretação (*Verstehen*), absorvido pelo autor alemão da tradição idealista. Ao primeiro já tivemos oportunidade de nos referir, enquanto que o segundo tem repercussões mais diretas sobre o argumento substantivo de Parsons. E em duas dimensões. De um lado, junto à sua importância metodológica, a idéia de interpretação (oposta a uma explicação causal externa) traz à baila a questão da *subjetividade* do ator, que deve ser obrigatoriamente levada em conta. De forma concomitante a esse destaque ao elemento subjetivo da ação, Weber teria trazido ao centro do palco seu conceito de *legitimação*,

com o qual teríamos uma resposta ao tema da ordem normativa. Mas Parsons vai mais longe do que isso e, com a meta de aproximar Weber estreitamente de Durkheim, força alguns dos conceitos daquele nas balizas deste. Esse é o caso, por exemplo, do conceito de *Herrschaft*, que se traduz melhor em inglês por *domination* (dominação), ao qual prefere o eufemístico termo *authority* (autoridade). É claro que Parsons percebe e indica que “autoridade” é uma forma de exercício do poder, envolvendo portanto a possibilidade de coerção direta, não obstante sua legitimação em face daqueles que a ela se subordinam (Parsons, 1937/1966: 656). Mas o pano de fundo “realista” da sociologia histórica weberiana se vê inexoravelmente desconsiderado.<sup>8</sup>

Na medida em que se esforçou por desencavá-lo dos diversos ramos da sociologia de Weber - seus estudos em religião, economia, direito e política -, Parsons declarou-se descontente com a direção tomada por aquele ao declinar da confecção de um quadro conceitual generalizado. No entanto, nas páginas iniciais de *Economia e sociedade* se encontrariam esboçados os elementos de um sistema teórico. Incorporando a seu modo suas sugestões, Parsons, convincentemente, demonstra a flutuação de categorias como “ação instrumental” e “ação com relação a valor”, que passam de tipos hipotéticos de ações concretas a elementos estruturais da ação, ou a heterogeneidade destas categorias em relação a outras como “ação tradicional”, que deveria ser acomodada em um plano distinto, subordinado (Parsons, 1937/1966: 658).

O grande ausente nesta discussão é, evidentemente, Marx. Se este autor não é de todo esquecido, é relegado ao papel de mero precursor dos autores principais, com referência sobretudo a Weber. Para Parsons, Marx haveria representado uma versão do utilitarismo individualista, apesar de ligar-se ainda à tradição idealista, via a influência de Hegel, tendo sido seu mérito principal reintroduzir a “questão da ordem”, ausente desde Hobbes. Marx reteria, nessa interpretação, a idéia de “interesses arbitrários” dos utilitários, introduzindo todavia a idéia de mudança e dos pressupostos sociais desses interesses, que seriam fornecidos pela divisão da sociedade em classes. Esta, originada na unidade produtiva do sistema econômico, a empresa capitalista, daí se espalharia por toda a sociedade (Parsons, 1937/1966: 118 e 489-93).

Pode-se disputar essa visão, apontando, por exemplo, para os *Manuscritos de 44*, com sua discussão do aspecto multifacetado da natureza humana e seu estreitamento sob o capitalismo, tema retomado em *O capital*, sob o tratamento do “fetichismo da mercadoria”, a hipó-

tese básica aí constituindo-se do nivelamento de todos os fins e sentidos à paixão utilitário-possessiva. Por outro lado, a própria reflexão parsoniana parece ser prejudicada ao incorporar Weber sem considerar os temas coercitivo-materiais que este teria assumido do legado de Marx (Alexander, 1983: 282).<sup>9</sup> Mas o fato é que Parsons manteria sua posição, reconhecendo mais tarde, contudo, a importância do conceito de *classe social*, se bem que discordando da inevitabilidade conflituosa que Marx lhe atribuíra (Parsons, 1949a/1964), vindo, ao final de sua carreira, a debruçar-se sobre o conjunto da reflexão marxiana (Parsons, 1967b) sem que isso acarretasse mudanças em sua opinião. De todo modo, não ter Parsons jamais citado Marx em primeira mão atesta sua falta de real interesse nesse autor.<sup>10</sup>

Curioso ainda é o caso de Georg Simmel, contemporâneo de Weber e formulador de um sistema de categorias analíticas centradas em torno à idéia de interação social. Sabe-se hoje que Parsons chegou a escrever um longo capítulo sobre este autor, que acabou por ser excluído não apenas de *A estrutura da ação social*, mas de toda sua obra subsequente. Parsons buscou justificar sua posição indicando o volumoso caráter dessa publicação e sua rivalidade teórica com o principal cultor de Simmel nos Estados Unidos - Herbert Blumer (a cuja disputa com Parsons voltarei adiante) -, com o que haveria preferido concentrar-se na divulgação de Weber. Certamente, estas são explicações relevantes. O fato de que as categorias analíticas de Simmel apontavam uma direção pouco compatível com as preocupações de Parsons com a normatividade da vida social e a questão da ordem parece ser, no entanto, o elemento decisivo que levaria a essa ausência (Levine, 1980).

Com a síntese de seus autores prediletos, Parsons pretendia, em um nível teórico extremamente geral, haver chegado ao que Alexander (1983: 19) caracteriza como uma “abordagem multidimensional da ação”. É esse precisamente o conteúdo da fórmula “a teoria voluntarista da ação”, a qual levaria em conta tanto a subjetividade do ator quanto o meio em que este atua. Seria o esforço do ator para atingir seus meios e objetivos que implicaria no fator “voluntarista” da teoria. Junto a essas duas, seria preciso ter outras dimensões sob consideração:

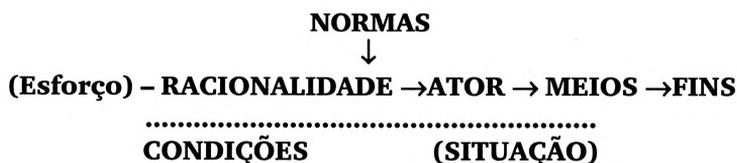
A ação deve ser pensada como envolvendo um estado de tensão entre duas diferentes ordens de elementos, a normativa e a condicional. Como processo, a ação é, de fato, a alteração dos elementos condicionais na direção da conformidade com as normas. Assim, condições podem ser conhecidas em um pólo, fins e regras

normativas no outro, tendo meios e esforço como elos de conexão entre eles (Parsons, 1937/1966: 732).

E ao tema do “voluntarismo”, como se pode ver, que o conceito de ato-unidade se dirige. Os elementos que Parsons apresenta respondem aos planos normativo e condicional da ação, com referência particular ao que chama de “cadeia de meios e fins”. Em um esquema mais avançado, essa teria prioridade no estabelecimento de nexos causais explicativos para a ação. Resta enfatizar que Parsons recolhe dos utilitários a noção da ação social como guiada por uma norma de racionalidade e que, idealmente, postula o conceito de *ato-unidade racional*. Para ele, sem sombra de dúvida, “os homens se adaptam às condições em que se acham colocados e adaptam os meios a seus fins de forma tal a atingir aqueles fins da maneira mais eficiente” (Parsons, 1937/1966: 59). Trata se, assim, de uma propensão maximizadora por parte dos indivíduos.

A Figura 1 expõe, em traços essenciais, as características do ato unidade, segundo a teoria voluntarista da ação.

### Figura 1



Tendo chegado a essas conclusões, nosso autor introduz algumas questões dúbias, que já prenunciam o rumo de sua reflexão posterior, sua concepção de ator insinuando-se em primeiro plano (Parsons, 1937/1966: 746-7).

De acordo com sua sugestão, a ação seria composta por atos-unidade, cuja interconexão é estabelecida ao serem atribuídos a um ator. Personalidades, compostas então por uma “teia de atos-unidade” (o corpo do ator sendo tomado como um elemento condicional da situação) configurariam, por seu turno, sistemas sociais. Mas Parsons afirma também que um grupo seria legitimamente considerado como um sistema de ação e como um ator. Personalidades e grupos possuiriam “propriedades emergentes”, e, em decorrência, caráter orgânico, am-

bos podendo ser vistos, em par com atos-unidade, como as unidades de sistemas sociais. O problema é que a passagem dos atos à personalidade, e desta aos grupos, se operaria como *agregação*, compondo-se por intermédio disso “esquemas descritivos secundários”, sempre redutíveis ao nível anterior. Ora, se é o cientista social que procede a essa agregação, o caráter orgânico das personalidades e grupos se dissolve, bem como a ação em si se decompõe em atos que se relacionam somente por meio do entendimento do pesquisador.

Aqui, o problema da relação entre unidade de análise e elementos analíticos, já mencionada na seção anterior, faz-se essencial. Schutz, desde ponto de vista fenomenológico, quis que a divisão da ação em atos repousasse com o ator, o único capaz de desmontá-la analiticamente, segundo ele (Parsons, 1940-41/1978: 37-43). Não concordando com essa postulação, considero entretanto necessário afastar a idéia de agregação. Se o cientista social pode, ele mesmo, desmontar os atos-unidade, deve-se enfatizar que esta é uma operação tão analítica quanto aquela implicada na operação dos elementos analíticos. O mesmo é válido em relação aos atores, individuais e coletivos, na conexão entre personalidade e corpo no primeiro, inclusive. São elementos e unidades analíticas dos sistemas sociais, os quais se constituem em totalidades orgânicas. O atomismo da teoria da percepção da filosofia moderna se articulava ao atomismo da teoria da ação. Ao aceitar o segundo como ponto de partida, Parsons perde as coordenadas que lhe possibilitariam superá-lo adequadamente.<sup>11</sup>

Além disso, inaugurando um viés que se reproduziria ao longo de sua obra, ele concentraria sua atenção já nesse primeiro momento na questão das normas, fins, meios e racionalidade, descurando por completo da questão da *criatividade* (não obstante referências vagas à idéia de “esforço” poderem ser lidas como que remetendo à dimensão criativa da ação). Na verdade, o “problema da ação” era assim mais facilmente acomodado ao “problema da ordem”, reproduzindo Parsons algo que desde o fim da Renascença poderia ser observado no pensamento ocidental. Essa temática, portanto, desaparecerá de sua obra e da sociologia como um todo, somente hoje reencontrando novos promotores (Joas, 1997).

## A TEORIA GERAL DA AÇÃO E A SOCIOLOGIA

A história da sociologia enquanto disciplina tem sido marcada por um persistente debate quanto a seu conteúdo e limites. Disciplina

histórica ou nomológica, concentrada em conceitos gerais? Articulada à psicologia, ou dela independente, ocupando-se de “fatos sociais” característicos, como quis Durkheim em suas *Regras do método sociológico*? Conjunto de temas que não se enquadram em outras disciplinas, ou um tipo de teorização mais geral do que elas e que, portanto, as subordina? A esses dilemas, Parsons oferece uma solução peculiar.

De início, ele tende a rejeitar uma distinção entre ciências sociais analíticas e ciências sociais históricas, dado que a presença pervasiva das “constantes” e “variáveis” do quadro de referência da ação permite falar apenas de disciplinas “total” ou “parcialmente” analíticas (Parsons, 1937/1966: 760-1). Além disso, o ato-unicidade forneceria a base de todas as ciências “totalmente” analíticas. Os sistemas de ação apresentam, outrossim, propriedades emergentes, paralelamente à sua composição em atos-unicidade, as quais se situam em três planos. Estes seriam aqueles da “racionalidade econômica”, da “ordem distributiva do poder” e da “integração dos valores comuns”. Aos primeiros corresponderiam a ciência econômica e a ciência política, ao último a sociologia, que se delinaria como uma ciência especial da ação, somente (Parsons, 1937/1966: 762 e segs.). A sociologia, nessa classificação, assume, portanto, um caráter duplamente analítico - pelo recurso à abstração e à decomposição em unidades e elementos, e por ater-se ao plano da integração dos valores (Chazel, 1979: 18-21).

Em que extensão Parsons reteria essa perspectiva é questão a ser investigada nos próximos capítulos. E mister sublinhar, entretanto, que o tema de seu livro é mais geral. O “quadro de referência da teoria da ação social” seria o resultado em que culminariam seus esforços desde sua tese de doutorado, e mesmo anteriormente, no sentido de elaborar uma resposta apropriada à integração do conjunto das ciências sociais. Seria em um plano abstrato, por meio da teoria “voluntarista” da ação, que acreditava haver dado os passos fundamentais para alcançar seus objetivos. Nesse sentido é que me parece legítimo falar desta sua primeira obra, e de outras que lhe dariam continuidade, como dando forma a um sistema geral de categorias de caráter universal, semelhante e distinto, então, daquele que Marx proporia para abarcar a economia política do capitalismo. A *estrutura da ação social*, no entanto, corresponderia apenas aos primeiros alicerces do sistema, a ser estendido nos anos que se seguiriam à sua publicação.

## Notas

- <sup>1</sup> O processo de decomposição propugnado por Parsons não é rígido, devendo ser efetuado de acordo com as necessidades de cada investigação. Todavia, é ele mesmo que enfatiza que o limite para aquele processo é dado pela manutenção do ponto de vista *subjetivo*, o qual exige que o sentido da ação esteja presente para o ator (Parsons, 1937/1966: 738).
- <sup>2</sup> Aos “objetos eternos” de Whitehead, Parsons se referirá somente em suas derradeiras páginas, ao postular os objetos culturais como fora do tempo, demandando uma ciência não-empírica como decorrência (Parsons, 1937/1966: 763). Ele abandonaria essa concepção, nesta forma, mas reteria algo dela aproximado ao destacar a cultura dos sistemas sociais e da personalidade em seus trabalhos posteriores.
- <sup>3</sup> A formulação de Weber, lembre-se, apontava para uma rígida separação neokantiana dos conceitos da realidade. Em plano abstrato (como no caso das formas de dominação) ou referindo-se a “individualidades históricas” (por exemplo, “o espírito do capitalismo”), seus *tipos ideais* seriam um composto de características típicas selecionadas dos objetos aos quais se referem, não sua reprodução na mente do observador.
- <sup>4</sup> Observe-se, entretanto, que isto serviria como uma caracterização apenas parcialmente verdadeira das versões atuais desse tipo de perspectiva.
- <sup>5</sup> Vale observar que a questão da ordem foi um dos pontos de partida da etnometodologia de Garfinkel (1967), em especial com sua aplicação, por Parsons, em termos de um quadro cognitivo comum, como se verá Posteriormente com sua teoria do simbolismo (Parsons, 1953b: 36). O etnometodólogo põe a questão, contudo, do ângulo da pura subjetividade dos atores, sublinhando a *necessidade* de ordem para o equilíbrio daqueles, e terminando por respondê-la de modo formal e solipsista.
- <sup>6</sup> Para o tema da ordem, nos planos factual e teórico, veja ainda Schwanenberg (1971). A questão se esclarece ao se levar em conta que Parsons encarava os indivíduos sempre em interação, sendo eles, contudo, *anteriores* a ela, conforme o que denomina de modelo cartesiano-hobbesiano (como mais tarde expressaria o ponto em Parsons, 1968b/1977).
- <sup>7</sup> Não se deve esquecer, todavia, a importância, reconhecida por Parsons (1937/1966: 32), do conceito de organismo proposto por Whitehead (1926: 51, 80 e 129, principalmente).
- <sup>8</sup> Giddens (1984: xxxvi) corretamente aponta, ao criticar a absorção que Habermas faz da obra de Parsons, que este realiza uma leitura extremamente parcial da obra de Weber, selecionando dela temas como processos de racionalização e diferenciação evolutiva. Empurra-se com isso para a penumbra as práticas e lutas de atores concretos, conflitos e choques de interesse, a territorialidade e violência das formações políticas modernas, elementos centrais na reflexão de Weber. O tema da “autoridade” (veja o capítulo 3 deste livro) seria recuperado em uma peculiar conceituação do poder.
- <sup>9</sup> De qualquer modo, certos autores (cf. Swingewood, 1975: 190) demonstram similaridades e aproximações entre o parsonianismo, sobretudo em seus

desenvolvimentos posteriores, com certos aspectos do marxismo, a começar pela noção de sistema. Mesmo o conceito de equilíbrio, crucial para o funcionalismo que Parsons abraçaria a partir de meados dos anos 1940, receberia destaque em obras como as de Nicolai Bukharin, *A teoria do materialismo histórico*, publicada em 1921.

- <sup>10</sup> A ausência decisiva que Parsons reconheceria no prefácio de 1949 (Parsons, 1949b: B) à edição de seu livro seria a do psicanalista Sigmund Freud, cuja obra estudaria com profundidade ulteriormente. Lamenta igualmente a falta de atenção à antropologia social, na qual não divisa em compensação nenhuma figura da estatura dos outros autores mencionados.
- <sup>11</sup> Em vista disso, Luhmann está correto quando sugere que a ação é já em si um sistema, embora Parsons flutuasse ao enfrentar a questão. O autor alemão vai mais longe e escreve que “elemento” e “sistema” são conceitos que pressupõem um ao outro (Luhmann, 1982: 52). Daí deriva, contudo, a injustificada tese de que, com isso, pode-se dispensar inteiramente a idéia de sujeito.



## 2

# INTERAÇÃO, SISTEMA E FUNÇÃO

### O STATUS TEÓRICO DO FUNCIONALISMO ESTRUTURAL

Como tivemos ocasião de observar, a teoria parsoniana, no momento mesmo em que conclui uma etapa decisiva de seu desenvolvimento, com o delinear da noção de “voluntarismo” da ação social, conjura uma série de problemas que transbordam o quadro de referência então estabelecido. As páginas finais de *A estrutura da ação social* propunham questões cuja solução demandava investigação que ultrapassava o escopo desta publicação. A segunda fase da reflexão de nosso autor se abre, portanto, após algumas tentativas de análise empírica de problemas “macro” sociais - como a estrutura de sexo e idade dos Estados Unidos, estratificação social e sociologia da religião, o nazismo e a estrutura social do Japão -, com um enfrentamento da necessidade que sentia premente de avançar na direção de um quadro de referência mais amplo e inclusivo. O resultado constitui o que se consagrou como modo funcionalista-estrutural de análise da sociedade. Existem, certamente, outras versões desse tipo de abordagem, como, por exemplo, o funcionalismo empírico de Merton (1949, em particular o capítulo 3), que chegou a manifestar-se de maneira tão pervasiva ao ponto de Kingsley Davis (1959) poder afirmar ser de fato a única nas ciências sociais. Nenhuma versão, no entanto, pretendeu o nível de abstração e generalidade divisado por Parsons, nem provavelmente pôs tanta ênfase no papel dos valores sociais, o que leva por vezes na literatura a uma discutível diferenciação entre “funcionalismo normativo” e “funcionalismo geral”.

Desde sua formulação inicial a respeito desse instrumento teórico, nosso autor foi muito claro em relação ao que acreditava estar aí representado. Embora, como veremos, Parsons pretenda reter e retrair

algumas categorias básicas já avançadas no período anterior, frisa ele que um sistema funcionalista-estrutural é essencialmente distinto de um sistema analítico, perdendo muito da flexibilidade que se poderia atingir com este (Parsons, 1945/1964: 218,226). A utilidade e necessidade de tal tipo de abordagem derivava de nosso fragmentário conhecimento da *dinâmica* social. Em outras palavras, na ausência de leis que desvelassem os segredos dos processos sociais, haveríamos de nos contentar com uma “segunda melhor alternativa” (Parsons, 1951a/1979: 20). Esta seria composta pelos seguintes tipos de *categorias generalizadas* (Parsons, 1945/1964: 218, 228-9; Parsons, 1951a/1979: 6,483-5):

- *Categorias básicas do quadro de referência da ação*: no caso, elas referem-se ao binómio ator-situação, que modifica alguns traços da teoria voluntarista.
- *Categorias estruturais*: essas seriam uma derivação daquelas primeiras, permitindo, por seu escopo, uma completa e adequada descrição de um sistema empírico determinado.
- *Categorias funcionais dinâmicas*: articulando-se diretamente com as categorias estruturais, elas forneceriam o elemento fundamental para a descrição dos processos pelos quais essas estruturas são mantidas ou transformadas.

Como veremos adiante em detalhe, tal sistema inclui *unidades* de análise, mas não *elementos* de análise, para nos referirmos à terminologia explorada no capítulo anterior. Com isso, temos não leis, as quais somente seriam disponíveis caso pudéssemos contar com um verdadeiro sistema de variáveis (elementos) analíticas, mas sim *mecanismos*, “generalizações empíricas sobre processos motivacionais” dos atores individuais de um sistema social. Com isso, realizada correta e suficientemente essa descrição estrutural, abrir-se-iam as portas, malgrado aquela limitação, para indicar-se a *funcionalidade* ou *desfuncionalidade* de um processo ou de um conjunto de condições para a manutenção ou desenvolvimento de um sistema social.

Nesse sentido, a elaboração teórica desse período seria incluída no que Parsons e Shils consideram como segundo passo na constituição do saber científico em uma determinada área (Parsons, 1951b/1962: 50-1.): o esquema funcionalista-estrutural, superando os sistemas ad

hoc de classificação (mais ou menos arbitrários), era construído para “encaixar-se” com seu objeto, incluindo já relações entre suas classes, e constituindo um sistema interdependente que, de certo modo, *duplicava* a interdependência dos sistemas empíricos. Se esse esquema não alcançava sequer o status de um sistema teórico - apresentando-se meramente como um *paradigma* (Parsons, 1951a/1979: 485) -, muito menos se caracterizava como um “sistema empírico-teórico”, objetivo máximo da ciência, por meio do qual poder-se-ia predizer o estado de um sistema fora de condições ideais (experimentais). De todo modo, permitiria, além de guiar a pesquisa e controlar os *bias* de observação e interpretação, codificar o conhecimento existente e garantir seu crescimento cumulativo (Parsons, 1951a/1979: 3).

Em que medida mantém-se Parsons então fiel à problemática com tanto vigor levantada em seu livro inaugural? Ele mesmo reconhece que a meta de cristalização de um sistema analítico estava ainda distante, contentando-se em reassumir o tema das unidades de análise que se propunham paralelamente àquelas variáveis essenciais. É verdade também que vários dos conceitos dessa fase são excessivamente orientados em direção ao concreto, e que se encontre certa fragmentação na arquitetura conceitual do sistema (Alexander, 1983: 75), muito embora não seja autorizado nem falar em um nova etapa neopositivista (Miebach, 1984: 14) nem afirmar o caráter concreto de toda a conceitualização então trabalhada (Adriaanses, 1980:101).

Mais uma vez, o problema parece estar na própria definição parsoniana da relação entre o abstrato e o concreto. Parsons e Shils chegam mesmo a apontar para diversos “alcances de generalidade” dos conceitos científicos, igualando esses alcances diferenciados a distintos níveis de concretude (Parsons, 1951b/1962: 241) e, portanto, de abstratividade. Uma relação mais dialética entre essas duas dimensões, que não opusesse generalizações empíricas a assunções teóricas, poderia ajudar a dar outro sentido à compreensão de *O sistema social* e seus textos correlatos, deixando de lado a camisa-de-força da mecânica clássica. Esse era, contudo, desde antes, elemento central na reflexão de Parsons sobre a ciência, equivocadamente se confundindo, a meu ver, com sua legítima postulação de modelos teóricos ideais.

Em sua fase inicial, de escopo mais restrito, isso não chegou a causar maiores embaraços à sua reflexão, mas deve-se notar que o contrário é verdadeiro no momento seguinte. Talvez, com isso, o caráter analítico relativo desse período seja melhor salientado e, mais ainda, a direção que Parsons toma em seguida, insatisfeito com os resulta-

dos dessa elaboração, se mostre como menos sugestiva do que aquela que pretendia parcialmente substituir.

Para que essas colocações adquiram clareza, e se possa decidir sobre sua validade, é preciso que passemos à análise substantiva da teorização parsoniana nesse período intermediário.

## O NOVO QUADRO ANALÍTICO

Ao mesmo tempo em que o quadro de referência da ação da primeira fase é mantido nesse segundo período, ele é transcendido por algumas modificações essenciais. É na definição mesmo da *ação*, mas também em sua inserção em um sistema de *interação* que essas redefinições se fazem sentir. Parsons oferece uma definição sintética do aspecto mais geral de sua nova elaboração:

Reduzido aos termos mais simples, então, um sistema social consiste em uma pluralidade de atores individuais interagindo uns com os outros em uma situação que tem pelo menos um aspecto físico ou ambiental, atores que são motivados em termos de uma tendência para a “otimização da gratificação” e cuja relação com sua situação, incluídos nela os outros atores, é definida e mediada em termos de um sistema de símbolos compartilhados e culturalmente estruturados (Parsons, 1951a/1979: 5).

O novo esquema é, portanto, *relacional* (Parsons, 1951a/1979: 3-4). Parsons procura com isso resolver as questões pendentes na conclusão de sua primeira obra. Entretanto, em grande medida ainda, sua construção consistirá de uma reflexão dos problemas que concernem à orientação de atores individuais em uma dada situação, sendo esses dois elementos os “componentes mais elementares de qualquer sistema de ação” (Parsons, 1951a/1979: 7). Observe-se, por outro lado, que essa é uma distinção *analítica*, com o foco da análise podendo mudar e seus elementos de referência serem reconceituados (Parsons, 1951b/1962:61).

A definição de ator (Parsons, 1951a/1979:4; Parsons, 1951b/1962: 56) com que Parsons trabalha implica sua dupla caracterização, simultaneamente enquanto *ponto de referência* e *sistema de ação*. No primeiro caso, trata-se de sua visualização como a unidade fundamental de análise; no segundo, de sua constituição como agregado de ações. A essas duas coordenadas deve-se acrescentar a distinção *indivíduo-coletividade*, de acordo com a qual o ator que se põe como referência é um

indivíduo ou um sistema social. Essa é questão que será necessário expandirmos mais tarde.

Além disso, é central nessa concepção a noção de que os atores individuais agem em função de suas *motivações* (Parsons, 1951a/1979: 12; Parsons, 1951b/1962:10). Essas são definidas como os aspectos da orientação do ator frente à sua situação em termos do “balanço gratificação - privação”. Ou seja: trata-se dos parâmetros por intermédio dos quais as “disposições-necessidades” (*need-dispositions*) - em que o primeiro termo chama a atenção para a vontade de um determinado ator e o segundo enfatiza sua necessidade de equilíbrio enquanto personalidade - informam a ação e as escolhas de direção requisitadas em seu desenrolar.<sup>1</sup>

Resta acrescentar que o ator define sua ação e seu “investimento” em sua consecução a partir de expectativas - as quais, quando ele é passivo, são meras “antecipações”, emergindo, no entanto, enquanto “metas”, ao portar-se ele ativamente.<sup>2</sup>

Por sua vez, a *situação* será definida enquanto *objetos* em relação aos quais os atores se orientam e frente aos quais sustentam expectativas; esses objetos, já enunciados na citação acima, incluem-se em três categorias (Parsons, 1951a/1979: 4; Parsons, 1951b/1962: 57):

- *físicos*: objetos que não, interagem, colocando-se tão somente, em sua passividade, como meios e condições da ação.
- *sociais*: estes, em contrapartida, são atores, consistindo do sujeito que é tomado como referência (ego) em sua orientação com relação a si mesmo, daqueles indivíduos que com ele interagem (alter) ou ainda coletividades - sobre as quais teremos bastante a dizer mais adiante. Nesse caso, a expectativa do ator inclui a reação daqueles com que interage.
- *culturais*: objetos (os quais tomam outro caráter se intemalizados pelo ator) que constituem os elementos simbólicos de uma tradição comum, idéias ou crenças, símbolos expressivos ou padrões de crença.

Por fim, a orientação dos atores frente à situação se define mediante dois eixos, quais sejam, o da motivação e o dos valores que os orientam. Os dois acham-se intimamente relacionados, mas diferem entre si, uma vez que, se o primeiro implica a internalização de valores

culturais em sua referência ao balanço gratificação-deprivação, o segundo diz respeito aos elementos normativos, os quais se constituem em eixo fundamental do processo de interação entre ego e alter. Com isso, temos a definição de *valor* enquanto elemento do sistema simbólico comum, que serve como “critério ou parâmetro para a seleção entre alternativas de orientação, as quais são intrinsecamente abertas em uma situação” (Parsons 1951a/1979: 12). Os dois *modos de orientação* podem ser desmembrados nos seguintes elementos analíticos (Parsons, 1951a/1979:13; 1951b/1962: 58-60):

- *Orientação motivacional:*

- a) modo cognitivo: define a situação e seus objetos de acordo com a motivação do ator;
- b) modo catéctico: define se o objeto é gratificante ou não;
- c) modo avaliativo: integra-as escolhas de objetos feitas pelo ator.

- *Orientação valorativa:*

- a) modo cognitivo: estabelece os parâmetros de validade dos julgamentos cognitivos;
- b) modo apreciativo: define a correção e propriedade das escolhas de objetos e atitudes em relação a eles;
- c) modo moral: fornece os padrões por meio dos quais as outras escolhas são realizadas.

Em uma seção específica, veremos que esses modos de orientação se enquadram dentro do que Parsons chamaria de “variáveis de parâmetro”, as quais constituem elemento fundamental de sua reflexão nessa fase. Por ora, tragamos à baila uma nova distinção *analítica* de grande importância para a arquitetura de seu sistema teórico. Se um dos objetivos de Parsons com a conceituação acima é dar conta da constituição de sistemas de interação, deve-se ter claro que uma categorização tripartite como que atravessa todo seu esquema, levando-o a cogitar de três focos de análise diferenciados, pois que

(...) um sistema social é apenas um dos três aspectos da estruturação de um sistema de ação completamente concreto. Os outros dois são o sistema da personalidade dos atores individuais e o sistema cultural que se encontra inserido dentro de sua ação (Parsons, 1951a/1979: 6; cf. também Parsons, 1951b/1962: 55-7).

E com essa distinção analítica e o entrelaçamento concreto desses três elementos em vista que certos autores têm sublinhado a noção de *interpenetração*, queiram eles acentuar o kantismo de Parsons e a continuidade de sua obra, como Richard Mfinch (1988: 63), ou pretendam, como Niklas Luhmann (1981), daí decolar em direção a uma cerrada teoria sistêmica. Para Alexander (1983:175), autor que assume a idéia de interpenetração, nela reencontraríamos o núcleo de uma teoria *multidimensional*, na qual a personalidade contribuiria com a intencionalidade e o esforço, a cultura com o elemento normativo, sendo esses elementos organizados pelo sistema social conforme as exigências da agregação da ação de diversos indivíduos.

Visão contrária a essa, como a de Ken Menzies (1976: 3-5), postularia que, sem haver conseguido de fato conciliar idealismo-compositivismo, este último, através da teoria funcionalista-estrutural, viria a reclamar papel dominante, empurrando Parsons de uma visão do ator parcialmente submetido à tradição cultural para uma concepção do homem como ser “completamente socializado”, tomando-se então a criatividade da ação problema de difícil solução. Na mesma senda, outros, como Habermas (1981: 337), acreditam que essa interpenetração se resume ao esboço de “elementos estruturais analógicos” entre os três sistemas, no que a cultura é inclusive erradamente reificada, permanecendo os atores parsonianos monológicos. Diagnóstico semelhante se lê em Hans Adriaanses (1980: 61, 94), o qual, se bem que enfatize a continuidade da obra de Parsons, chama a atenção para o fato de que a introdução do binómio “ator-situação” representou uma nova versão da teoria voluntarista, na qual, não obstante o aspecto sistêmico receber preeminência, a dualidade sujeito-objeto, que se almejava superar, termina por prevalecer.

## OS TRÊS SISTEMAS ANALÍTICOS E A DESCRIÇÃO ESTRUTURAL

Ao discutir a personalidade como sistema, Parsons e seus colaboradores delineiam quatro variáveis básicas. Essas seriam: a) os elemen-

tos usualmente enfocados pela psicologia do comportamento, tais como motivação, o balanço gratificação-deprivação, cognição, aprendizagem, etc.; b) processos alocativos, de esforço e orientação; c) os mecanismos de defesa e ajustamento, implicando a integração dos componentes das necessidades-disposições; e d) a integração das necessidades-disposições em uma personalidade em funcionamento (Parsons, 1951b/1962: 18-9). Por outro lado, o “equilíbrio”<sup>3</sup> dos sistemas de personalidade obedece a dois imperativos. Um deles seria interno - manutenção de limites - o outro, externo -, otimização da gratificação, o que demanda somente um ponto ideal, não sua maximização, ao contrário do que pretenderia um teórico qualquer do hedonismo (Parsons, 1951b/1962:120).

No mesmo diapasão se acha a afirmação de que se pode assumir como “não-problemática” a noção de que os processos motivacionais permanecem estáveis desde que nada externo concorra para alterá-los. Isto estaria dado na interação de ego e alter, suas necessidades-disposições e nas respostas que colocam um ao outro, com o que Parsons otimisticamente propõe como “a primeira lei do processo social” a “tendência” à permanência do processo interativo (Parsons, 1951a/1979: 204-5).

A esta altura, apresenta-se a oportunidade para evidenciar a contribuição decisiva que a leitura de Freud traria ao trabalho de Parsons (1952b). Este acreditava que a psicanálise teria proporcionado o aprofundamento de nossa compreensão da motivação humana. O conceito de *superego* seria nisso decisivo, essencial inclusive para tecer os laços entre a psicanálise e a sociologia, encontrando-se no centro de um processo de convergência em que Durkheim e o papel das normas na ação social eram proeminentes. Indagava, desta maneira, como poderia o “fenômeno da internalização das normas morais” ser investigado de forma a “maximizar” suas implicações nos dois campos científicos. Mas Parsons é crítico da realização de Freud, pondo ênfase no fato de que ele teria assumido um ponto de vista individualista, com o que deixa de lado o papel do simbolismo nos processos comunicativos. Mais ainda, Freud haveria cometido erro de grandes consequências ao restringir a internalização da cultura aos padrões morais, enquanto os elementos cognitivos e catécticos da personalidade seriam do mesmo modo socialmente conformados.<sup>4</sup>

A primeira coisa a ser mencionada ao se discutirem os sistemas culturais é seu caráter peculiar, diferenciado face aos da personalidade e do sistema social. Isso se dá porque, segundo Parsons, não só têm seus

elementos necessariamente caráter generalizado e abstrato, mas *não* se constitui a cultura como um sistema empírico, erigindo-se como objeto de orientação (Parsons, 1951b/1962: 7, 159-62). Ele retoma aqui a formulação obscura de *A estrutura da ação social*, não sendo possível dizer que esse tipo de colocação seja inteiramente convincente. Aliás, um dos colaboradores de Parsons nesse período já explicitamente discorda dessa proposição, contrapondo-lhe a tese de que a cultura, abstraída dos processos de interação social, constitui exclusivamente um modelo teórico (Sheldon, 1951: 39). Esta é também a posição de Habermas (1981: 328-33), o qual acusa Parsons de haver retirado a cultura do “mundo da vida” e de reificá-la - tomando-a enquanto elemento da situação, com o que se vê obrigado a refugiar-se na alternativa das variáveis de parâmetro -, e romper com o “realismo analítico” ao defini-la como um subsistema (Habermas, 1981: 355). É certo que um neoparsoniano pode contra-atacar, afirmando que quem confunde nessa coordenada abstrato e concreto é Habermas e não Parsons (Alexander, 1983: 349). O problema é que, ainda desta forma, seria necessário justificar esse tratamento dos sistemas culturais; mas, pior que isso, o próprio Parsons tende a misturar os polos analítico e concreto em sua discussão da cultura.

De acordo com nosso sociólogo, três são as definições básicas da cultura: ela é transmitida, aprendida e compartilhada. Ela se diferencia do sistema social, ademais, sendo dele empírica e analiticamente abstraível porque pode ser transmitida de um sistema social a outro. Não se conformando como sistema que “funciona”, seu modo próprio de integração se efetiva mediante “padrões de consistência” (Parsons, 1951a/1979: 15-7). Em um plano mais concreto, ele classifica os elementos das tradições culturais sob três rubricas: os valores de orientação, que, já aqui explorados, consistem nos parâmetros normativos da interação; os sistemas de crenças e idéias; e os sistemas de símbolos expressivos (Parsons, 1951a/1979: 326). Quando o primeiro tem primazia, o resultado é o tipo ideal de “ação instrumental”; se o segundo se mostra mais importante, ocorre então a “ação moral”; por fim, se o último tem maior peso, o que se afirma é a ação expressiva. Evidentemente, em termos concretos, toda ação incorpora simultaneamente esses três aspectos (Parsons, 1951b/1962:162-5).

Alguns anos mais tarde, Parsons procuraria expressar mais claramente sua concepção de valores como preparação para o livro que pretendia escrever sobre a sociedade norte-americana. Embora esse texto tenha se desenvolvido já em uma fase diferente de sua carreira, suas

teses são consistentes com as concepções até aqui analisadas. Uma distinção é particularmente importante, aquela entre *valores culturais* e *valores do sistema social*. Enquanto os primeiros caracterizam-se como os “mais elevados componentes da cultura”, permanecendo estáveis ao longo de extensos períodos, os últimos implicam progressiva diferenciação e especificação de acordo com as exigências funcionais dos sistemas sociais, definindo sua situação ideal (Parsons, 1959-60/1991: 37). Essa distinção lhe permitiria sustentar que os valores básicos da sociedade norte-americana, apesar de diferenciação e especificação progressivas, teriam permanecido essencialmente imutáveis em seu “ativismo instrumental mundano”, derivado da ética protestante onde encontram suas raízes, e mesmo em sua religiosidade de fundo (Parsons, 1959-60/1991: 47).<sup>5</sup> O platonismo e o conservadorismo da formulação são evidentes consequências da reificação do sistema cultural, precisamente percebida por Habermas.

Foi para dar conta da descrição estrutural dos sistemas sociais que Parsons introduziu um conjunto de novas categorias nessa fase. A mais importante delas é, certamente, a de *status-papel*. Visa ela, em especial, a análises “macroscópicas”,<sup>6</sup> consistindo em uma “unidade de ordem mais elevada” que o ato-unidade, uma vez que a estrutura do sistema social é a estrutura das relações entre os atores em interação, colocando-se em plano distinto da ação enquanto tal. Em outras palavras, portanto, é a “participação de um ator em um relacionamento interativo balizado por determinados parâmetros que é, para muitos propósitos, a unidade mais significativa do sistema social” (Parsons, 1951a/1979: 25).

Essa unidade possui, ademais, dois aspectos essenciais. O primeiro é estrutural, e se define como a localização do ator no sistema, seu *status*, por isso o compreendemos como uma parte. O outro aspecto é processual, implicando o que o ator faz com outros - em termos de sua “significação funcional” para o sistema -, com o que se tem seu *papel* caracterizado. Que esteja claro, no entanto, que o *status-papel* é uma unidade do sistema, não um atributo do ator. Mas Parsons percebe outras duas unidades ao discutir a estrutura do sistema social e nosso esforço de decompô-lo para melhor analisá-lo (Parsons, 1951a/1979: 25-6). São o *indivíduo* (o qual não se deve confundir com a personalidade), unidade ainda mais elevada que o *status-papel*, o qual se conforma como um feixe de status e papéis,<sup>7</sup> e a *coletividade*, que atravessa esse indivíduo-unidade.

A coletividade, como ator e objeto, é uma unidade compósita, no centro da qual se acha o *status-papel* que articula as ações dos indivíduos que constituem o sistema (com as ações que para isso não são relevantes abstraídas). Uma coletividade tem metas compartilhadas por seus membros e fronteiras, as quais podem ser latentes, que definem exatamente essa participação dos indivíduos no sistema de status e papéis. Se uma coletividade deve ser considerada como um ator, o que se quer dizer ao falar de sua *ação*? Para Parsons, a ação de uma coletividade é a “ação articulada de uma pluralidade de atores individuais” (os quais podem cumprir papéis “representativos” frente ao meio e a alter, pressuposta sua “responsabilidade” no interior da coletividade), o que faz com que a *integração* de seus membros em torno de um *sistema comum de valor* ocupe o centro do palco. Aqui já reencontramos as variáveis de parâmetro, pois que, como nosso teórico quer demonstrar, o crítico da ação em conjunto implica a prevalência da orientação coletiva versus a orientação segundo o próprio interesse, estabelecendo a *solidariedade* da coletividade.<sup>8</sup> Além disso, é importante guardar em mente o que consistiria o caráter “tipo-cebola” das coletividades, dado que dentro delas encontramos “subcoletividades” (Parsons, 1951b/1962: 61,192-5).

Uma coletividade é, por conseguinte, um sistema social. Dentro desta categoria, dois são os casos que nosso autor distingue: o sistema social enquanto *sociedade* (sobre o qual se concentra), ou como *sistemaparcial* (Parsons, 1951a/1979:19; Parsons, 1951b/1962:196). Uma sociedade se define como um sistema empírico auto-suficiente de longa duração - na verdade o tipo de sistema social conformado nas fronteiras do Estado nacional moderno, o que ocasiona problemas insuperáveis ao tratar-se de civilizações não-burguesas ou mesmo do sistema internacional contemporâneo -, sendo que todos os outros seriam “subsistemas” e se veriam contidos dentro de alguma sociedade inclusiva.

A esta altura deve ser evidente que a descrição estrutural de Parsons demanda procedimentos analíticos de grande importância. Pode-se mesmo afirmar que o entendimento de Parsons quanto a suas unidades de análise é, por vezes, superior àquele ventilado pela abordagem de sua obra anterior. A ação, por exemplo, é claramente um sistema, assim como as coletividades, e, ao que parece, os feixes de status e papéis. Cabe perguntar, no entanto, se a compreensão do indivíduo enquanto conjunto de ações discretas, ou seja, via uma *démarche* de agregação, corresponde à melhor forma de encará-lo, o mesmo, em

outro nível, sendo questionável também no que se refere à divisão entre personalidade, sistema social e cultura.

De um ponto de vista substantivo é possível criticar ainda não só a concepção estreita e excessivamente tradicional que Parsons sustenta em relação ao conceito de ação, que, em última instância, fica restrito à ação individual, mas também sua recorrente recusa em admitir que coletividades possuem motivações próprias (Parsons, 1951b/1962:180). Nas coordenadas de seu esquema, mesmo a “falácia da falsa concretude” sub-repticiamente desloca o significado de um de seus conceitos fundamentais: o feixe de status e papéis, analiticamente concebido, acaba por determinar as fronteiras empíricas dos sistemas sociais. Parsons adere por demais ao modelo liberal de teoria social - opondo de fato sociedade-sistema à individuação, o primeiro par, passivo, e o segundo, ativo; com o que se esclarece a ausência de discussão quanto à relação entre coletividades, enquanto atores, as variáveis de parâmetro e o conjunto de categorias elaboradas nessa fase, o que havia impressionado a Robert Dubin (1960: 523-4). Apesar disso, Parsons é um dos poucos autores em teoria a iluminar o papel central de *sujeitos coletivos* na constituição dos sistemas sociais.<sup>9</sup>

Ao descrevermos a personalidade e a cultura, dois *mecanismos se* mostraram centrais. O mesmo se dá no sistema social. O primeiro, *integração*, implica “um consenso moral geral”, o qual se cristaliza em parâmetros de orientação por valor, demandando, todavia, responsabilidades que frequentemente têm definição legal. O segundo é *alocação*, que, mediante um sistema de papéis ao qual prestígio e poder acham-se articulados, permite a distribuição de pessoal, “facilidades” (recursos) e “recompensas” (gratificações) dentro dos sistemas sociais (Parsons, 1951b/1962: 25-6,198). De fato, esses dois mecanismos não demonstram a aguda diferenciação analítica que Parsons gostaria de atingir. Cumprem, não obstante, a tarefa decisiva de garantir que os “requisitos funcionais” dos sistemas sociais sejam respondidos.<sup>10</sup>

Ou seja: trata-se de garantir que os diversos indivíduos em diferentes papéis estejam suficientemente motivados para desempenhar suas funções, para o que é necessário que, em proporção ao menos razoável, as necessidades desses indivíduos sejam atendidas (Parsons, 1951a/1979: 29). Daí que as questões de alocação e integração se achem intrinsecamente entretecidas, e que o problema hobbesiano da “ordem” assuma nova relevância, pois que da mutualidade de expectativas por parte dos atores depende a continuidade da interação. Nesse contexto emerge o que Parsons denomina de “dupla contingência” do processo

interativo (de certa maneira uma forma de recolocar aquele “problema”), ou seja, as duas direções de resposta por parte dos atores, que devem ser integradas por “padrões culturais normativos” - os parâmetros de orientação por valor.<sup>11</sup> De forma geral, contudo, os valores que regem a interação são institucionalizados em alguma medida: para o comportamento de *ego* eles se caracterizam como “expectativas do papel”; do ponto de vista da reação de *alter*, eles se projetam como *sanções*, positivas ou negativas, do comportamento de *ego*. O processo tem mão-dupla, pois que o que são expectativas para *ego* são sanções para *alter* e vice-versa. Em particular, Parsons enfatiza o papel das sanções internas ao sujeito, na medida em que, e posto que este, em princípio, internalizou - “introjetou” - os “padrões culturais normativos”, como, de resto, sublinha a perspectiva de que há uma interpenetração entre os diversos sistemas.

O oposto da *institucionalização* é a *anomia*, a quebra da ordem normativa. Ambas variam em grau, dificilmente assumindo valor absoluto (Parsons, 1951b/1962: 36-7). Um estado intermediário se produz com as chamadas tendências de *desvio*, sejam elas derivadas de necessidades-disposições alienativas ou de conformidade excessiva e rígida com a ordem normativa, constituindo-se na principal fonte de *conflito* no sistema social e ocasionando seu *desequilíbrio*, devendo ser, por isso, reprimidas. Há várias formas de desvio e diversas são suas origens. Podem originar-se nos processos de socialização enquanto tais, ou na má integração do sistema social, ou ainda ter suas raízes na exposição do ator a diferentes expectativas de papel, levando-o a expectativas conflitantes e, em decorrência, a “conflitos de papel”. Frequentemente, há desvios do sistema geral que, em compensação, proporcionam conformidade com os padrões de continuidades menores, fazendo-se aí legítimos e recompensados, bem como mais difíceis de reprimir. O que se opõe a essas tendências são os mecanismos de *controle social*, engatilhados por elas mesmas, com que se move o sistema na direção de seu reequilíbrio ou mudança. O controle social, intrínseco à ordem normativa da interação, previne o desvio (“ensinando” o ator a evitá-lo), ou constitui-se em um processo que leva o desviante a “desaprender” os elementos alienativos de sua estrutura motivacional. Certamente existem aspectos coercitivos do controle social, mas seu funcionamento é em geral mais sutil (Parsons, 1951b/1962: 295-9).

E interessante aqui parar para meditar sobre o significado dessa rejeição, no fim das contas, da contingência na vida social, ao menos no plano teórico, uma vez que ele claramente afirma que se trata ape-

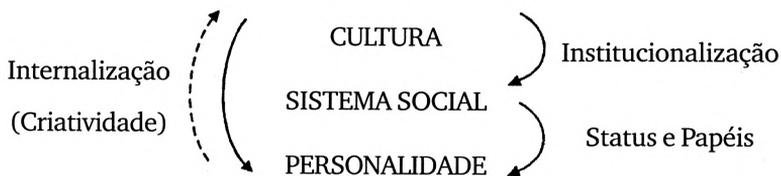
nas de uma idealização conceitual. A filosofia e mesmo as ciências sociais vinham desde o começo do século assinalando e propondo soluções existenciais para lidar com a indeterminação crescente da vida social. Mesmo se autores como Heidegger ou Sartre apresentavam a questão em termos diretamente ontológicos, era obviamente com referência à modernidade que a questão deveria ser compreendida, dado que esta civilização, este tipo de sociedade, aumenta em muito a contingência das interações sociais e do destino pessoal. Como de resto, aliás, está claro na sociologia contemporânea, como se vê nas obras de autores como Giddens, Beck ou Melucci - já se insinuando ao menos até certo ponto na obra de Weber -, a despeito da afirmação de estarmos presos por uma “jaula de ferro”. Parsons, sem dúvida, leva isso em conta ao pensar a questão da “dupla contingência”. Acha, todavia, rapidamente solução para o problema mediante recurso a ideais normativos. Isso retornará, ainda que de forma implícita apenas, em sua avaliação da modernidade e dos novos padrões culturais que sua teleologia histórico-evolutiva imporá ao desenvolvimento da sociedade, como veremos adiante.

Ainda assim, para além desse tipo de afirmação dura quanto à consistência e exclusividade dos padrões normativos da sociedade, encontramos em Parsons sugestões mais matizadas em relação aos espaços de *diferença* nos sistemas sociais. Isso é especialmente verdadeiro ao criticar ele o que um “emanacionista” se inclinaria a fazer: derivar os valores de orientação de toda a sociedade dos padrões culturais nela inseridos. Existem valores e temas - um *ethos* - dominantes, mas todas as variáveis de parâmetro estariam presentes como mecanismos de ajustamento, produzindo outras orientações para a ação. Em suma, todo sistema social tem de aceitar compromissos e acomodações com valores que a normatividade dominante considera como errados, desviantes, portanto (Parsons, 1951a/1979:160-9; Parsons, 1951b/1962:176-9, p. 164-9).

Com essas reflexões, a questão da integração entre esses três sistemas analíticos se insinua. A *internalização* de padrões culturais sob a forma de necessidades-disposições pela personalidade responde ao primeiro eixo dessa integração, tendo-se em mente as reservas expressas precisamente no parágrafo acima e, por conseguinte, a tese de que processos de seleção são aí fundamentais e seja possível a inovação individual em termos de valores (Parsons, 1951a/1979: 115, 180-1). Por outro lado, a institucionalização de valores culturais no sistema social se realiza de forma diferenciada para cada um de seus três eixos,

valores de orientação, sistemas de idéias e sistemas expressivos (Parsons, 1951a/1979: 239). Deve-se levar em conta aqui ainda o inevitável compromisso entre os sistemas de valores e as exigências do processo de interação em sua especificidade (Parsons, 1951a/1979:177). Essas dimensões se tornam mais claras ao por-se em foco a articulação entre personalidade e sistema social - verdadeiramente as duas dimensões da ação nesse esquema analítico. Para essa integração se realizar, a auto-caracterização do ator deve ser congruente com o lugar que ele ocupa no sistema social, e em certa medida ao menos as orientações de valor precisam ter sido por ele internalizadas. Em contrapartida, por meio dos status e papéis, do sistema social se espera uma distribuição de atividades instrumentais, sanções e recompensas em correspondência com os sistemas de personalidade (Parsons, 1951a/1979: 146-50). A Figura 2 sintetiza essa articulação, em que a posição privilegiada da cultura é patente.

**Figura 2**



Se existe, assim, a necessidade de articulação desses três sistemas entre si, e é ela bem-sucedida, temos como consequência o fato de que a “integração de um sistema total”, empiricamente considerado, termina por constituir um compromisso entre seus componentes sociais, culturais e da personalidade, os quais não chegam a atingir completa consistência interna (Parsons 1951a/1979: 16-7). No centro dessa integração, que fornece as bases da já examinada tese sobre a interpenetração, localizam-se as variáveis de parâmetro, que são então um “foco estratégico da teoria da ação” (Parsons: 1951b/1962: 49) e as quais importa agora investigar.

Uma palavra apenas, antes de desempenharmos essa tarefa, quanto à relação entre a teoria da ação e a sociologia nesse novo esquema. De um modo geral, não encontramos muita variação, embora Parsons (1951a/1979: 537) se mostre definitivamente compromissado com a

idéia de uma teoria de sistemas. Manter-se-ia ainda a concepção de ciências analíticas coexistindo lado a lado com ciências empírico-sintéticas, como a história e a ciência política (pois que lida com fenômenos difusos de poder). As primeiras incluíam a psicologia, que se ocuparia da personalidade, a antropologia, que mergulharia nos sistemas culturais, e a economia, que enfrentaria os problemas de alocação. Por seu turno, então, a sociologia se caracterizaria - em continuidade com a concepção quinze anos antes enunciada - como uma ciência analítica que se concentra no “fenômeno da institucionalização de padrões de orientação por valor” no sistema social e nas questões a ele associadas (Parsons, 1951a/1970: 552).

## AS VARIÁVEIS DE PARÂMETRO

Claramente, as variáveis de parâmetro (*pattern-variables*) foram desenvolvidas por Parsons com o objetivo de dar conta, concomitantemente, do ponto de vista subjetivo da ação e da articulação daqueles três sistemas analíticos - personalidade, cultura e sistema social. Sua inspiração parece emergir em grande medida de algumas das seções de *Economia e sociedade*, de Weber, assim como na oposição que Ferdinand Tönnies havia traçado entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade). Ademais, o peso da utilização em sua reflexão de elementos indutivos que não têm seu estatuto claramente definido parece ser aqui evidente. Como Chazel (1979:43-60) fez notar, além das origens de seu conteúdo enviarem aos tipos ideais de Tönnies, seria a partir da contemplação da sociedade moderna e particularmente norteamericana que Parsons induziria essas variáveis. Sua referência primária localiza-se em suas análises específicas de papéis profissionais e familiares, muito embora Parsons Posteriormente ensaiasse, por aproximações sucessivas, atribuir-lhes forma abstrata e geral, com sua dedução e derivação direta.

Especificamente, essas variáveis permitiriam três movimentos coordenados: conceituar os modos de orientação dos sistemas de personalidade enquanto costumes de escolha, os requerimentos normativos dos sistemas sociais mediante as definições de papéis e os parâmetros de valor dos sistemas culturais, os quais na verdade controlam os outros dois. Por isso mesmo elas são a pedra de toque da tese da interpenetração, cinco escolhas fundamentais que, em um plano concreto, devem ser enfrentadas pelos atores em toda e qualquer ação (Parsons, 1951b/1962: 48, 76-9). Podemos defini-las deste modo:

- *Afetividade-Neutralidade Afetiva*: o ator deve decidir-se, dada uma oportunidade determinada, pela gratificação que esta pode proporcionar, sem atenção para as consequências, ou, ao contrário, avaliando-as disciplinadamente.
- *Auto-orientação-Orientação para a Coletividade*: estabelece a direção da ação em termos do compromisso do ator com seu interesse individual ou da solidariedade com o coletivo. Esta variável consubstanciaria o núcleo do conceito freudiano de superego (Parsons, 1951a/1979:116).
- *Universalismo-Particularismo*: refere-se à avaliação e ao julgamento dos objetos da situação em termos uniformes e gerais ou em termos de seu significado para o próprio ator.
- *Performance-Atributos*: define se um objeto deve ser avaliado em termos de seu desempenho ou de suas qualidades inatas.
- *Difusão-Especificidade*: implica a extensão e explicitação das obrigações devidas em uma relação, no escopo de significação do objeto para o ator.

Ainda que essas variáveis todas cruzem os três sistemas analíticos mencionados, é preciso ter em mente que isso se dá de uma forma desequilibrada, o que pode ser expresso por meio do que Parsons chama de “simetria-assimétrica”. Com isso, ele quer dizer que as duas primeiras aplicam-se mais diretamente a problemas de orientação motivacional, enquanto que a terceira e a quarta têm como norte sistemas de papéis e as questões de orientação de valor ligadas a esta dimensão. Por sua vez, a última variável tange ambos os eixos (Parsons, 1951a/1979: 94-6). Mais especificamente, elas assumem aspecto peculiar quando referidas a cada um dos sistemas analíticos, seja como padrão normativo no caso dos sistemas culturais, como necessidades-disposições no da personalidade, ou como expectativa de papel nas coordenadas dos sistemas culturais (Parsons, 1951b/1962: 80; Parsons, 1951a/1979: 67,81).

O próprio Parsons, contudo, estaria ciente de que o valor dessas variáveis é relativo. Ao discutir os valores de orientação da tradição cultural, destaca consistirem estes em tipos-ideais, sendo, portanto, extremamente formais e tão somente um primeiro passo na análise de

casos concretos (Parsons, 1951b/1962: 196). Isso não o impede, por outro lado, de lançar-se a indevidas caracterizações até mesmo de sociedades históricas fazendo uso das variáveis (Parsons, 1951a/1979:180), ou de construir uma teoria da estratificação social sobre essas pouco sólidas fundações (Parsons, 1953a/1964). Como igualmente não diminui o entusiasmo de certos comentaristas (como Berschady, 1973:111), para quem o sociólogo norte-americano haveria ultrapassado a rigidez do tipo ideal de Tönnies, conseguindo consubstanciar um conjunto de categorias universais de onde derivam afirmações causais em termos de variações concomitantes. Apesar de que a idéia que François Chazel (1979: 59-60) avança destoa da intenção de Parsons, este autor não se encontra distante da verdade. Para Parsons, as variáveis de parâmetro conformam um sistema coerente. Entretanto, a sugestão de Chazel de que efetivamente elas cumprem um papel eminentemente taxionômico é bastante razoável. Ademais, é interessante sua sugestão de tratá-las mais nuançadamente. Seja como for, mais uma vez a oposição entre dedução e indução se mostra nociva, ou congelando as variáveis ou atribuindo ao processo de aproximação progressiva sinal negativo.

## ESTABILIDADE E MUDANÇA

De uma forma semelhante ao Marx de *O capital*, Parsons abre a última seção de *O sistema social* com a afirmação de que uma teoria dos processos de mudança pressupõe logicamente uma teoria da estrutura social e dos processos de motivação dentro do sistema (Parsons 1951a/1979: 481). A partir daí, no entanto, sua argumentação se mostra muito mais frouxa, sobretudo com a tentativa de se apoiar em um postulado que acabaria por levar a uma polemica célebre nas ciências sociais.

Seu primeiro esforço é o de distinguir dois tipos de dinâmicas: uma de processos *internos* ao sistema, a outra de mudança *do* sistema. Paralelamente, ele insiste na noção de *equilíbrio*, a qual sublinha ser apenas um “postulado teórico”, não uma “generalização empírica”. No caso das mudanças dentro do sistema, os processos motivacionais de socialização e controle social são decisivos para o estabelecimento de nosso conhecimento da dinâmica social. No que tange à relação do sistema com seu meio, a “lei da inércia” dos sistemas sociais se fundaria na idéia de que estes tendem a manter certas “constâncias de parâmetro”, seja essa estabilidade estática ou móvel (Parsons, 1951a/

1979: 481-3). Mas a oposição entre análise estática e análise dinâmica é por ele sumariamente recusada, vez que uma boa teoria deveria ser capaz de lidar com as duas (Parsons, 1951b/1962: 535). Afora isso, o que nos é oferecido são algumas generalizações empíricas quanto à mudança social, que são as seguintes: a mudança é sempre realizada contra interesses estabelecidos; certos processos de mudança são institucionalizados; e as teorias dos fatores “dominantes” na mudança não têm base empírica. A estas pode-se acrescentar a sugestão (Parsons, 1951b/1962:179) de que as divergências de valor necessariamente toleradas pela normatividade dominante produzem tensões e instabilidade, nas quais algumas das mais importantes “sementes da mudança” florescem.

Parsons é cuidadoso ao tentar desvincular a análise funcional de “teleologias metodológicas” ou “preferências políticas e éticas” camufladas (Parsons, 1951b/1962: 241). Mas não é difícil flagrar esse tipo de abordagem emergindo em sua obra - por exemplo, ao focar o papel da alocação e da integração na manutenção do equilíbrio de *sistemas empíricos* (Parsons, 1951b/1962:107-8). Pode-se perfeitamente aceitar que um modelo ideal inclua entre suas características a idéia de estabilidade, conquanto a validade dessa postulação teórica seja evidentemente discutível; nada autoriza, entretanto, passar desse plano a outro, como o próprio Alexander (1983: 61, 186) admite, ao tentar separar o joio do trigo com referência a esse aspecto do pensamento de Parsons.

Foi em larga medida em contraposição a essa postulação da teoria parsoniana, no que tem tanto de legítimo quanto de ilegítimo, que a chamada “teoria do conflito” veio a se desenvolver, ainda nos anos 1950. Frequentemente, cometiam o mesmo erro em que Parsons incorria, misturando os dois planos teóricos sem disso se advertirem. Para Lewis Coser (1950: 21), embora reconhecendo o conflito social como uma espécie de doença, ao mesmo tempo endêmico e evitável, Parsons descartava essa temática em favor da “questão da ordem”. Para David Lockwood (1950), O *sistema social* punha ênfase excessiva nos elementos normativos da ação, abandonando seu “substrato”, em outras palavras, os interesses - os quais seriam refletidos nos conflitos sociais.<sup>12</sup> Algumas das observações teóricas mais interessantes devido a esse problema pertencem a Ralf Dahrendorf (1958: 126, especialmente), que, chamando a atenção para o ideal platônico de perfeição embutido na noção de equilíbrio, responde àquela lei parsoniana da inércia com a proposição de que “todas as unidades da organização social estão con-

tinuamente mudando, a menos que alguma força intervenha para detê-las”. Além disso, sugere, não é factível distinguir mudança *dentro* de mudança *do* sistema.<sup>13</sup>

Quaisquer que sejam as críticas em relação às realizações de Parsons nesse período, não se pode deixar de reconhecer o monumental esforço realizado, e muitos dos importantes resultados atingidos. Mesmo um autor como Anthony Giddens (1977:9), embora rejeitando muito da contribuição de Parsons, viria a apontar a relevância dos debates promovidos pelo funcionalismo quanto ao tema da “organização social”. Parsons havia elaborado, não obstante suas falhas e limitações, o *primeiro* esquema geral de teoria social fora dos quadros da filosofia, pensado, por conseguinte, em termos de sua operacionalização na pesquisa empírica. O ineditismo da ambição e realização de Parsons é patente, e poucos outros autores Posteriormente chegariam a bordar tecido de tamanha sutileza e consistência. Não estava, todavia, satisfeito. O nível de abstração dessa fase não lhe parecia, provavelmente, apropriado, e lhe incomodava a incapacidade de seu esquema em fornecer leis analíticas que penetrassem a dinâmica elusiva da sociedade. Dessas inquietudes nascem as intuições que levariam Parsons, quase que imediatamente, a uma nova e distinta fase de sua teorização.

## Notas

- <sup>1</sup> É importante observar que o conceito de *impulso* (*drive*) responde à “energia orgânica” que se apresenta como o substrato da motivação (Parsons, 1951b/1962: 5).
- <sup>2</sup> Em *A estrutura da ação social*, Parsons centrou sua análise em torno do conceito de *ato-unidade*. Não é difícil perceber que os conceitos acima introduzidos recolocam aquela problemática em outros termos. Essa modificação será traduzida por uma nova terminologia - a *unidade de ação* substituirá o ato unidade, com o que ele pretende levar a análise a um nível “mais elementar”. Desta forma, buscava responder a temas da psicologia da motivação, fazendo do conceito original um caso apenas da nova fórmula, na qual as expectativas do ator podem ou não conformar *fins* claramente expressos e “instrumentalmente” perseguidos (Parsons, 1951a/1979: 8-9). A influência do pragmatismo parece também evidente aqui.
- <sup>3</sup> Teremos ocasião de detalhar esse conceito adiante, bastando no momento observar que este pode ser um equilíbrio em movimento.
- <sup>4</sup> É, no entanto, estranho ver o entusiasta do “realismo analítico” criticando Freud por haver este introduzido uma irreal separação entre o ego e o superego, assim como entre estes e o id (Parsons, 1953c: 19 e 26). Para o papel da psicologia, em geral, na teoria da ação, veja Parsons (1950a/1964). De qualquer

modo, parece ter escapado à crítica de Wrong (1961) essa reformulação dos conceitos de Freud por Parsons. Mas veja a resposta deste, curiosamente muito menos conhecida (Cf. Parsons, 1962). Por sua vez, apesar do tom em geral elogioso, Adorno (1955: 41 e segs.) emprestaria relevo ao conflito entre o indivíduo (suas pulsões) e a sociedade, divergindo portanto de Parsons, embora não inteiramente.

- 5 Valores, definindo padrões gerais, e normas, específicas para cada setor do sistema social, levariam adiante, Posteriormente, o sentido dessa especificação (Parsons, 1966: 19-20).
- 6 Embora, em sua introdução à edição revisada de Parsons (1954: 13), ele seja explícito quanto ao alcance da teoria da ação, a qual abarcaria problemas “micro” e “macro”, o que é explicitado também nas páginas de Parsons (1953b).
- 7 Vale notar que, conquanto não explicitada, a influência de Simmel é patente nesta formulação, se bem que ele a avançara para falar da multiplicidade de laços do indivíduo moderno; as múltiplas províncias de significado no “mundo da vida”, segundo Schutz, podem ser outra fonte de inspiração.
- 8 Observe-se, ainda, que uma coletividade é diferenciada de dois outros tipos de “agregados sociais” - categorias de pessoas que compartilham um “atributo comum” (como sexo, idade ou educação) ou uma pluralidade de pessoas que são “meramente interdependentes em termos ecológicos” (como os participantes em um mercado competitivo perfeito) (Parsons, 1951b/1962: 193).
- 9 Não é difícil compreender, em vista disso, que um autor como François Bourricaud (1977), aluno de Parsons nos Estados Unidos, recuse inteiramente a idéia de ator coletivo - em função de seu compromisso com o individualismo metodológico pretendendo, ao mesmo tempo, manter-se fiel a seu antigo professor. O resultado é uma compreensão deformada da visão deste último, traduzida pela expressão o “individualismo institucional”, a qual, ao contrário do que Bourricaud afirma, em nada descreve a teoria geral de Parsons, mas sim uma tese específica de sua teoria da evolução. O fato de que Parsons adere, em grande medida, à noção liberal do ator-indivíduo explica esse tipo de interpretação unilateral.
- 10 Para o destino dessa categoria, veja Sklair (1970).
- 11 Aqui um mínimo de conhecimento técnico e uma ordem cultural-comunicativa generalizada são igualmente requisitos imperativos para o funcionamento de um sistema social.
- 12 Isso o levava (Dahrendorf, 1958: 142), seguindo o que percebia como a corrente principal da tradição européia, a definir a sociologia como ciência sintética, e não apenas preocupada com a integração social.
- 13 Ele toma um caminho discutível, em compensação, ao falar de dois modelos - um de equilíbrio, outro de conflito -, afirmando não haver nenhuma razão intrínseca para preferir-se um ao outro, a não ser, quiçá, a concentração, àquele momento, da teoria sociológica no primeiro. Para a “teoria do conflito”, veja, além disso, Dahrendorf (1959), Rex (1961) e Gouldner (1970). Atkinson (1972: 24), por seu turno, bem observa que Parsons de fato lida com o conflito entre grupos (veja Parsons, 1942a/1964; Parsons, 1955b/1969, assim como Parsons, 1951a/1979: cap. 10, por exemplo), sem que isso tenha, no entanto, impacto sobre sua construção teórica.



# 3

## A APOTEOSE DO FUNCIONALISMO

### A EMERGÊNCIA DAS QUATRO FUNÇÕES

A cosmologia grega pré-socrática imaginava ser capaz de surpreender os segredos mais íntimos do mundo por intermédio da terra, do fogo, da água e do ar. Parsons, que tem sido por outro lado acusado de platonismo - em função de sua preocupação excessiva com a estabilidade social -, pretendia haver descoberto também quatro elementos universais. Com uma confiança que crescia de forma inversamente proporcional à plausibilidade e potencial de persuasão de sua nova fórmula, reivindicava para esses elementos a capacidade de explicar os sistemas da ação em geral, bem como a própria natureza. A esse núcleo conceitual chave de sua última fase, ele deu o nome de *esquema AGIL*.

Parsons inicia esta nova etapa de sua reflexão imediatamente após a publicação dos volumes estudados no capítulo anterior, até porque buscava uma solução para o dualismo sujeito-objeto que se insinuava agudamente naquela fase. Tratava-se, agora, de combinar orientação e situação em cada ato,<sup>1</sup> o que se encaminharia por meio da teoria do simbolismo. Segundo as formulações então esboçadas, um símbolo teria sempre aspectos cognitivos e aspectos expressivos; o primeiro implicaria uma generalização do significado dos signos, tornando possível o mapeamento e compreensão da situação, e a definição do objeto em termos de seu valor “intrínseco” para o balanço de “gratificação-privação” do ator; o último apontaria para o aspecto comunicativo da interação, com ego transmitindo suas intenções a alter, tendo-se que estar no entanto atento para uma segunda catexe, articulada agora não mais ao objeto enquanto tal, mais ao próprio signo. Além disso, sendo símbolos organizados, como ele quer, em sistemas de relações internas, e de referência externa, têm caráter normativo e, portanto, de orientação por valor (Parsons, 1953b: cap. 2, 31-43).

Vai então Parsons adiante, trazendo à discussão as variáveis de parâmetro. Na nova abordagem, ele poria de lado a quinta delas - auto-orientação ou orientação para a coletividade - que não pertenceria à mesma dimensão das outras por dizer respeito a problemas do sistema de interação e não a cada ato em si (Parsons, 1953b: cap. 3, 66). Mas mesmo a integração completa das outras variáveis no novo esquema demandaria grande esforço.

A inspiração decisiva para isso viria do trabalho de um de seus colaboradores, Robert Bales, *Análise do processo de interação de pequenos grupos*, de 1950, no qual quatro problemas funcionais de sistemas sociais são detectados como fundamentais: *adaptação* às condições da situação externa; controle *instrumental* sobre aspectos da situação, na busca de realização de uma meta; administração e *expressão* de sentimentos e da tensão dos membros do grupo; e, por fim, preservação de sua *integração* social como coletividade solidária.

Embora as categorias tecidas por Parsons e Shils tenham se originado em dimensão distinta, acreditam eles ser factível aproximá-las da problemática de Bales, o que tentarão fazer com as variáveis de parâmetro (que percebem agora como diretamente articuladas ao quadro de referência da ação), assim como com o paradigma desvio-controle social traçado pelo primeiro. Isso demandava, contudo, que o sentido original daquelas variáveis se modificasse, o que pode ser apreciado como uma inclusão forçada e escolástica dos conceitos anteriores em um molde que lhes empresta significado inteiramente distinto (Chazel, 1979: 96). Parece um exagero, por outro lado, a idéia de que em sua teoria anterior Parsons olhava do ator para o sistema, passando a olhar agora do sistema para baixo (Dubin, 1960: 500). É com o objetivo de transcender precisamente a essa divisão que Parsons busca novas balizas para sua elaboração.<sup>2</sup> O esquema AGIL é pensado para cortar perpendicularmente a polarização sujeito-objeto.

Após um processo paulatino de reorganização de seu material, Parsons chegaria a articular as variáveis de acordo com aqueles quatro problemas funcionais de sistemas sociais e o conjunto de conceitos e pressupostos a eles articulados. Particularmente importantes são os quatro postulados enumerados abaixo (Parsons, 1953b: cap. 5,164-5), que mostram como de fato o novo esquema deriva muito diretamente da idéia de equilíbrio (Schwannenberg, 1971: 578):

- *Princípio de inércia*, nosso já conhecido, de acordo com o qual uma unidade ou “partícula” de um sistema tende a mover-se na

mesma direção e em uma “taxa” constante, a não ser que desviada ou obstruída. Tem-se, no entanto, uma novidade, pois que ele introduz a noção de *órbita da unidade* (em analogia, uma vez mais, com a mecânica clássica), que expressa o padrão de mudanças que uma unidade percorre em sua relação com outras unidades;

- *Ação e reação tendem a ser iguais e em direção oposta*, princípio derivado da idéia de que desequilíbrios são provocados *de fora*;
- *Princípio de aceleração*, segundo o qual mudanças nas “taxas” de processos se devem a forças operando na, ou dentro da, unidade em questão;
- *Princípio da integração do sistema*, de acordo com o qual sistemas somente sobrevivem através de sua coordenação interna e manutenção de fronteiras com o meio externo.

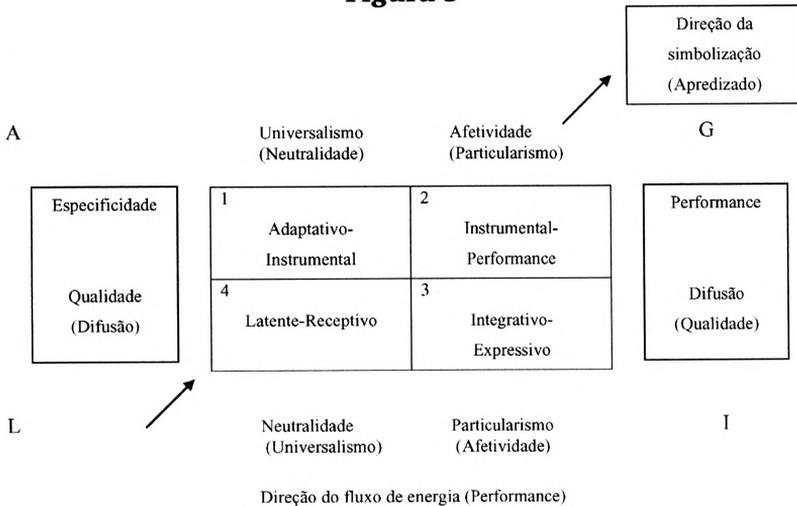
Ora, encontramos assim frente ao esboço de uma teoria que se quer capaz de lidar dedutivamente com processos dinâmicos (Parsons, 1953b: cap. 3, 108). Nesse sentido é que o conceito de *fase* tem papel decisivo a cumprir, traduzindo analiticamente os estados sucessivos de um sistema em um intervalo dado de tempo (Parsons, 1953b: cap. 3, 181). Processos de mudança e essas fases dependem tanto da “tensão” em que o sistema se acha (Parsons, 1953b: cap. 3, 212) - na medida em que a unidade ocupa uma posição diferente da que “devia” ocupar, segundo a normatividade reinante no sistema e sua própria necessidade de equilíbrio - quanto da “energia” motivacional que permite à performance do sistema atingir gratificação e satisfação, adquirir possessões e aprender (Parsons, 1953b: cap. 3,170). As fases, definidas em correlação com os quatro problemas funcionais e incorporando o novo desenho das variáveis de parâmetro, são as seguintes:

- Fase A = atividade Adaptativo-instrumental associada com a fase de *Adaptação* máxima. Orientação para objetos marcada por *Universalismo* e *Performance*. Atitude marcada por *Especificidade* e *Neutralidade*.
- Fase G = atividade Expressivo-instrumental associada com a fase de máxima *Realização de Meta* do sistema. Orientação para objetos marcada por *Performance* e *Particularismo*. Atitude marcada por *Afetividade* e *Especificidade*.

- Fase *I* = atividade Expressivo-interativa associada com a fase de máxima *Integração* sistêmica. Orientação para objetos marcada por *Particularismo* e *Qualidade*. Atitude marcada por *Difusão* e *Afetividade*.
- Fase *L* = atividade Simbólico-expressiva associada com a Fase de máxima *Latência*. Orientação para objetos marcada por *Neutralidade* e *Difusão*.<sup>3</sup>

Essas colocações ganham expressão em um quadro geral (Figura 3) que assumiria progressivamente, nos anos posteriores, a face mais esquemática do parsonianismo. Nele vêm-se resumidas boa parte das noções sobre as quais Parsons trabalhou durante os anos anteriores, agora recobertas com novas qualificações (adaptado de Parsons, 1953b: cap. 3, 182).<sup>4</sup>

**Figura 3**



- 1) Fase Adaptativa; 2) Fase de Realização de Meta e Gratificação;  
3) Fase Integrativa; 4) Fase Latente de Manutenção de Parâmetro.

Parsons não pretende que essas fases sejam inteiramente compartimentalizadas no sentido dos processos que dentro de cada uma delas tem lugar, embora a *distinção analítica* entre elas seja o ponto fundamental de sua argumentação. Além disso, é necessário ter em

mente que as normas sociais configuram a órbita de performance apropriada a uma dada unidade através de suas fases, com o que a temática de suas etapas anteriores é uma vez mais saliente (Parsons, 1953b: cap. 5, 181 e 204).

Se se especificam um pouco mais detalhadamente essas quatro fases (Parsons, 1953b: cap. 3,183), tem-se que a primeira - adaptação - envolve a acomodação do sistema às “demandas da realidade” e à transformação ativa da situação externa ao sujeito (o que parece trair o compromisso dessas categorias com as condições específicas da modernidade ocidental e, sobretudo, em particular com o “ativismo instrumental” norte-americano por Parsons tão prezado). A ênfase é, portanto, cognitiva, exigindo uma relação de sentido universalista do ator com os objetos, com os quais deve lidar, por outro lado, em função de seus interesses específicos. Sua atitude se delinea como de performance, a qual apenas programada, demanda neutralidade afetiva, bloqueado o relaxamento da tensão. Na fase de realização, a atitude continua a se definir em termos de performance e o interesse no objeto é ainda específico, mas, consubstanciando-se momento basicamente gratificador, o bloqueio da afetividade é suspenso e a relação com o objeto do prazer toma caráter particularista.

Já na fase integrativa, na qual a manutenção e o reforço do sistema em sua delimitação frente a seu ambiente comandam o processo, a atitude em relação aos objetos é afetivamente densa, e a relação para com eles particularista. Por outro lado, difusão na atitude e foco nas qualidades dos objetos, os quais são encarados genericamente e em função de sua participação no sistema, são as características complementares dessa fase. Por fim, na fase de latência, o que se acha em jogo é a manutenção dos padrões motivacionais e culturais. Os objetos são tomados, portanto, em função de sua qualidade, adquirida em processos interativos *anteriores*, e o ator se orienta para eles sem interesses definidos, ou seja, de maneira difusa. Em contrapartida, os objetos são vistos em termos universalistas, de acordo com normas lógicas e sua posição na escala de gratificadores potenciais, com uma atitude neutra sendo requerida, dado ser esse momento de manutenção da energia motivacional.

Como a própria sequência da enumeração anterior deixa entrever, nossos autores cogitam de um modelo ideal também para a sequência das fases. Conforme sua compreensão, existe uma tendência dos sistemas começarem e terminarem com a fase de latência (*latency*)

- L - moverem-se em direção à realização de suas metas (*goal-*

*attainment*) - G - passando por adaptação (*adaptation*) - A - ou integração (*integration*) - I. Em um sentido idealizado fala então de AGIL - com o que se desvenda o sentido da cifra recorrentemente usada para designar essa formulação. Acrescente-se a isso que G e L representam direções independentes do “fluxo” de energia motivacional (Parsons, 1953b: cap. 5,187-90).

Um par de categorias é ainda nesse momento introduzido, o qual teria grande impacto na evolução da obra de Parsons, se bem que jamais tenha alcançado sua quantificação, como desejava. São os conceitos de “insumos” (*inputs*) e “produtos” (*outputs*) (Parsons, 1953b: cap. 5, 215). Com o primeiro, refere-se às contribuições que participam em cada fase do processo total de um sistema, venham do exterior ou sejam resultado da fase anterior, cujas variações influenciam o desenrolar da ação; com o segundo, aponta para o estado do sistema que resulta do processo, ou para mudanças no estado de sua situação, em termos de objetos sociais e não-sociais, na medida em que podem ser atribuídas aos processos do sistema.

Mais especificamente, as entradas dividem-se em contribuições de “energia motivacional”, de um lado, e, de outro, “capacidades” constitutivas do sistema e “facilidades” que este controla, ou seja, objetos, com suas qualidades e relações. Os produtos daquela são ou satisfação - a medida da relação entre a energia consumida e o nível de mudança ou permanência, interna ou externa, atingido - ou gratificação do sistema - a medida comparativa de motivação potencial ao início e ao fim do processo. Os produtos que resultam da contribuição de capacidades e facilidades se caracterizam como realizações que, ou mudam as características dos objetos, ou a relação de posse do sistema em relação a eles.

Os 25 anos que se seguiriam à publicação desses textos testemunhariam o desdobrar das reflexões contidas em suas páginas, com o que Parsons considerava o ápice de sua trajetória teórica. Para que se possa então julgar a validade das colocações anteriormente apresentadas, é preciso que se acompanhe seu florescimento.

## O PARADIGMA FINAL

A malha conceitual que Parsons estende nesta última fase põe em questão algumas perspectivas sugeridas em momentos anteriores, produzindo uma revisão de certos conceitos, caso conspícuo consistindo no das variáveis de parâmetro, e um retorno a abordagens prévias,

como com a recuperação da articulação sujeito-objeto presente no ato-  
unidade, reencontrada na teoria do simbolismo. Alguns conceitos, como  
estrutura e processo, sofrem deslocamento em termos de sua relevância  
para o esquema geral, enquanto que outros, como função, passam a  
jogar papel preeminente junto a alguns mais recentemente introduzi-  
dos.

Em grande medida, a fase intermediária da teoria parsoniana  
teve como núcleo a idéia de *interação*, apenas tenuemente dividida em  
sua etapa primeira. Esse seria elemento ainda central no novo esque-  
ma, base, por assim dizer, “ontológica”, de onde Parsons procuraria  
decolar visando desenvolver outras camadas conceituais.<sup>5</sup> Parsons par-  
te mais uma vez de um ângulo individualista para firmar sua posição,  
não obstante referências a Simmel e Mead, autores que adotavam o  
ponto de vista da interação como eixo para a emergência dos próprios  
participantes individuais. Esta posição recolhe o sujeito “conhecedor” e  
o sujeito “ator” que lhe foram legados pela tradição cartesiana-  
hobbesiana, a interação se realizando entre dois *agentes já constituídos*  
(Parsons, 1968b: 155-6,164-5). Incorporando ainda a visão normativa  
de Kant e Durkheim, Parsons desenhará a interação das unidades de  
um sistema social como respondendo a um conjunto de “regras” ou  
“códigos” que ordenariam as estruturas de orientação daquelas unida-  
des e da interação que tem lugar entre elas, com a ocorrência de proces-  
sos de intercâmbio entre o sistema e seu meio (Parsons, 1968b: 163).

O conceito de *sistema* introduziria uma segunda dimensão, refe-  
rindo-se simultaneamente a um complexo interdependente de partes,  
componentes e processos, por um lado, e à relação deste complexo  
com o ambiente, por outro. Certamente, um sistema, dentro de um  
sistema inclusivo, pode ser considerado um ator. Quando, contudo, ele  
é tomado como ponto de referência, deveria ser percebido como com-  
posto por atores, em uma situação, e em relação com o meio em que  
“funciona” (Parsons, 1968c/1977: 177-9). Seria sobre essa dimensão  
que Parsons concentraria sua atenção, com um duplo resultado. O pri-  
meiro, já introduzido no item anterior, seria o esquema AGIL; o outro  
consistiria na *hierarquia cibernética* de organização desses elementos  
(Parsons, 1961a: 30).

Com essa formulação, que Parsons absorveria da emergente aná-  
lise de sistemas desenvolvida por Norbert Wiener, ter-se-iam duas dire-  
ções de movimento entre os quatro elementos do esquema AGIL. Aque-  
les no topo da hierarquia cibernética exerceriam *controle* sobre os de  
baixo, por serem ricos em *informação*, enquanto que aqueles localiza-

dos nas camadas inferiores seriam ricos em *energia*, que circularia deles para o sistema como um todo. A ordem hierárquica dos elementos, em que aqueles dois pólos cruzam em contínuos de diferentes direções, implicaria uma prioridade de controle para o sistema cultural, com o sistema social e a personalidade, respectivamente, nas camadas intermediárias, e o sistema comportamental na base (Parsons, 1961a: 37-8).

Assim, o sistema social possui também três “meios”: o sistema cultural, com seus valores gerais, consubstanciados, em última instância, em uma “realidade não-empírica” (formulação que sutilmente reintroduz a problemática de Whitehead), de caráter religioso;<sup>6</sup> a personalidade individual de seus membros; e o sistema comportamental. Entre eles fluem processos permanentes de intercâmbio (Parsons, 1968c/1977:181,194; Parsons, 1975a: 106).<sup>7</sup>

Como se vê, uma nova categoria é aqui introduzida, o “sistema comportamental” complementando aquela distinção entre cultura, sistema social e personalidade. Enquanto esta última caracterizar-se-ia como o sistema de “elementos aprendidos” pelo indivíduo, o organismo se definiria exclusivamente em termos de sua “constituição geneticamente dada” (Parsons, 1965: 34). O formalismo do esquema AGIL já aqui se insinua, patenteando claramente que Parsons procede a essa distinção com o intuito de garantir a coerência das quatro funções em sua pretensa universalidade.

O sistema social, por seu turno, se dividiria em quatro subsistemas, a “manutenção de parâmetro” (*pattem maintenance*), a política (*polity*), a economia (*economy*) e a integração (*integratori*). Este, aliás, recortaria o objeto de estudo da sociologia. Cada um desses subsistemas seria o “foco” de uma das quatro funções. A política centrar-se-ia em torno da realização de metas - tendo como “princípio de valor”, a “efetividade” -, a economia na adaptação, provendo “facilidades” para o alcance da função anterior - seu princípio o de “utilidade” -, com a integração - regida pelo princípio de “solidariedade” - sendo articulada pela organização legal da sociedade. A “manutenção de parâmetro”, fazendo a mediação com o sistema cultural, incorporaria o sistema de valores sociais que forneceria os padrões gerais para os outros subsistemas, seu “princípio de valor” dado pela preservação da “integridade” dos parâmetros em si (Parsons chamaria mais tarde esse subsistema de “fiduciário”, evocando seu aspecto assegurador da importância da cultura no sistema social (Parsons, 1973:18-9)). Também neste caso, processos de intercâmbio entre os subsistemas são decisi-



teoria geral da ação é o que lhe facultava combinar, de forma na verdade pouco convincente, se se pensa bem, as duas perspectivas. De forma indireta, as afirmações de Lockwood quanto ao caráter sintético da sociologia soem ser vitoriosas, afinal.

Da fase anterior, Parsons recolheria ainda a distinção do que chamaria de “análise morfológica de estruturas” e “análise dinâmica de processos”. A primeira, postulada como pré-requisito da segunda (Parsons, 1961b: 31), apoiar-se-ia sobre as categorias de papel, coletividade, norma e valor - a diferença entre estas derivando da generalidade da última, contrastada com a aplicação específica da anterior a papéis e coletividades específicas (Parsons, 1961b: 41-2), com novamente a reificação da cultura.<sup>9</sup> A análise dinâmica, por outro lado, depende sobretudo da categoria *recursos*, aquilo que viria de fora do sistema, seria consumido e produziria um resultado, e *mecanismos*, que mediarão a geração e uso dos recursos, regulando, ainda, a taxa e direção de seu fluxo. Consistente com postulações prévias, nosso autor conceituaria a mudança estrutural dos sistemas sociais como a alteração da cultura normativa que define as expectativas que governam a interação, provocada por transformações no ambiente ou por “tensões” internas, em qualquer dos casos produzindo-se a perda de equilíbrio do sistema (Parsons, 1961b: 60).

Visto isso, é preciso que se pergunte pela posição do “funcionalismo-estrutural” no entendimento de Parsons. O fato é que ele chegaria a negar categoricamente a relevância dessa nomenclatura para referir o novo estágio de sua teorização (Parsons, 1970/1977: 236). A lembrança da relação entre mecanismos e funções na fase anterior ilumina sua nova postura. Naquele momento, a análise funcional visava tão somente relacionar motivação, institucionalização e parâmetros culturais, com o conceito de mecanismo fornecendo o instrumento fundamental para atingir generalizações empíricas que permitissem aproximar, ainda que de modo incipiente, mudanças no e do sistema de ação. A situação agora é diferente, pois que, como já havia afirmado em seus *Textos de pesquisa* com Bales e Shils, acreditava estar de posse, ao menos em certo nível, de um sistema de proposições dedutivas, muito embora aberto, devido a uma nova postura epistemológica, a qual será tratada ao final deste capítulo.

Estrutura e processo seriam conceitos de referência empírica, desvendando a anatomia do sistema e suas mudanças, se bem que deveriam ser abordados em termos funcionais. O conceito de função, em contrapartida (com nova hesitação quanto ao preciso significado desta

operação) seria *mais* analítico, procedendo por meio de uma “teleologia condicional” (Parsons, 1975a/1977:102-3; Parsons, 1970: 234,237).<sup>10</sup> Exprimindo seu ponto de vista quanto ao conceito de função, diz ele:

Sua referência é a formulação de um conjunto de condições que governam os estados de sistemas vivos como “questões recorrentes” em relação a seu meio. Estas condições dizem respeito à estabilidade e/ou instabilidade, à sobrevivência e/ou extinção provável, e, não menos importante, à duração temporal de tais sistemas (Parsons, 1975a/1977: 103).

Embora esse não seja um aspecto enfatizado nos escritos que consubstanciam seu esquema final, deve-se supor que a idéia de fases retém sua relevância, dado que os processos que mantêm um sistema “levam tempo” para funcionar, envolvendo uma “sequência complexa” (Parsons, 1970/1977: 231). Já o destino das variáveis de parâmetro parece menos claro, pois, se Parsons dedicou-lhes ainda certa atenção Posteriormente (Parsons, 1960b/1967), não chegam a cumprir tarefas destacadas nas expressões mais aplicadas ou completas do esquema, insinuando-se, com isso, em que medida se trata de fato o esquema AGIL de artefato teórico capaz, ou mesmo voltado, para lidar com a ação social.

Por outro lado, seu conceito de estrutura claramente reafirmaria o cunho apenas de *modelo* (descritivo e operacional). Ou seja: ele não se referia a nenhuma realidade substancial, sendo, na verdade, construído pelo pesquisador de acordo com suas necessidades (Parsons, 1970/1977: 231). Parsons, obviamente, está aqui muito distante do estruturalismo. Isso em nada o afasta, em contrapartida, de uma posição realista. Na verdade, ele compartilha uma visão semelhante a que Pierre Bourdieu, por exemplo, mais recentemente avançou ao criticar o estruturalismo; o “realismo analítico” de Parsons, mesmo que combatido a essa altura, como assinalarei, mostra saldo ainda positivo no confronto com a tradição realista inglesa capitaneada por Roy Bhaskar, e que tem na sociologia Margaret Archer como expoente, os quais (a segunda mais incertamente) postulam estruturas gerativas que existiriam substancialmente na realidade. Parsons, mantendo uma posição realista, descarta, entretanto, esse ponto de vista e atribui às *relações sociais* - e, infelizmente, crescentemente aos *processos sistêmicos* - a substancialidade da vida social, aliás, de forma não dessemelhante ao que Marx, implicitamente, imaginava. Isso é verdade, ainda que Parsons se utilize de modo recorrente da noção de “propriedades emergentes”,

que confunde a gênese histórica de um fenômeno ou entidade e sua constituição ontológica, o que ele propriamente é. No primeiro caso, trata-se de um truísmo, pois, afinal, tudo surge de alguma outra coisa, e Parsons de qualquer modo usa a expressão ao referir-se a categorias analíticas, antes que à realidade substantiva. Isso faz do conceito de “estrutura” com propriedades emergentes uma idéia particularmente inadequada. No segundo caso, em compensação, uma vez que não se trata de prioridade dos elementos no tempo ou em termos causais - ou seja, não se trata, por exemplo, de descobrir o que veio antes, o ator ou o sistema - o melhor seria utilizarmos-nos, como aliás faz Giddens, da expressão simples *propriedades*, que então servem-nos para caracterizar o objeto nosso de estudo a partir de suas características próprias, irreduzíveis, no tempo ou a seus elementos.

Assim como os outros aspectos da obra de Parsons, essa tripla coordenada composta pelo esquema AGIL, pelo paradigma de intercâmbio e pela hierarquia cibernética, se prestaria a avaliações díspares. Para Habermas (1981: 299), um abismo se abre entre o paradigma da ação e o paradigma da sociedade em Parsons, vez que a cristalização de uma abordagem sistêmica (da qual o autor alemão não valoriza o fundamento analítico) não seria capaz de construir pontes sólidas o suficiente entre aquelas duas fronteiras teóricas. Segundo Alexander (1983: 31, 84, 174, 231), o modelo do intercâmbio, não obstante uma falsa derivação da teoria dos sistemas em si, avança, antes de mais nada, uma teoria social multidimensional - sem que, por outro lado, os “níveis de controle” da hierarquia cibernética, em si, levem a uma prioridade causal do topo cultural-simbólico, conquanto Parsons tenha frequentemente deslizado nesta direção. Para a perspectiva neokantiana de Míinch (1988: 97), o esquema AGIL e a hierarquia cibernética demarcam um novo patamar na tese da interpenetração entre sistemas (questão que o próprio Parsons de fato sublinha (Parsons, 1976a: 339, 356)). No outro extremo do neoparsonianismo, Luhmann (1982: 59) afirma que se pode estar insatisfeito com o esquema AGIL, demandando, contudo, o reconhecimento de seu alcance dedutivo, em contraposição à fraqueza de procedimentos puramente indutivos.

De qualquer modo, o fato é que o esquema AGIL responde a uma preocupação primordial na reflexão de Parsons: esta seria a solução final para o *problema da ordem* (Parsons, 1976a: 339; Schwannenberg, 1971: 578-9). E isso ocorre, pode-se acrescentar, tanto na dimensão analítica como na dimensão empírica - com o que as críticas recorrentes de Alexander à “mistura” (*conflation*) das duas dimensões se vê

plenamente justificada. O que nos sugere, ademais, um problema essencial a ser discutido no próximo item.

## FORMALISMO E SUBJETIVIDADE

A extensa e inteligente análise de Alexander aponta ainda dois problemas importantes para o tema em foco. Parsons teria cometido, conforme a visão deste neofuncionalista, dois pecados - o do *dedutivismo* e o do *formalismo* -, derivando suas proposições intermediárias unilateralmente da teoria, forçando, destarte, os fatos nesta moldura estreita e pretensamente universal, resultando daí uma persistente subdivisão de cada subsistema em mais quatro subsistemas igualmente divididos em quatro, etc. Somente o sistema social se adequaria a este modelo, pensa ele, embora mesmo neste caso Parsons tenha sucumbido à tentação do formalismo (Alexander, 1983:158-61,180). Três consequências nasceriam destes equívocos: Parsons se desviaria da correta equação do problema da relação da teoria com a empiria, produzindo inúmeros exemplos da “falácia da falsa concretude”; concomitantemente, o novo modelo empurraria para a penumbra a consideração dos *grupos* e *conflitos* sociais, o nível intermediário da teoria; enfim, Parsons deixaria de lado seu projeto de síntese, almejando substituir os conceitos dos outros sociólogos pelos seus (Alexander, 1983:194,285).

Talvez o lugar mais claro onde o formalismo aqui enfatizado se evidencia seja no estudo que Parsons faz da “condição humana”, cheio de arbitrariedades classificatórias. Em uma determinada passagem, à altura da qual o leitor chega a se perguntar pelas razões psicológicas da obsessão que leva à multiplicação de quatro células AGIL de uma ponta à outra do texto, chega a escrever que “a lógica de nossa análise indica que tem que haver (*there ought to be*) uma quarta categoria” (Parsons, 1978b: 392). Fazendo uso de uma distinção entre aspecto interno e externo da constituição de sistemas de modo geral, e outra entre meios e fins, alguns anos antes sublinhadas (Parsons, 1970/1977: 234), ele traça com seus colaboradores o quadro do “paradigma geral da condição humana” (Parsons, 1978a: 361; veja também Parsons, 1976a: 329). Seria excessivo entrar nos detalhes de sua argumentação, bastando anotar que o sistema télico representa aquela realidade não-empírica de fundo essencialmente religioso, presente no cume da escala cibernética, enquanto que os sistemas localizados no plano externo, expressando a contribuição da natureza à constituição antropológica do mundo, estariam na base daquela hierarquia, dividindo-se para

garantir a coerência formal do esquema. Se devemos reconhecer a coragem de Parsons de, por assim dizer, pensar em voz alta, expondo portanto seu tatear na busca de definição precisa e aplicação de seu esquema, por outro lado, a gratuidade da classificação fala por si.

**Figura 5**

L	Instrumental	Consumatório	I
Interno (à condição humana)	Sistema Télico	Sistema de Ação	
Externo	Sistema	Sistema Humano	
A	Físico-Químico	Orgânico	G

Se alguns dos alunos de Parsons reagiram àquela tendência ao deslocamento dos grupos sociais do foco de análise,<sup>11</sup> não perceberam, no entanto, que aí radicava um problema mais profundo, o qual exigia resposta mais elaborada teoricamente. Como vimos em relação a *O sistema social* e seus textos contemporâneos, a definição de uma coletividade apresentava uma série de problemas, não bem resolvidos, tanto no plano substantivo quanto no de sua definição em termos dos procedimentos analíticos. A introdução do esquema AGIL só faria complicar esse problema. Até então, um sistema social e uma coletividade eram termos virtualmente *sinónimos*; doravante, isto não seria mais verdadeiro. A mistura entre concreto e analítico é explícita na nova postura, contrariando em tudo a dimensão analítica das funções do esquema. Ao discutir a relação entre uma coletividade e um sistema social, em colaboração com Neil Smelser, Parsons faria uma distinção clara entre eles (Parsons, 1956c: 14-5). Se o primeiro termo englobava o segundo, o reverso não seria verdadeiro, pois uma coletividade seria um “tipo especial” de sistema social, capaz de “ação concertada” - o que implicava a mobilização de recursos para fins específicos e a formalização de processos de tomada de decisão na coletividade e em seu nome. O protótipo de coletividade seria, por conseguinte, a organização formal (burocrática).<sup>12</sup>

Uma breve menção à problemática do *descentramento* do sujeito ajuda a encaminhar o ponto. Ela é presente em Freud e em Mead,

respectivamente pela distinção entre ego, superego e id, com o inconsciente roubando a transparência do sujeito cartesiano, no caso do primeiro, com o segundo diferenciando entre o “eu” e o “mim”, entre “mente” e “ego” (*self*). Recentemente, o pós-estruturalismo aguçou a polêmica, contrapondo-se ao modelo de sujeito reflexivo, auto-suficiente e centrado fornecido à filosofia ocidental por Descartes e Kant, entre outros, justamente o modelo sobre o qual Parsons baseou suas proposições. Em todas essas perspectivas, deparamo-nos com a fragilidade e contingência da unidade do sujeito, necessariamente heterogêneo e/ou somente tendo sua alteridade interna subjugada pela violência do princípio da identidade, qualquer que seja a forma assumida por essa violência. Não por acaso, aliás, como vimos, Parsons criticou o modelo analítico de Freud.

Tendo absorvido o modelo “cartesiano-hobbesiano” de ator, ao que viria juntar-se a confiança infundada na universalidade do esquema AGIL, não tinha ele como evitar a armadilha que se escondia sob a consistência dessas duas conceituações. Para manter a identidade entre sistema e coletividade, tinha que descartar uma ou outra daquelas noções, ao menos se a segunda aplicava-se de forma direta ao plano empírico, abandonando seu caráter analítico. Ou atores não precisam seguir o molde unificado de Descartes e Hobbes, ou devia-se abrir mão da generalidade das quatro funções. A reconciliação das duas perspectivas se deu pelo caminho mais simples e equivocado, com a classificação das coletividades como caso especial de sistemas sociais, com a rendição do pensamento a um apriorismo que descarta aquilo que não consegue assimilar.

Para além disso, entretanto, é preciso perguntar se, inclusive no plano analítico, considerada a questão do descentramento do sujeito, faz sentido postular o esquema AGIL, o qual, em sua “teleologia condicional”, parece por demais comprometido com pressuposições que se afiliam ao sujeito desenhado pela Ilustração. Adaptação ativa, integração, metas, etc. são noções que, mesmo implicando um sujeito tenuemente reflexivo, imprimem aos organismos a que se aplicam a feição do indivíduo pintado por Descartes, Kant e Hobbes. Uma nova concepção da subjetividade social, dentro da qual se torna possível pensar esses sujeitos coletivos de uma forma diferenciada e mais ampla, se mostra necessária, com o que a questão da *análise* - em termos de unidades, elementos, etc. - toma grande importância.

## OS MEIOS DE INTERCÂMBIO

A idéia de “intercâmbio” constituiu-se em conceito crucial nessa etapa do parsonianismo, dando face específica à circulação de “insumos” e “produtos” de um sistema ou subsistema da ação para outro. Isso foi percebido por Parsons como válido em qualquer nível de aplicação do esquema AGIL. Acoplada a essa conceituação, encontra-se a categoria dos “meios (*media*) simbólicos de intercâmbio”, crescentemente importante para seu criador, bem como para a absorção contemporânea de sua obra.

O caráter *simbólico* desses meios de intercâmbio deve ser destacado. Eles servem à continuidade de processos de comunicação, podendo ser trocados por objetos que, por suas propriedades, satisfazem determinadas necessidades, ou por outros meios, proporcionando com isso novos graus de liberdade no potencial das unidades do sistema e maior flexibilidade a este (Parsons, 1970/1977: 237,243; Parsons, 1973: 24). Que se tenha em mente, todavia, que eles não são, em si, os produtos do intercâmbio. Dois meios de comunicação forneceriam a Parsons (1961b: 971) o modelo de onde desdobrar a conceituação de seus pares, a linguagem em geral e o dinheiro, este tomado como a pista fundamental para as investigações seguintes (Parsons, 1975b/1977:204). Cada meio seria articulado a um complexo institucional definido, no caso do dinheiro, o contrato, cuja referência integrativa primária seria o complexo económico. A família mais larga dos “meios” compartilharia com o dinheiro quatro características essenciais, a seu tempo delineadas pelos economistas clássicos:

- a) caráter simbólico, o qual demanda institucionalização;
- b) especificidade de significado e eficácia na avaliação e no intercâmbio;
- c) circulabilidade;
- d) um caráter de não-“soma-zero”.

Ora, seria esse caráter simbólico que possibilitaria a tendência de sua circulação e, por conseguinte, seu papel fundamental nos processos de intercâmbio. Nesses processos, atuariam de acordo com a seguinte fórmula geral:

(...) em sistemas de intercâmbio suficientemente diferenciados, os processos principais, sejam eles aqueles de equilíbrio ou mudança estrutural, são mediados pelo intercâmbio de meios por produtos e fatores intrínsecos e, de modo reverso, de produtos e fatores intrinsecamente significantes por meios. Nesses processos, os meios provêm ou desempenham funções regulativas ou integrativas, nas quais as leis que regem seu uso definem certas áreas de legitimação e os limites de tais áreas dentro das quais a extensão de sistemas de transação pode desenvolver-se e proliferar (Parsons, 1975b/1977: 208).

No plano geral do sistema da ação, correspondendo a cada uma das células do esquema AGIL, quatro meios são visualizados: a “inteligência”, ancorada no sistema (organismo, ainda na formulação em foco) comportamental, que se define aqui como a *capacidade* generalizada de qualquer unidade de contribuir para a implementação de valores cognitivos; a “capacidade de performance”, com localização na personalidade; o “afeto”, enraizado no sistema social; e a “definição da situação”, cujas amarras a atam ao sistema cultural (Parsons, 1973:24,70).

Seria em relação ao sistema social, contudo, que Parsons exploraria mais amplamente as possibilidades dos “meios”, em particular no que toca ao conceito de *poder*.

Ao contrário do que comumente se vê afirmado, consistiria a *força* em apenas um último recurso (o qual cumpriria papel correlato ao dos metais em sistemas monetários, ou seja, de reserva) do poder; este seria antes um meio generalizado de controle social. Consistindo em um modo de uso de meios físicos, a força, enquanto aspecto da função de controle social do poder, visaria à dissuasão ou à punição de des\ãos, ou ainda se exerceria demonstrativamente (Parsons, 1964b/1967:264). Com essas reflexões, Parsons finca os pilares sobre os quais desafiará as concepções sobre o poder político então correntes. A primeira implicava uma relação por demais imediata entre poder e coerção; a segunda, conforme a tradição estabelecida por Hobbes, tratava o poder como capacidade de atingir fins e metas, independentemente dos meios empregados e da legitimação para a tomada de decisões e para a imposição de obrigações; a terceira pretendia que o poder fosse um fenômeno de soma-zero (Parsons, 19C3b/1967a: 298-9). Ao contrário, poder seria

(...) a capacidade generalizada de garantir a performance de obrigações por unidades em um sistema de organização coletiva, no que as obrigações são legitimadas com referência à sua ligação

com metas coletivas; no caso de recalitrância, há uma suposição de sua realização via sanções situacionais negativas, qualquer que seja a agência que force aquela realização (Parsons, 1963b/1967a: 306).

A questão da teoria política, portanto, consistiria no estudo da “política” (*polity*) da sociedade em termos de sua função na efetivação da ação coletiva na consecução das metas da coletividade, configurando-se, assim, uma ciência analítica. Sendo o meio simbólico que garante a aquisição de recursos e a concretização dos compromissos que permitem essa efetividade, o poder circula dentro do sistema político, mas também atravessa suas fronteiras, mergulhando dentro dos outros subsistemas. A necessidade de legitimação do poder coroa o raciocínio, com a definição de *autoridade* como o direito de uso do poder (em termos similares aos da propriedade no que tange ao dinheiro), mas ao mesmo tempo manifestando-se como o “código institucional” que baliza os direitos de participação no sistema de poder. Enfim, Parsons desenvolve a tese de que, se se admite que novas obrigações podem ser introduzidas em um sistema social, o poder não constitui um jogo de “soma-zero”. Haveria um paralelo entre o aumento de poder, permitido por essas novas obrigações, e a criação de crédito, no sentido de que o aumento do poder seria análogo ao investimento econômico, a consequência daquele devendo ser maior efetividade da ação coletiva. A possibilidade de daí resultar, ao contrário, inflação, com a diminuição dos compromissos das unidades com o centro de poder, é sempre presente (Parsons, 1963a/1967a; Parsons, 1958).

Desde a publicação de *A elite do poder* (1956), de Wright Mills, a cizânia quanto à validade desse tipo de abordagem foi semeada, com, aliás, o auxílio direto de Parsons. Ao resenhar este livro, ele não só discordou de suas conclusões substantivas principais e de seu tom de crítica social, como buscou minimizar a importância do controle do poder por certos grupos, com uma defesa organicista e funcionalista da legitimidade da ordem social - tanto em termos teóricos quanto concretos (Parsons, 1957/1969:194,199, em particular). Com isso, entende-se as críticas de Andrew Hackner (1961) e Gouldner (1970), ou um julgamento severo, como o de Giddens (1977: 347), para quem o “funcionalismo normativo” de Durkheim e Parsons não se encontra capacitado para lidar com o poder de grupos sociais com interesses diversos e contraditórios, uma vez que o conceito refere-se, neles, ao poder da sociedade vis-à-vis o indivíduo, apenas.

Se o dinheiro articulava-se ao subsistema económico e o poder ao subsistema político, os dois subsistemas restantes seriam também permeados por dois outros “meios”: a “manutenção de parâmetro” contraria com “compromissos de valor” e o subsistema integrativo com “influência”. Este último teria como característica fundamental, ao buscar intencionalmente estruturar a resposta de outros atores, a apresentação de razões ou “justificações” para uma linha qualquer de ação (Parsons, 1963b/1967a: 361). Os “compromissos de valor”, por seu turno, seriam o meio geral para a ativação de obrigações que teriam fundo *moral*. As sanções a eles associadas são, por um lado, negativas e externas, por outro, internas, com a emergência de culpa ou vergonha na consciência individual, podendo levar à reorganização da coletividade, com o que sua diferença em relação ao poder se localiza nas fontes das sanções e no lócus da responsabilidade (Parsons, 1968a/1969: 448-9).

Para Alexander, os “meios”, apesar das capitulações de Parsons ao idealismo, ao enfatizar seu lado exclusivamente simbólico, são um instrumento importante para voltar do abstrato do esquema AGIL e do intercâmbio à dimensão concreta da ação dos grupos sociais (Alexander, 1983: 110, 255). Como seria de esperar, Habermas aceita o arcabouço geral desta conceituação parsoniana, mas reivindica um “dualismo dos meios”: formas generalizadas de comunicação, como influência e compromissos de valor, teriam suas bases no “mundo da vida”; meios de direção, como poder e dinheiro, de ordem sistémica, conduzem ao comando de ego sobre alter (Habermas, 1981: 417-9). A reformulação da visão de Parsons foi, em compensação, mais profunda em Luhmann. Introduzindo a questão do sentido (Sínn), com a noção de “código”, ofertado aos indivíduos por esses “meios de comunicação”, ele desenha os laços entre sistema e ação individual contingente. Os “meios” seriam uma teoria independente, lado a lado com a teoria da evolução e a teoria sistémica, da qual não deve ser derivada, ao contrário da pretensão de Parsons. Em decorrência, o que importa não é seu papel no intercâmbio, mas sim na comunicação de sentido aos indivíduos por meio de possibilidades disjuntivas - sim-não, bonito-feio, e daí por diante (Luhmann, 1974:171-2).

Além disso, é claro que, neste como em outros planos, Parsons compartilha muito da perspectiva da modernidade. O Estado, como sempre no pensamento liberal e em outras formas de pensamento moderno, acaba por receber a função de organizar a sociedade pacificamente, operando como sua mente de forma centrada e contribuindo

para seu centramento (Savage, 1981:191-2; e Domingues, 1995: cap. 8). Ele apresenta-se como a subjetividade coletiva desse tipo de sociedade por excelência e, mesmo quando outros atores coletivos tenderam a desaparecer de cena a partir da introdução do esquema AGIL, reproduz, ou ao menos compartilha, com as organizações formais um alto grau de centramento. É ele que mobiliza, então, uma sociedade em princípio dispersa mediante compromissos, para os quais o uso da força aparece como pano de fundo contrafactual ou, no limite, sanção com efeitos potencialmente severos.

É importante manter distância das interpretações de Habermas e Luhmann. Aquele suporia uma dislingüística da política e da economia que, creio, a teoria de Parsons de modo algum sustenta. O fato de que certos meios especializados de intercâmbio se utilizem de outros símbolos e mecanismos não justifica a ilação de que as relações sociais em que desempenham papel crucial prescindam de outras formas de “comunicação”, sobretudo que possam abandonar a interação social mediada linguisticamente. Isso só faria sentido se aceitássemos a discutível separação de Habermas entre “mundo da vida” e “sistemas autorregulados”. Esta depende, efetivamente, de uma leitura de Parsons excessivamente calcada na obra de Luhmann, que quer de fato afastar inteiramente a própria idéia de ação social e, portanto, como vimos, desqualifica a própria idéia de interação social levada a cabo pelos atores que têm na subjetividade organizada simbolicamente e na língua um meio privilegiado de intercâmbio, os quais jamais podem ser desconsiderados. Isso, é claro, sem levar em conta ainda o uso extremamente discutível, pois basicamente analítico, do conceito de intercâmbio para dar conta de fenômenos como a “inteligência”, a “performance” ou o “afeto”, se se assume este tipo de orientação como válida em parte para tratar do “poder” e da “influência”.

Com essas categorias, fechamos o ciclo da obra substantiva de Parsons, à exceção de sua teoria da evolução, a ser examinada no próximo capítulo. Pode-se discordar essencialmente de muitas de suas inovações, sem que seja razoável, no entanto, desconhecer sua inventividade. No plano de sua concepção da ciência, várias foram também as inovações desta fase, sobre as quais agora nos debruçaremos.

## A NOVA VISÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Duas mudanças essenciais ocorreram na concepção epistemológica de Parsons e em sua filosofia da ciência nesta etapa. Uma delas se

manifesta nas seções anteriores e se fará também evidente no capítulo seguinte. Trata-se da crescente influência da biologia em sua obra, tanto substantiva quanto metodologicamente. A outra, mais sutil, mas igualmente pervasiva, reordena a posição dos diversos componentes da ciência em função da hierarquia cibernética de controle e do esquema AGIL, cuja universalidade tinha que se afirmar, é claro, nessa área essencial. Parsons não abandona, em compensação, o cientificismo da linguagem, e da intenção,<sup>13</sup> bem como o modelo das ciências da natureza, a despeito da inflexão da física clássica para a biologia.

A noção de sistema enquanto organismo vivo - diferenciado de seu meio por fronteiras (*boundaries*) que precisa manter para garantir seu equilíbrio e continuidade -, como tive no capítulo primeiro ocasião de assinalar, foi sugerida a Parsons pelo fisiologista Lawrence J. Henderson, professor em Harvard, o qual, por sua vez, embora não simpatizasse efetivamente com a sociologia, descobrira na concepção de sistema de Pareto uma de suas fontes de inspiração. Parsons se abriria cada vez mais a esse tipo de influência, que se expressaria por uma reformulação da idéia de equilíbrio nos quadros do conceito de *homeostase* desenvolvido por Walter B. Cannon. O biólogo Alfred Emerson seria sumamente importante nos passos seguintes desta discutível emulação da teoria social com esse ramo das ciências da natureza (Parsons, 1971b/1977: 27-8,48-9). Duas noções seriam fundamentais nesse terreno: a idéia de “fissão binária”, central para a genética, que se faria presente na diferenciação progressiva dos sistemas sociais, aumentando sua capacidade de adaptação ao meio; por outro lado, o subsistema da ação que ocupa a posição superior na hierarquia de controle cibernético teria papel semelhante ao dos genes, proporcionando unidades de “herança cultural” que seriam internalizadas em personalidades e institucionalizadas no sistema social (Parsons, 1956b/1965). Não seria correto desconhecer a fertilidade de metáforas e sugestões oriundas de outros campos científicos, sendo Parsons cuidadoso ao afirmar a autonomia de seus conceitos para a teoria da ação. Esse tipo de colocação não deixa de sugerir, todavia, certa substituição de argumentos por analogias, dando origem a uma visão geral que não avança em relação à sua inspiração inicial.

Mas a biologia serviria de modelo para uma mudança de concepção sobre a “lógica da pesquisa científica”, para fazer uso da expressão de Karl Popper, que se mostra muito mais relevante que o tipo de analogia acima revisto. Desde o início de sua carreira, Parsons teria como modelo de construção das teorias científicas a física newtoniana, a

mecânica clássica. Pouco a pouco a camisa-de-força daquele modelo se afrouxaria, pois que ele teria progressivamente mais clara a inexorável tendência à abertura de um sistema hipotético-dedutivo. Não haveria por que optar de modo excludente ou por um sistema desse tipo inteiramente articulado ou por conceitos e generalizações desconectados (Parsons, 1976a: 329). Esse tipo de colocação surge como uma defesa contra o tipo de criticismo levantado por Max Black (1961) e, de forma ainda mais contundente, por Georg Homans. Este autor, reafirmando ponto de vista concretizado em seu próprio trabalho, reivindicaria para as categorias psicológicas a exclusividade nos esquemas explicativos; com elas seria possível construir sistemas dedutivos de proposições, única feição de uma verdadeira teoria, da qual funcionalistas como Parsons não haviam nunca se aproximado (Homans, 1971).<sup>14</sup>

Nos últimos anos de sua carreira, entretanto, Parsons iria descartar inteiramente essa visão modelada pela física de Newton, em favor de uma epistemologia derivada da genética mendeliana. Gradualmente, seu ceticismo em relação àquele primeiro modelo se ampliaria, até porque a evolução da própria física havia forçado seu questionamento. A biologia, em compensação, havia alcançado grande sucesso com *generalizações empíricas*, que dispensavam a idéia de leis e reduziam a relevância de variáveis, como as da mecânica clássica (Parsons, 1974c/1977: 133). Afinal, em 1975, com a afirmação exagerada (ao menos no plano da formulação explícita, se bem que não inteiramente no da prática) de que há quatorze anos teria abandonado a busca de um modelo lógico-dedutivo, optaria por uma aproximação a seus objetos de estudo via o método da “tentativa e erro”. O núcleo de sua nova concepção implicava que

(...) o processo real da construção da teoria não é senão uma questão de decisão sobre postulados axiomáticos e premissas menores, deduzindo-se então um esquema conceitual a ser comparado com fatos conhecidos (Parsons, 1975b: 305).

Com isso, evidentemente, o estatuto do esquema AGIL, do intercâmbio e da hierarquia cibernética são postos em questão, com o primeiro, por exemplo, ao que parece, perdendo seu caráter analítico. E verdade que Parsons não desdobrou as consequências dessa sua passagem para o modelo biológico (Miebach, 1984: 48), não refletindo, portanto, sobre o impacto dessa mudança para a caracterização metodológica de seus conceitos, a começar pelos axiomas e postulados

de que nos fala na citação acima, cujo estatuto não é esclarecido. Podemos nós, outrossim, perguntar por como se coloca a temática da relação entre o abstrato e o concreto para Parsons com esse novo passo. A primeira constatação possível é a de que essa distinção tende a desaparecer, tomando aqueles conceitos caráter quase imediatamente empírico, com o que se tem desvendadas as raízes do pecado da “falácia da falsa concretude” ser cometido em escala massiva, como denunciado por Alexander. Além disso, esse equívoco final de Parsons elucidada, retrospectivamente, os limites e a rigidez de sua concepção anterior. A oposição absoluta entre analítico-abstrato (aí incluídas as leis que deveriam coroar a teoria), de um lado, e generalização empírico-concreta, de outro, traduzem uma concepção da lógica científica incompatível com a dialética que autores como Marx, Piaget e Bachelard (e, ao menos em parte e implicitamente, Lakatos) enfatizam. Houvesse Parsons evitado uma contraposição rígida entre indução e dedução, sua opção pela última a princípio e pela primeira, no final, não seria necessária; ser-lhe-ia facultado, então, compreender essas polarizações como *momentos* do processo de pesquisa em seu desdobrar, guardados os níveis de generalidade e historicidade das proposições resultantes.

Alguns anos antes, por outro lado, Parsons aplicaria o esquema AGIL e a hierarquia cibernética à própria estrutura da ciência. Seus componentes teriam suas relações rediscutidas e assimiladas às quatro células do esquema. Na base das estruturas científicas teríamos, então, cumprindo a tarefa de adaptação, a codificação do conhecimento dos fatos, que continuam a ser concebidos como colocações sobre fenômenos empíricos, não estes em si; em seguida, enquanto realização da meta, achar-se-ia a solução de problemas empíricos, que se articula aos dados, operando, contudo, através de sistemas teóricos; na posição de integração, teríamos a estrutura da teoria, implicando a relação dos fatos entre si, com a formação de um corpo de conhecimento; no topo da hierarquia, na latência enfim, brilhariam as premissas gerais em que a teoria se baseia, conduzindo a questões epistemológicas e filosóficas, constituindo o “quadro de referência” que emprestaria sentido a um esquema teórico (Parsons, 1961c: 965). Com essa perspectiva, seu esquema assume esta configuração (Parsons, 1973: 65):

**Figura 6**

L	Recursos	Resultados	I
Referencial	Quadros de Referência	Teoria	
Lógico			
A	Fatos	Soluções de Problemas	G

Em termos da hierarquia de controle, ademais, sua ordem na escala é dada pelo *nível de generalidade de seus componentes conceituais*. Fatos e soluções de problemas dirigem-se à realidade externa do conhecimento, aos componentes *empíricos* de um sistema científico. A teoria e o quadro de referência cristalizam os “componentes teóricos” e, como tal, constituem um “sistema lógico de proposições abstratas”, sem “conteúdo empírico”, controlando, organizando as soluções e produzindo problemas empíricos e dados (Parsons, 1961c: 965-6). Temos aqui, não obstante a falta de referência aos dois eixos problemáticos antes enfocados, uma sugestão mais flexível de como tratar a relação entre eles, se bem que não seja claro como operar a passagem de um nível para o outro, e, especialmente, a extensão em que os dois degraus superiores da hierarquia se sujeitariam a reformulações derivadas de questões produzidas por aqueles em sua base. Na verdade, mesmo embora não completamente desabrochado, insinua-se nessa formulação um idealismo epistemológico que complementa o idealismo sociológico que Alexander almeja extirpar do neofuncionalismo. Com isso, a rica percepção da relação necessária e de mão-dupla entre pesquisa empírica e elaboração teórica, sublinhada em *A estrutura da ação social*, a despeito do compromisso profundo dessa obra com o newtonianismo, seria relevada ao limbo.

Não por acaso, seria nessa fonte que Alexander beberia, ao avançar na construção de sua metodologia das ciências sociais (Alexander, 1982:127), na qual os níveis superiores do contínuo científico - sobretudo as pressuposições mais gerais que forneceria a abóbada celeste das ciências sociais - fazem-se imunes a quaisquer influências dos níveis mais empiricamente orientados. Ao desconhecer a inclinação do último Parsons ao idealismo epistemológico, Alexander a absorve e a torna suprema. Ainda assim, mesmo que seja discutível a postulação

deste momento como de síntese das perspectivas epistemológicas de Parsons, é possível concordar com a idéia de que com essa formulação Parsons prepara o terreno para uma teoria da ciência pós-positivista (Miebach, 1984: 27-31). Resta acrescentar que nesse esquema específico apresentam-se os problemas que assolam a tradição anglo-saxã (e germânica, com Popper), expressas com particular agudeza na obra de Thomas Kuhn e sua tendência ao idealismo e ao dedutivismo abstrato; e ainda que a formulação da filosofia da ciência nos quadros do esquema AGIL não manifesta precisa correspondência com seu modelo enraizado na biologia.

## Notas

- <sup>1</sup> Com o que Adriaanses (1980: 104-6) pode dizer que Parsons volta ao quadro analítico do “ato-unidade”.
- <sup>2</sup> Luhmann (1988: 128-9), por sua vez, afirmaria que o novo esquema AGIL superaria a própria figura do sujeito e, com isso, mesmo aquela polarização, se bem que Parsons não derivasse todas as consequências de seu avanço teórico.
- <sup>3</sup> Que se note a modificação terminológica e de conteúdo nesta passagem: o par original atributo-realização se torna qualidade-performance, tendo como resultado a fusão de duas perspectivas - a do ator em si mesmo e aquela que o encara como agente (Parsons, 1953b: cap. 2, 80). Para as tentativas preliminares na direção das formulações sob análise, veja Parsons (1953b: cap. 2, 45-62; cap. 3, 80-3, 89).
- <sup>4</sup> É interessante observar que o sistema dentro do sistema, que constitui o modelo “tipo-cebola”, se faz aqui de novo presente (Parsons, 1953b: cap. 3, 192).
- <sup>5</sup> Isso é o que Habermas (1981: 301) parece desconsiderar ao opor a idéia de sistema à de interação, afirmando que a primeira seria mais importante que a segunda no esquema de Parsons, a despeito das afirmações deste em contrário.
- <sup>6</sup> Em compensação, ele deixaria de perceber a cultura como composta por “objetos eternos”; senão ela seria privada de seu status como sistema de ação (Parsons, 1961C/1977: 964).
- <sup>7</sup> Somente em 1975 Parsons passaria a fazer uso da expressão “sistema comportamental”, que tem como antecessor o conceito de “organismo comportamental”. Este, introduzida a nova categoria, toma caráter exclusivamente orgânico, e é expulso do sistema da ação, tornando-se parte de seu meio externo. A mudança se deve a sugestões de Victor e Charles Lidz, baseadas na teoria cognitiva de Jean Piaget. Para a formulação original, onde o problema de fundo é tratado, consulte Parsons (1959).
- <sup>8</sup> O idealismo cartesiano de Parsons é mais uma vez aqui visível por meio de dois problemas embutidos na idéia de hierarquia cibernética, a serem logo examinados, ao observar ele que “um sistema social, no sentido *analítico*, não

tem intercâmbio de insumo-produto com o meio físico; todo este intercâmbio, que é de importância crucial, é mediado pelo organismo comportamental” (Parsons, 1961b: 37).

- <sup>9</sup> Mas deve-se notar que ele recusa o caráter “ontológico” ao conceito de estrutura, o qual seria relativo aos propósitos estritos da investigação (Parsons, 1970/1977: 236). Isso tem enormes consequências para debates sociológicos contemporâneos, em particular para aqueles que se movem dentro de uma perspectiva “realista”.
- <sup>10</sup> Ele aceitaria, inclusive, a idéia de que as noções de causa e efeito seriam talvez nocivas ao trabalhar-se com a teoria de sistemas (Parsons, 1965: 67-8).
- <sup>11</sup> Veja, por exemplo: Eisenstadt (1964), e os trabalhos da nova geração de parsonianos coligidos em Alexander (1985) e Alexander & Colomy (1990).
- <sup>12</sup> Veja ainda Parsons (1955a/1960a) e (1971a: 7); e, para um comentário sobre a questão, o artigo de Landsberger em Black (1961).
- <sup>13</sup> Aqui deve-se observar de passagem que, como se fosse possível estabelecer somente um parâmetro para a prática científica - a sua, evidentemente -, Parsons almejou criticar os autores que nos anos 1960-70 levantavam repetidamente problemas e denúncias em relação à sociedade norte-americana. Embora não desconhecendo o papel dos valores - seguindo a trilha weberiana - na formulação dos problemas da ciência, para Parsons essa se diferenciaria, constituindo um setor axiológico próprio (Parsons, 1964a/1967a). Desde essa perspectiva, fazendo uso de seus novos esquemas e contando com sua apologia da cultura norte-americana, queria ele demonstrar a falta de base científica dos sociólogos que se posicionavam criticamente contra o *establishment* (ver o artigo de Lidz em Robertson & Turner (1991: 27-8), autor que compartilha do conservadorismo então patenteado por Parsons).
- <sup>14</sup> Para uma crítica, orientada pela hermenêutica, a essa concepção das ciências sociais dominante nos Estados Unidos durante o período do chamado “consenso ortodoxo”, veja Bernstein (1976; em especial p. 7), no qual a postura de Merton e Parsons é singularizada.

## 4

# A TEORIA DA EVOLUÇÃO E A MODERNIDADE

Tem-se repetidamente observado que a obra de Parsons descreveu um curioso círculo. A recorrência da observação é justificável. Afinal, Parsons abriu *A estrutura da ação social* (Parsons, 1937/1966: v) afirmando categoricamente que Herbert Spencer, o cultor do “Deus da Evolução”, estava morto, soterrado nos escombros que constituiriam as relíquias do utilitarismo individualista do século XIX. A última fase de Parsons, no entanto, veria oferendas sinceras àquele Deus por Spencer cultuado, se bem que esse autor inglês, agora como antes, não mereça muita discussão. Não importa. Parsons daria grande importância à teoria da evolução em seu último período - pois que acreditava que um sistema de teoria social não estaria completo sem ele (Parsons, 1970/1977: 108) -, com a utilização de conceitos que Spencer não teria dificuldade de reconhecer.

Ele se lança a esse projeto de uma plataforma que procura combinar uma abordagem propriamente evolucionista com uma perspectiva comparativa (Parsons, 1966: 2). Aquela enxergaria a evolução humana como “integral ao mundo orgânico”, com o desenvolvimento social e cultural analisado no quadro dos “processos da vida”. A partir dessa aliança primária com a biologia - que, como vimos no capítulo anterior, marca substantiva e metodologicamente sua obra final - Parsons prepara o terreno para a incorporação de alguns conceitos centrais a esse campo científico: variação, seleção, adaptação, diferenciação e integração. Mais ainda, se bem que não evoluindo em uma linha singular, assim como a evolução orgânica, a evolução social procederia das formas simples para as mais complexas. O esforço comparativo, por seu turno, daria conta precisamente daquela variabilidade, pois que os “meios” culturais, físicos, biológicos, psicológicos e sociais, em si, seriam motivo suficiente para essa diferenciação. O esquema de categorias estruturais do sistema social proveria os elementos-chave para a comparação (Parsons, 1966: 3, 20).

É interessante enfatizar que o nível cibernético superior em informação - o sistema cultural - evidentemente controla o desenvolvimento evolutivo da espécie humana. Com isso, Parsons introduz mais uma analogia com a biologia, pois que padrões culturais seriam semelhantes a genes biológicos, capazes, portanto, de “difusão”, com sua transmissão de uma sociedade a outra (Parsons, 1966:113-4; Parsons, 1964c/1967a: 493). Deve-se ter claro, por outro lado, que o objeto da teoria da evolução é muito precisamente recortado por Parsons. Ocupar-se-ia seu estudo de teorização sistemática, distinguindo-se inteiramente da “perspectiva histórico-interpretativa” que buscaria os porquês da evolução se realizar em tal ou qual sociedade e não em outras (Parsons, 1966: 4). Ou seja: o *contingente histórico* estaria fora de seu campo de análise.

O mecanismo fundamental da evolução seria encontrado no conceito de *adaptação generalizada* - a qual implicaria não somente ajustamento passivo, mas a capacidade de um “organismo vivo” de lidar com seu meio. Especialmente importante seria a capacidade de lidar com vastas áreas de fatores ambientais e com o domínio da *incerteza*. O processo evolutivo, desta forma, se caracterizaria como um processo de mudança na direção da *ampliação* dessa capacidade adaptativa (Parsons, 1964c/1967a: 490,493; Parsons, 1966: 20-1): Os outros mecanismos se articulariam diretamente a este. Assim é que a *diferenciação*, que ocorre através da fissão de uma unidade ou subsistema (ou categorias de unidades ou subsistemas) em outras unidades ou subsistemas - em geral dois -, que diferem tanto em estrutura quanto em significação funcional, contribui para a melhoria da performance do sistema inclusivo. Mais especificamente, as quatro funções e a contínua diferenciação social em quatro subsistemas acham-se no centro do argumento. Mais uma vez o formalismo da fase final se esgueira dentro da discussão, quando Parsons escreve que, caso se localizem mais de quatro subsistemas, isso se deve a diferenciação por segmentação, a referências a mais de um plano de análise ou a distinções funcionais dentro de um mesmo subsistema. Mas os processos de diferenciação ocasionam problemas de *integração*, com a complexificação da sociedade. Em compensação, Parsons deixa claro que, se determinados grupos ou sociedades introduzem determinadas inovações culturais, será somente um processo posterior de *seleção* que garantirá, ou não, a sobrevivência e desenvolvimento desse novo padrão (Parsons, 1970/1977:114; Parsons, 1966: 21).

Com muitas correntes da antropologia cultural e do marxismo, poder-se-ia repetir que essa utilização de conceitos derivados diretamente da biologia se presta, na melhor das hipóteses, a confusões, e, na pior delas, distorce inteiramente a discussão. A “segunda natureza” que a humanidade adquire no processo de sua evolução *social*, para fazer uso da formulação de Gyorg Lukács, tornaria imprescindível a manufatura de conceitos específicos a esse processo. Embora certamente impermeável a esse tipo de criticismo, Parsons propõe o que chama de *universais evolutivos*, mais concretos e propriamente sociais, os quais, no entanto, se subordinam àqueles mecanismos evolutivos. São eles que na verdade definem a periodização da evolução humana em relação aos três estágios por ele enumerados: primitivo, “intermediário” (o qual apresenta grande escopo de variação) e moderno (Parsons, 1966: 26).

Os universais evolutivos são estruturas e processos que, ao se desenvolverem, expandem a capacidade adaptativa do sistema no longo prazo (Parsons, 1964c/1967a: 493). Alguns deles apresentam-se como pré-requisitos da evolução da sociedade e da cultura, especificamente, a religião, ao estabelecer padrões culturais; a linguagem, ao oferecer mecanismo de comunicação; a organização social, originariamente em termos de estruturas de parentesco; e uma base tecnológica. A passagem dessa fase social primitiva para o nível intermediário dependeria do desenvolvimento de um par de universais, a estratificação social, que emerge primeiro, seguida da legitimação cultural da diversidade de funções. O papel da linguagem escrita é apontado como provavelmente fundamental nesse processo, que levaria à centralização política e religiosa e, com ela, ao aumento da capacidade adaptativa da sociedade. Finalmente, a passagem para a modernidade introduz um segundo par: burocracia e mercados monetarizados. Aquela separa claramente as funções da autoridade dos outros papéis que seus ocupantes desempenham e esta faz a aquisição de recursos mais flexível. Ambas dependem, por sua vez, de um sistema de normas universais, do qual a “Lei Comum” inglesa foi pioneira e decisiva para o mundo moderno (Parsons, 1964c/1967:495).

Muito claramente, o esquema de Parsons deriva da evolução do Ocidente, em particular da visão que, desde ao menos a Ilustração, a Europa formou de si mesma. Até porque, ele concorda com Weber quanto ao caráter direcional e as consequências universais do desenvolvimento do Ocidente (Parsons, 1971a: 139). Mas Parsons insere nessa tradição a perspectiva particular do otimismo norte-americano, embora matiza-

do, àquela altura, pelo reconhecimento do poderio soviético e da potencialidade nipônica. Se os padrões de organização da sociedade moderna emergiram na Europa Ocidental difundiram-se, com variações, com o que as expressões mais avançadas desse estágio da evolução seriam os Estados Unidos, a URSS e o Japão (Parsons, 1966: 3). Parsons indica ainda as três grandes transformações que teriam dado nascimento à modernidade - a Revolução Industrial, a Revolução Democrática e a Revolução Educacional, naquele momento mesmo em curso -, e o padrão fundamental desse tipo de sociedade, o “individualismo institucional” - que permitiria um aumento da liberdade individual e da capacidade das coletividades de realizarem suas metas (Parsons, 1971a: cap. 6; Parsons, 1973: cap. 1)

A introdução de mais um universal evolutivo, todavia, inclinaria a balança contra a sociedade soviética. A “associação democrática” parecia garantir institucionalidade adequada ao elemento consensual do poder em sociedades cada vez mais complexas, e, com isso, sua eficácia. A maior capacidade de adaptação de sociedades em que o tipo de sistema político incluísse aqueles padrões incorporativos seria o corolário dessas colocações. Os Estados Unidos achar-se-iam, portanto, no topo da evolução humana, graves problemas se colocando para as sociedades comunistas totalitárias, que, ou se convertiam a esse padrão democrático, ou enfrentariam enrijecimento e problemas de integração (Parsons, 1964c/1967a: 518; Parsons, 1971a: caps. 6 e 7). Como diz ele: “O novo tipo de comunidade societária dos Estados Unidos, mais que qualquer outro fator singular, justifica que se lhe conceda a liderança na última fase da modernização” (Parsons, 1971a: 114).

Assim, pluralismo religioso e secularização, bem como igualdade racial, para ele em franco desenvolvimento, significando a inclusão “bem-sucedida” dos negros, eram fenômenos com forte visibilidade. Sobretudo os três princípios da cidadania definidos por T. H. Marshall, e que são uma forma explícita de articular conceitualmente a construção do Estado do Bem-Estar trabalhista na Inglaterra nos anos 1940 e 1950, são aceitos genericamente por Parsons como frutos necessários e positivos da evolução (Parsons, 1971a: 87-94, 98-9). A cidadania, em seus aspectos civil, político e social, seria um traço fundamental da modernidade, que não rompia, contudo, com os elementos que definiam a civilização moderna; ela somente os aprofundava, permitindo uma inclusão da população que respondia, inclusive, exatamente por aquela maior capacidade adaptativa. Mesmo privilégios hereditários seriam ao menos agora mais limitados nessa sociedade meritocrática,

não obstante sua reprodução até certo ponto por laços de família. A revolução educacional aqui desempenha papel de plana, conquanto não chegue a levar, devido às necessidades da própria sociedade, à “utopia” da igualdade política total - que repousa de fato em “concepções românticas” oitocentistas da “bondade” natural do homem. O novo padrão de estratificação seria apenas funcional (Parsons, 1971a: 96-7, 119). Mas padrões fixos de desigualdade seriam efetivamente banidos:

O foco da nova fase é a revolução educacional, que num certo sentido sintetiza os temas das revoluções industrial e democrática: igualdade de oportunidade e igualdade de cidadania. A “habilidade nativa” do indivíduo de atingir uma posição *justa* diretamente por intermédio da competição no mercado não é mais a questão. Em vez disso, a estratificação por habilidade é reconhecida como mediada por uma série complexa de estágios no processo de socialização. Há, crescentemente, oportunidades para aqueles em desvantagem relativa serem bem-sucedidos mediante uma seleção regulada em grau incomum por normas universalistas (Parsons, 1971a: 97).

Um liberalismo centrista, sobretudo se levamos em conta a situação política norte-americana e do mundo naquele momento, talvez inclinado um pouco à centro-esquerda, ressalta desse posicionamento, que nada tem a ver com um (neo) liberalismo conservador, à época ativamente articulado por intelectuais-políticos como Hayek. Vale observar também que Parsons, em meio à agitação daqueles conturbados anos, não se volta de modo algum para as evidentes modificações nos costumes, consagrando apenas breves comentários às novas tensões que a família - ainda uma “segura base emocional” para seus membros - deveria enfrentar devido ao aumento da influência das instituições escolares e as novas exigências que se punham para a mulher, que agora participava ativamente das outras esferas da sociedade (Parsons, 1971a: 100-1).

Daí que tenha inclusive se proposto Parsons a rebater não só intelectualmente, em suas discussões sobre evolução, mas também no livro sobre a sociedade norte-americana que não chegou a publicar (veja o artigo de Lidz, em Robertson & Turner, 1991: 27-28), a na intelectualidade difundida imagem dos Estados Unidos como país estacionário ou decadente, controlado por grupos poderosos e pela indústria cultural, que fariam da democracia não mais que um simulacro. Parece bastante evidente que Parsons mostrava grande otimismo em

face da situação de seu tempo e da sociedade norte-americana, em especial (talvez em consequência daquele “ativismo instrumental” a que se refere em Parsons, 1959-60/1991), com o que constituía-se em um “modernista auto-confiante” (Lechner, 1961: 184), e, goste-se ou não, ideólogo do sistema dominante de poder.

Além disso, parece bastante claro que a própria estrutura do argumento de Parsons se delineia em parte ao menos em função de um desejo de encontrar uma explicação para o processo de evolução do Ocidente e sua justificação valorativa, o que, aliás, é bastante explícito em seu texto (Parsons, 1966:109-10). Pode-se evidentemente disputar um certo conservadorismo liberal latente nessas colocações, não obstante a inflexão reformista ao estilo do *New Deal* de Roosevelt, e seus compromissos com a inclusão e a cidadania; a previsão de rigidez e possível crise na URSS e nas sociedades construídas de acordo com seu modelo, em compensação, mostrou-se bastante próxima da realidade, como se pode hoje constatar. Mas é ainda talvez mais importante perceber que, embora aproximando-se de Weber e sua visão da racionalização da sociedade ocidental, nos diversos planos, Parsons recusa o “diagnóstico do presente” daquele autor, com a sociedade moderna recebendo pintura harmônica, sem que as noções de perda da liberdade e perda de sentido sejam cogitadas, o contrário sendo verdadeiro, pois seu retrato dos Estados Unidos é bastante róseo (Habermas, 1981: 421). Ao mesmo tempo, velou-se a crise em que a sociedade norte-americana progressivamente mergulhava, a qual não foi capaz de divisar, por seus compromissos teóricos e ideológicos. Debalde se buscariam impasses evolutivos e axiológicos - para além de tensões por completo e imediatamente resolúveis - em sua concepção da sociedade moderna. Tudo se passa, para fazer uso do modo de falar um tanto dúbio da língua francesa, como se vivêssemos no melhor dos mundos, ou que ao menos disto estivéssemos muito próximos. Decerto, Parsons estivera correto ao apontar para avanços decisivos representados por este tipo de sociedade. Daí a desconhecer e negar suas limitações e problemas, amiúde gerados pela própria modernidade e por vezes insolúveis dentro de seus quadros, é um passo que não se justifica (veja Domingues, 1999a; Domingues, 1999b: cap. 5-7).

Nesse sentido, é interessante observar que já a abordagem de Alexander (1998a), por exemplo, procura um ângulo mais radicalmente democrático, sem prejuízo de um claro e direto compromisso com a modernidade. Ele traduz em termos do conceito de comunidade societária - dentro da qual identifica as tensões entre processos de “inclu-

são” e “exclusão” - e de sociologia cultural, as discussões contemporâneas sobre o tema da “sociedade civil”, em conjunção implícita também com os problemas colocados pelo debate entre liberais e utilitários, sem a confiança excessiva de Parsons no potencial inclusivo supostamente já dado pela modernidade norte-americana.

De maneira similar a outros aspectos de sua obra, a perspectiva parsoniana da evolução tem sido foco de polêmicas e ocasião para a diferenciação de abordagens. Entre aqueles que cultivam a recuperação de suas questões, talvez mais importante que o tema da adaptação seja hoje a idéia de *diferenciação* da sociedade. Mesmo aí, entretanto, tem-se divisores de águas. Enquanto os neoparsonianos norte-americanos têm feito esforço para buscar exatamente aquele contingente histórico que Parsons havia deixado de lado, com atenção em especial aos grupos e conflitos sociais, os neofuncionalistas alemães, como Míinch e Luhmann, têm posto ênfase em uma visão geral, ancorada na teoria dos sistemas (Veja o artigo de Colomy, em Alexander & Colomy, 1990: 491-2).<sup>1</sup> Não deixa de ser surpreendente encontrar Habermas nesse mesmo compasso, diferenciando claramente a teoria da evolução da história, assumindo idéias parsonianas bastante de perto, e percebendo o papel dos movimentos sociais como tão somente de concretização dos avanços evolutivos da espécie (Habermas, 1976; Habermas, 1981: 463-4), com o que apenas uma das tendências originais no materialismo histórico de Marx se vê abraçada.

Muito mais crítico no plano teórico (conquanto hoje, após sua adoção da “Terceira Via” do “Novo Trabalhismo” do primeiro ministro inglês Tony Blair, não necessariamente no plano político), como seria de se esperar, é um autor como Giddens. Para ele, Parsons se perde em quase todos os possíveis descaminhos das teorias da evolução - que seriam a compressão unilinear da história, a percepção da sociedade como homológica à personalidade, a ilusão normativa de identificar poder à superioridade moral e distorção temporal, que leva a escrever a história como se essa se referisse exclusivamente a processos de transformação (Giddens, 1984: 239). Além disso, Parsons confiaria demais na falsa identificação da evolução social com a evolução biológica e em analogias, no lugar de evidências, bem como postularia uma não-existente redução de incertezas (sem atentar, por exemplo, para os riscos ecológicos e nucleares do presente) no mundo moderno, frente ao qual Parsons seria por demais otimista e condescendente (Giddens, 1984: 270).<sup>2</sup>

Evidentemente, tudo depende da simpatia que se tem pela idéia de evolução em si. Como segundo passo, aceita aquela como necessária, coloca-se então a decisão sobre a validade da contribuição de Parsons. Qualquer que seja a solução da primeira escolha, parece razoável sugerir que ele de fato não avança muito em relação a seus antecessores nesse campo. Sua teoria da evolução, com a ênfase desmedida que põe no papel da cultura, reproduz o idealismo sociológico que tanto prejuízo traz à sua teoria geral, em oposição implícita às teses do marxismo, com a contrapartida do uso e abuso de um biologismo imprudente. Além disso, ela abraça uma *teleologia da forma* - diferenciação crescente - ainda que não de conteúdo, mais uma vez sem dar atenção ao tema da criatividade social. De todo modo, Parsons concluiu com ela a realização do projeto a que, quatro décadas antes, havia se lançado: a construção de uma teoria geral da ação e da sociedade humana.

## Notas

- <sup>1</sup> Luhmann é especialmente importante aqui, trabalhando com a idéia de diferenciação evolutiva, inclusive para a própria definição de seu conceito de sociedade. Para uma abordagem concentrada de sua compreensão dessas questões, consulte: Luhmann, em Alexander & Colomy (1990).
- <sup>2</sup> Veja ainda Allahan (1989), para uma discussão crítica de Parsons no contexto das teorias da dependência e temas correlatos.

## CONCLUSÃO

Por aproximadamente quarenta anos, a dedicação de Parsons à teoria das ciências sociais foi contínua e, dentro de certos limites, sua evolução demonstrou uma coerência de idéias e propósitos bastante elevada. Da análise, em termos de problemática, circunscrita do ato-unidade, passando por um complexo desenvolvimento de uma teoria de sistemas, à ambição final do esquema AGIL e mesmo sua aplicação à metafísica da “condição humana”, longo foi o caminho percorrido pelo autor. Positivas foram muitas de suas realizações, embora, como procurei evidenciar, o formalismo de sua derradeira fase teórica tenha bloqueado a Parsons horizontes que pareciam se descortinar, dando vazão ainda a uma apologia aberta da ordem social e da sociedade norte-americana.

Da posição modesta como instrutor em Harvard à posição de figura de proa da sociologia norte-americana e, afinal, alvo da crítica frontal e progressivamente mais estridente de outras correntes e novas gerações de sociólogos, variado foi o status que Parsons ocupou na constelação da disciplina. Mesmo seus alunos, em um processo inevitável de evolução *dentro* dos quadros do parsonianismo, tenderam a selecionar temas e soluções no conjunto volumoso e díspar de sua obra ou, ao menos, a acentuar-lhe aspectos diferenciados.

Após um breve eclipse durante os anos que se seguiram à sua morte, em 1977, a teoria parsoniana reencontrou uma vitalidade que parecia perdida. Isso é verdadeiro sobretudo nos Estados Unidos, mas as fronteiras do neoparsonianismo se estendem hoje de maneira muito mais dilatada, seja nos centros europeus, seja mesmo, incipientemente, entre nós, no Brasil. O caso da Alemanha, em particular, é interessante, uma vez que, no momento mesmo em que a onda crítica ao parsonianismo deslanchava nos Estados Unidos, autores como Luhmann o impulsionavam do outro lado do oceano. Nesse sentido, inclusive, a

absorção de Parsons por Habermas, e sua posição como ponto de partida nuclear para a obra de Luhmann e Múñch parece conceder à Alemanha a primazia nesse processo de reelaboração da teoria parsoniana. A atividade de Alexander em Los Angeles, contudo, faz com que, como seria de se esperar, os Estados Unidos se constituam em um dos pólos desse novo avanço do “neofuncionalismo”, não obstante ele mesmo considerar hoje que o movimento esgotou-se.<sup>1</sup>

Por outro lado, a verve polêmica despertada por alguns dos temas básicos da obra de Parsons permanece viva e com saúde, apresentando-se, todavia, em um nível de sofisticação superior a uma parte ao menos da literatura crítica anterior. Autores como Giddens buscam um caminho essencialmente distinto daquele que Parsons escolheu para percorrer. Não obstante, a cada passo significativo de sua obra, são obrigados a ajustar contas com suas teses.

Ao tomarmos a temática da relação sujeito-objeto, problema central ao longo de toda a obra de Parsons, essas divergências se mostram cristalinas. Autores como Alexander (1985: 212) acham-se relativamente satisfeitos com o balanço “multidimensional” da relação entre elementos normativos e condicionais da ação, não obstante críticas e correções a uma pervasiva tendência ao “idealismo sociológico” em Parsons; outros, porém, têm atitude oposta. Isso ocorre, como no caso de Adriaanses (1980:174), quando se aponta a inconsistência da solução encontrada e se postula a existência de um “dilema conceitual” que percorreria a evolução de Parsons; ou, como no caso de Habermas (1971 e 1981), que luta para separar o que o sociólogo norte-americano haveria incorretamente misturado, qual seja, os dois paradigmas da teoria social, o da ação e o sistêmico. Ou ainda, com sinal contrário, quando se acusa Parsons de jamais haver conciliado os dois pólos e haver assumido uma postura eminentemente objetivista, como quer Giddens (1984: 20), ou ao se detectar o defeito inverso, pretendendo ter ele retido em excesso uma concepção aristotélica de sociedade sem avançar o suficiente em direção ao funcionalismo-sistêmico, como almeja Luhmann (1971: 13-4). Aliás, é mister observar que este autor hoje, com a substituição de seu paradigma originalmente de sistemas abertos (próximo, portanto, ao esquema AGIL de Parsons) pela teoria dos sistemas “autopoiéticos”, “auto-referidos” e “auto-dirigidos”, pouco tem a ver com a obra de seu mestre norte-americano.<sup>2</sup>

No que diz respeito ao tema da subjetividade, acredito ter feito clara minha própria posição ao longo do texto, destacando o quanto Parsons deve ainda à herança liberal, onde indivíduo e sociedade, sujei-

to e objeto, se opõem. Esta forma de encarar a questão permanece na maior parte da sociologia contemporânea, apesar de mediações dialéticas e a idéia de interação terem se tornado centrais. Sugeri como alternativa a consideração da subjetividade coletiva, para cuja conceituação Parsons com certeza contribuiu, muito embora seu compromisso com o modelo liberal, filtrado pelo organicismo romântico, bloqueasse maiores avanços nesse sentido. A contingência no cotidiano e na história, assim como a criatividade social e, portanto, uma noção mais ampla da modernidade parecem ser também problemáticas que lhe escaparam, embora muitos outros elementos de suas teorias ainda se façam plenamente válidos.

Enfim, como encarar as questões trazidas ao debate pela hermenêutica, a começar pela crítica ao “consenso ortodoxo”? (Bernstein, 1976). Parsons procurou a elas estar atento. Imbuído dessa preocupação é que buscou incorporar a tradição alemã da compreensão (*Vestehen*), através de autores como Weber e Tönnies, ao elaborar o que Alexander corretamente caracteriza como uma teoria multidimensional. E difícil descobrir fundamentos para uma perspectiva que oporia essa tradição a procedimentos analíticos. A não ser que se volte à identificação do sujeito com o objeto da história, seja nos termos de Vico - para quem, sendo o homem o produtor da história, ser-lhe-ia mais fácil conhecer a esta que à natureza -, seja nos quadrantes de um idealismo hermenêutico que, ou não consegue perceber as relações sociais mais amplas - e inclusive sua base material -, ou refugia-se na irrepetibilidade do desenvolvimento histórico; ou ainda se se toma a realidade do social como imediatamente acessível ao pesquisador, intuitivamente, ou via um empiricismo total. Que Parsons não conseguiu tecer teia conceitual capaz de estabelecer com propriedade o caráter dessa dimensão da vida social parece ser, contudo, questão pacífica. Pode-se mais uma vez sugerir que uma atenção à subjetividade coletiva, no que a inteligência e percepção de Marx e Mead se demonstraram profundas, ajudaria à reformulação desse debate.

Decerto, pode-se considerar esse peso do parsonianismo na teoria sociológica como um estorvo do qual precisamos nos desembaraçar ou como um patrimônio a ser criticamente incorporado. Tal escolha irá depender da inclinação de cada um, em termos de suas preferências teóricas. Que o parsonianismo permanecerá longo tempo entre nós, em compensação, não há dúvida. Isso é ainda mais verdadeiro se se atenta para o fato de que o esforço principal nas ciências sociais contemporâneas, especialmente na disciplina sociológica, tem-se realizado na di-

reção da construção de sínteses teóricas capazes de recuperar os diversos ângulos, questões e conceituações anteriores à obra de Parsons, mas também aquelas que floresceram após a perda de hegemonia de sua teoria. Não só por ter sido um dos primeiros a sublinhar o tema da síntese nas ciências sociais, mas igualmente por erigir-se sua obra em um pilar fundamental na história dessas disciplinas, Parsons se mostra como um interlocutor inevitável dos autores que, desde as perspectivas as mais variadas e, por vezes, essencialmente contraditórias, se lançam hoje à tentativa de estabelecer novas e plurais sínteses teóricas.

O objetivo deste trabalho introdutório foi justamente fornecer um mapa ao leitor que almeja um contato mais detalhado com a produção de Parsons e suas repercussões contemporâneas, sem deixar de considerar com certo nível de profundidade os pontos que ao autor mostram-se essenciais nessa epopéia sociológica. Que o leitor dê seguimento, enfim, à reflexão que as teses de Parsons inevitavelmente suscitam.

## Notas

- <sup>1</sup> Veja, portanto, para um levantamento dessas diversas direções, das primeiras gerações de parsonianos a essas novas correntes, Alexander (1979 e 1984), e, como editor, (1985), além, certamente, de seu monumental trabalho de 1983. Consulte-se ainda, para um balanço amplo desse eixo norte-americano-alemão, Turner (1991). Para o esgotamento do neofuncionalismo, veja Alexander (1998b).
- <sup>2</sup> Outros, como Bourdieu (1988: 774), demonstram muito menos boa vontade, chegando a classificar este neofuncionalismo como uma “paródia” da obra original de Parsons, criticando ainda, de forma extremamente superficial, a pretensa separação entre teoria e empiria que seria intrínseca à abordagem do sociólogo americano, embora acerte ao censurar-lhe o formalismo conceituai.

# BIBLIOGRAFIA

## **Obras de Talcott Parsons:\***

1937/1966. *The Structure of Social Action*. Nova York: Free Press. 1ª ed.: 1937; 2ª ed.: 1949. Edição utilizada: 1966.

1940-41/1978. *The Correspondence of Alfred Schutz and Talcott Parsons*. Bloomington: Indiana University Press. Obra organizada por Richard Grathof. Edição utilizada: 1978.

1942a/1964. “Democracy and social structure in pre-nazi Germany”. Capítulo publicado originalmente em 1942. Obra utilizada: 1964, que consta nesta lista como 1954/1964.

1942b/1964. “Some sociological aspects of fascist movements”. Capítulo publicado originalmente em 1942. Obra utilizada: 1964, que consta nesta lista como 1954/1964.

1945/1964. “The present position and prospects of systematic theory in sociology”. Capítulo publicado originalmente em 1945. Obra utilizada: 1964, que consta desta lista como 1954/1964.

1949a/1964. “Social classes and class conflict in the light of recent sociological theory”. Capítulo publicado originalmente em 1949. Obra utilizada: 1964, que conta nesta lista como 1954/1964.

Nem no que toca às obras originais do próprio Parsons, nem no que se refere às referências gerais, procurei esgotar a lista de publicações, citando apenas aquelas que considere mais relevantes, ao menos do ponto de vista deste trabalho, para a compreensão da obra de Parsons e dos debates que evoluem hoje sua produção. As referências são, apesar disso, bastante compreensivas. Uma bibliografia completa de Parsons, e sobre sua obra, pode ser atingida ao cruzarem-se as referências de Alexander (1983) e Robertson & Turner (1991).

1949b. “Preface to the second edition of *The Structure of Social Action*”. Prefácio publicado originalmente em 1949. Obra utilizada: 1966, que consta nesta lista como 1937/1966.

1950a/1964. “Psychoanalysis and the social structure”. Capítulo publicado originalmente em 1950. Obra utilizada: 1964, que consta nesta lista como 1954/1964.

1950b/1964. “The prospects of sociological theory”. Capítulo publicado originalmente em 1950. Obra utilizada: 1954, que consta nesta lista como 1954/1964.

1951a/1979. *The Social System*. Londres: Routledge & Kegan Paul. Iª ed.: 1951. Obra utilizada: 1979.

1951b/1962. *Towards A General Theory Of Action*. Nova York: Harper & Row. Obra em parceria com Edward A. Shills e outros. Iª ed.: 1951. Edição utilizada: 1962.

1952/1953b. “The superego and the theory of social systems”. Iª ed.: 1952. Capítulo da edição de 1953 que consta nesta lista como 1953b.

1953a/1964. “A revised analytical approach to the theory of social stratification”. Capítulo publicado originalmente em 1953. Obra utilizada: 1964, que consta nesta lista como 1954/1964.

1953b. *Working Papers In The Theory Of Action*. Illinois: Free Press. Obra em parceria com E. A. Shills e Robert F Bales.

1954/1964. *Essays in Sociological Theory*. Nova York: Free Pres. Iª ed.: 1954. Edição modificada da obra *Essays in Sociological Theory, Pure and Applied*, publicada em 1949. Edição utilizada: 1964.

1955a/1960a. “A sociological approach to the theory of organization”. Capítulo publicado originalmente em 1955. Edição utilizada: 1960, que aparece nesta lista como 1960a.

1955b/1969. “Social strains in America”. Capítulo publicado originalmente em 1955. Obra utilizada: 1969.

1956a/1968. *Family, Socialization and Interaction Process*. Londres: Routledge & Kegan Paul. Obra em parceria com R. F. Bales. Iª ed.: 1956. Edição utilizada: 1968.

1956b/1965. “A note on some biological analogies”. Capítulo publicado originalmente em 1956. Obra utilizada: 1965, que aparece nesta lista como 1956a/1965.

1956c. *Economy and Society*. Londres: Routledge & Kegan Paul. Obra em parceria com Neil S. Smelser.

1957/1969. “The distribution of power in American society”. Capítulo publicado originalmente em 1957. Edição utilizada: 1969.

1958/1960a. “Authority legitimation and political action”. Capítulo publicado originalmente em 1958. Edição utilizada: 1960, que aparece nesta lista como 1960a.

1959. “An approach to psychological theory in terms of the theory of action”, in KOCH, Sigmund (org.) *Psychology: the Study of a Science*. Nova York: MacGraw-Hill, v. 3.

1959-60/1991. “A tentative outline of american values”, in ROBERTSON, Roland & TURNER, Bryan (orgs.). *Talcott Parsons: Theorist of Modernity*. Londres: Sage. Texto de 1959-1960, o qual permaneceu inédito. Edição utilizada: 1991.

1960a. *Structure and Process in Modern Society*. Illinois: Free Press.

1960b/1967. “Pattern variables revisited: a response to Robert Dubin”. Capítulo publicado originalmente em 1960. Edição utilizada: 1967.

1961a. *Theories of Society*. Nova York: Free Press. Obra em parceria com vários colaboradores, 2 vols.

1961b. “An outline of the social system”. Capítulo da obra que aparece nesta lista como 1961a.

1961c. “Introduction” a “Culture and the social system”. Capítulo da obra que aparece nesta lista como 1961a.

1962. “Individual autonomy and social pressure: an answer to Dennis Wrong”. *Psychiatry*, 49.

1963a/1967a. “On the concept of political power”. Capítulo publicado originalmente em 1963. Obra utilizada: 1967, que aparece nesta lista como 1967a.

1963b/1967a. “On the concept of influence”. Capítulo publicado originalmente em 1963. Obra utilizada: 1967, que aparece nesta lista como 1967a.

1964a/1967a. “Evaluation and objectivity in social science: an interpretation of Max Weber’s contribution”. Capítulo publicado originalmente em 1964. Obra utilizada: 1967, que aparece nesta lista como 1967a.

- 1964b/1967a. "Some reflections on the place of the individual in social process". Capítulo publicado originalmente em 1964. Obra utilizada: 1967, que aparece nesta lista como 1967a.
- 1964c/1967a. "Evolutionary universals in society". Capítulo publicado originalmente em 1964. Obra utilizada: 1967, que aparece nesta lista como 1967a.
1965. "Cause and effect in sociology", in LENER, Daniel (org.) *Cause and Effect*. Nova York: Free Press.
1966. *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- 1967a. *Sociological Theory and Modern Society*. Nova York: Free Press.
- 1967b. "Some comments on the sociology of Karl Marx". Capítulo da obra que aparece nesta lista como 1967a.
- 1968a/1978. "On the concept of value commitments". Capítulo publicado originalmente em 1968. Obra utilizada: 1969.
- 1968V1977. "Social interaction". Capítulo publicado originalmente em 1968. Obra utilizada: 1977.
- 1968c/1977. "Social systems". Capítulo publicado originalmente em 1968. Obra utilizada: 1977.
1969. *Politics and Social Structure*. Nova York: Free Press.
- 1970/1977. "Some problems of general theory in sociology". Capítulo publicado originalmente em 1970. Obra utilizada: 1977.
- 1971a. *The System of Modern Society*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- 1971b/1977. "On building social systems theory: a personal history". Capítulo publicado originalmente em 1971. Obra utilizada: 1977.
1973. *The American University*. Cambridge: Harvard University Press. Obra em parceria com Gerald M. Platt.
- 1974a/1978. "A retrospective view". Capítulo publicado originalmente em 1974. Obra utilizada: 1978, que aparece nesta lista como 1940/1978.
- 1974b. "Comment on Turner and Blumer". *Sociological Inquiry*, v. 45.
- 1974c/1977. "Ideology and Social Knowledge. Review of Harold J. Bershady", in *Social System and the Evolution of Action Theory*. Capítu-

lo publicado originalmente em 1974. Obra utilizada: 1977, tal como aparece nesta lista.

1975a/1977. “The present status of structural functional theory in sociology”. Capítulo publicado originalmente em 1975. Obra utilizada: 1977.

1975b/1977. “Social structure and the symbolic media of interchange”. Capítulo publicado originalmente em 1975. Obra utilizada: 1977.

1976a. “The point of view of the author”, in BLACK, Max (org.). *The Social Theories of Talcott Parsons*. Cardondale e Edwardsville: Southern Illinois University Press.

1976b. “Afterword”, in BLACK, Max (org.). *The Social Theories of Talcott Parsons*. Cardondale e Edwardsville: Southern Illinois University Press.

1977. *Social Systems and the Evolution of Action Theory*. Nova York: Free Press.

1978a. *Action Theory and the Human Condition*. Nova York: Free Press.

1978b. “A paradigm of the human condition”. Capítulo da obra que aparece nesta lista como 1978a.

1991. *The Early Essays*. Chicago: The University of Chicago Press. Coleção organizada por Charles Camic com os primeiros textos de Parsons.

### **Referências:**

ADORNO, Theodor W. “Zum Verhältnis von Soziologie und Psychologie (1955)”, in *Gesammelte Schriften*, vol. 8. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1972.

ADRIAANSES, Hans R M. *Talcott Parsons and the Conceptual Dilema*. Londres: Routledge & Keagan Paul, 1980.

ALEXANDER, Jeffrey. “Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Neofunctionalism and After*. Oxford: Abckwell, 1998b.

\_\_\_\_\_. *The Modern Reconstruction of Classical Thought: Talcott Parsons*. Berkeley: University of California Press, 1985.

- \_\_\_\_\_. "Paradigm revision and parsonianism". *The Canadian Journal of Sociology*, v. 4, 1979.
- \_\_\_\_\_. "The Parsons revival in Germany". *Sociological Theory*, 2, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Positivism, Presuppositions and Current Controversies*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Twenty Lectures: Sociological Theory since World War II*. Nova York: Columbia University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Neofunctionalism*. Beverly Hills: Sage, 1985.
- \_\_\_\_\_ & COLOMY, Paul (org.). *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York: Columbia University Press, 1990.
- AT .T.AH AN, Anton L. *Sociology and the Periphery*. Toronto: Garamond, 1989.
- ATKINSON, Dick. *Ortodox Concensus and Radical Alternative*. Londres: Heinemman, 1972.
- BERNSTEIN, Richard. *The Restructuring of Social and Political Theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1970.
- BERSHADY, Harold J. *Ideology and social knowledge*. Oxford: Basil Blackwell, 1973.
- BLACK, Max (org.). *The Social Theories of Talcott Parsons*. Carbondale, Edwarsville: Southern Illinois University Press, 1976.
- BLUMER, Herbert. "Exchange on Turner and Parsons as a symbolic interactionist e Reply to Parsons". Comment. *Sociological Inquiry*, v. 45, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. Vive la crise! For heterodoxy in social science. *Theory and Society*, v. 17, 1988.
- BOURRICAUD, François. *L'individualisme institutionnel*. (Vendone): PUF, 1977.
- CHAZEL, François. *La Théorie analytique de la société dans Youevre de Talcott Parsons*. Paris: École Pratique des Hautes Études e Mouton, 1979.
- COSER, Lewis. *The Functions of Social Conflict*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956.

DAHRENDORF, Ralph. *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford University Press, 1959.

\_\_\_\_\_. "Out of utopia: toward a reorientation of sociological analysis". *American Journal of Sociology*, v. 44, 1958.

DAVIS, Kingsley. "The myths of sociological analysis in sociology and antropology". *American Sociological Review*, v. 24, 1959.

DOMINGUES, José Maurício. "Integração social e integração sistêmica" (2000a), in *Ensaio de sociologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. "Criatividade e tendências mestras na teoria sociológica" (2000b), in *Do ocidente à modernidade*. Intelectuais e mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Sociological Theory and Collective Subjectivity*. Londres/ Nova York: Macmillan/Saint Martin's Press, 1995a.

\_\_\_\_\_. Sociological theory and the space-time dimension of social systems. *Time & Society*, v. 4, 1995b.

DUBIN, Robert. "Parson's actor: continuities in social theory". In: PARSONS, Talcott. *Sociological Theory and Modern Society*. Nova York: Free Press, 1967.

EISENSTADT, Shmuel N. Institutionalization and change. *American Sociological Review*, v. 29, 1964.

GARFINKEL, Harold. *Studies of The Routine Grounds of Everyday Activities*. Englewood-Cliffs: Prentice Hall, 1967.

GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity, 1984.

\_\_\_\_\_. *Studies in Social and Political Theory*. Londres: Hutchinson, 1977.

GOULDNER, Alvin W. *The Coming Crisis of Western Sociology*. Londres: Heinemann, 1971.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt/ M: Suhrkamp, 1981. 2. v.

\_\_\_\_\_. *Zur rekonstruktion historischen materialismus*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1976.

\_\_\_\_\_ & LUHMANN, Niklas. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1985.

HOMANS, Georg C. "Bringing man back in", in TURK, Herman & SIMPSON, Richard L. (orgs.). *Institutions and Social Exchange*. Indianapolis/Nova York: Bobbs/Menil, 1971.

JOAS, Hans. *Die Kreativität des Handelns*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1992.

LEVINE, Donald. *Simmel and Parsons*. Nova York: Arno, 1980.

LOCKWOOD, David. "Some remarks on the social system". *The British Journal of Sociology*, v. 7, 1956.

LUHMANN, Niklas. *Soziale system*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1981.

\_\_\_\_\_. "Warum AGIL?" *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, v. 1., n. 40, 1988.

\_\_\_\_\_. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1997.

MENZIES, Ken. *The Social Image of Man*. Londres: Routledge & Reagan Paul, 1976.

MERTON, Robert K. *Social Theory and Social Structure*. Nova York: Free Press, 1968.

MIEBACH, Bernhard. *Strukturalistische Handlungstheorie*. Opladen : Westdeutscher, 1984.

MILLS, C. Wright. *The Sociological Imagination*. NovaYork: Oxford University Press, 1959.

MÜNCH, Richard. *Theorie des Handelns*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1988.

REX, John. *Key Problems in Sociological Theory*. Londres: Routledge & Reagan Paul, 1961.

ROCHER, Guy. *Talcott Parsons et la sociologie américaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

ROBERTSON, Roland & TURNER, Bryan S. (orgs.). *Talcott Parsons: Theorist of Modernity*. Londres: Sage, 1991.

SAVAGE, Stephen. *The Theories of Talcott Parsons*. Londres: Macmillan, 1981.

SCHWANNENBERG, Enno. "On the meaning of the theory of action", in LOUBSER, Jan J. et al (orgs.). *Explorations in General Theory in Social Science*. Nova York: Free Press, 1976. v. 1.

\_\_\_\_\_. "The two problems of order in Parsons' theory: an analysis from within". *Social Forces*, n. 49, 1971.

SHELDON, Richard C. "Some observations on theory in social sciences", in PARSONS, T. & SHILLS, E. et al. *Towards a General Theory of Social Action*. Nova York: Harper & Row, 1962.

SKLAIR, Leslie. "The fate of the functional requisites in parsonian sociology". *British Journal of Sociology*, v. 21, 1970.

SWINGWOOD, Alan. *Marx and Modern Social Theory*. Londres: Macmillan, 1975.

TURNER, Jonthan H. "Parsons as a symbolic interactionist: a comparison between action and interaction theory". *Sociological Inquiry*, v. 44, 1974.

WHITEHEAD, Alfred N. *Science and The Modern World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1926.

WRONG, Dennis H. "The oversocialized conception of man in modern sociology". *American Sociological Review*, v. 26, 1961.

**T**alcott Parsons é, sem dúvida, um dos grandes teóricos da sociologia no século XX. Em português, contudo, sua obra mal foi estudada. Essa lacuna é suprida por este livro, escrito por um dos principais especialistas em teoria sociológica e teoria social no Brasil e no exterior. Os limites e validade do pensamento teórico de Parsons, sua relação com a pesquisa empírica, seu impacto sobre as teorias contemporâneas, como as de Habermas, Luhmann e Giddens, seus pressupostos e implicações políticas e ideológicas figuram nessas páginas. Nelas, seus principais conceitos são discutidos em sua rica trajetória de décadas de pesquisa sistemática.

ISBN 978-989-26-0263-9



9 789892 602639 >

• U



C •